

# CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

---

Sessenta Anos de História da Regulamentação da Profissão de Economista

# CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Sessenta Anos de História da Regulamentação da Profissão de Economista  
1951-2011





# CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Sessenta Anos de História da Regulamentação da Profissão de Economista



narrativa-um

PROJETO E REALIZAÇÃO

Narrativa Um – Projetos e Pesquisas de História

## CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Ermes Tadeu Zapelini  
*Presidente (2012)*

Kanitar Aymoré Saboia Cordeiro  
*Vice-Presidente (2012)*

Antonio Agenor Denardi (2010-2012)  
Antônio Alberto Machado Pires Valença (2009-2011)  
Antônio Carlos Brites Jaques (2009-2011)  
Antonio Eduardo Nogueira (2012-2014)  
Antonio Eduardo Poleti (2012-2014)  
Antonio Melki Júnior (2011-2013)  
Ario Zimmermann (2009-2011)  
Cândido Luiz de Lima Fernandes (2010-2012)  
Carlos Alberto Gandolfo (2009-2011)  
Carlos Alberto Safatle (2011-2013)  
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior (2010-2012)  
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda (2012-2014)  
Celina Martins Ramalho (2011-2013)  
Cesar Homero Fernandes Lopes (2010-2012)  
Charles Schneider (2011-2013)  
Daniel Rodrigues Poit (2009-2011)  
Denivaldo Targino da Rocha (2011-2013)  
Edson Peterli Guimarães (2011-2013)  
Eduardo José Monteiro da Costa (2012-2014)  
Ermes Tadeu Zapelini (2011-2013)  
Fabíola Andréa Leite de Paula (2009-2011/2012-2014)  
Fernando da Silva Ramos Filho (2010-2012)  
Hamilton Peluso (2009-2011)  
Jin Whan Oh (2010-2012)  
João Batista Soligo Soares (2009-2011)  
João Manoel Gonçalves Barbosa (2010-2012)  
João Pedro da Silva (2010-2012)  
João Rogério Sanson (2010-2012)  
José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho (2010-2012)  
José Luiz Amaral Machado (2010-2012)

Carlos Roberto de Castro  
*Assessor Especial da Presidência*

Waldir Pereira Gomes  
*Ex-Presidente (2011)*

Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo  
*Ex-Vice-Presidente (2011)*

José Roberto de Lacerda Santos (2010-2012)  
Júlio Alfredo Rosa Paschoal (2012-2014)  
Júlio Flávio Gameiro Miragaya (2009-2011/2012-2014)  
Kanitar Aymoré Sabóia Cordeiro (2010-2012)  
Lourival Batista de Oliveira Júnior (2012-2014)  
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado (2011-2013)  
Marcelo Martinovich dos Santos (2011-2013)  
Marcelo Pereira de Mendonça (2009-2011)  
Maria Cristina Araújo (2009-2011)  
Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo (2009-2011)  
Max Leno de Almeida (2010-2012)  
Máximo Porto Seleme (2009-2011)  
Nei Jorge Correia Cardim (2009-2011/2012-2014)  
Newton Ferreira da Silva Marques (2009-2011)  
Odisnei Antonio Bega (2011-2013)  
Omar Correa Mourão Filho (2010-2012)  
Osmar Gonçalves Sepúlveda (2007-2009/2010-2012)  
*– in memoriam*  
Paulo Brasil Correa de Mello (2010-2012)  
Paulo Dantas da Costa (2010-2012)  
Paulo Roberto Lucho (2009-2011/2012-2014)  
Paulo Salvatore Ponzini (2011-2013)  
Roberto Bocaccio Piscitelli (2011-2013)  
Roberto Carlos Quintela Alcântara (2009-2011)  
Róridan Penido Duarte (2012-2014)  
Sidney Pascoutto da Rocha (2009-2011)  
Virgílio Pacheco de Araújo Neto (2010-2012)  
Waldir Pereira Gomes (2009-2011)  
Wellington Leonardo da Silva (2009-2011/2012-2014)  
Wilson Benício Siqueira (2010-2012)

**CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA**  
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, Sala 501  
Ed. Palácio do Comércio  
70318-900 – Brasília/DF  
Tel: (61) 3208 1800 Fax: (61) 3208 1814  
[www.cofecon.org.br](http://www.cofecon.org.br)  
e-mail: [cofecon@cofecon.org.br](mailto:cofecon@cofecon.org.br)

# SUMÁRIO

## PREFÁCIO

Waldir Pereira Gomes, ex-presidente do Cofecon (2011) . . . . . 7

## INTRODUÇÃO

1951: um ano histórico para os economistas brasileiros . . . . . 11

## CAPÍTULO 1

O economista no Brasil: das origens à regulamentação da profissão . . . 15

## CAPÍTULO 2

A consolidação da profissão de economista e a fundação do CFEP  
(1951-1963) . . . . . 33

## CAPÍTULO 3

Mudanças institucionais e crescimento econômico ampliam o  
campo de atuação dos economistas (1964-1973) . . . . . 57

## CAPÍTULO 4

O economista no centro das decisões políticas e econômicas  
(1974-1983) . . . . . 73

## CAPÍTULO 5

Instabilidade econômica e turbulência política (1984-1994) . . . . . 101

## CAPÍTULO 6

O Cofecon diante dos novos desafios da economia brasileira  
(1995-2011) . . . . . 127

Notas . . . . . 170

Fontes de pesquisa e bibliografia . . . . . 174

Relação de Conselheiros do Cofecon (1951-2012) . . . . . 175

Relação de Presidentes do Cofecon (1951-2011) . . . . . 181

Créditos de imagens . . . . . 182

REALIZAÇÃO EDITORIAL

Narrativa Um – Projetos e Pesquisas de História

PESQUISA HISTÓRICA E REDAÇÃO

Flávio A.M. de Saes

Roney Cytrynowicz

EDIÇÃO DE ARTE E DESIGN

Ricardo Assis

Tainá Nunes Costa

Sebastian Ribeiro

Negrilo Produção Editorial

REVISÃO DE TEXTO

Mariangela Paganini

Libra Produção de Textos



**narrativa-um**

EDITORA NARRATIVA UM – PROJETOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA

[www.narrativaum.com.br](http://www.narrativaum.com.br)

[editora@narrativaum.com.br](mailto:editora@narrativaum.com.br)

São Paulo, julho de 2012

# PREFÁCIO

WALDIR PEREIRA GOMES

É com grande satisfação que o Conselho Federal de Economia, no marco das comemorações dos 60 anos da regulamentação da profissão, coloca à disposição de seus filiados e da sociedade em geral a presente publicação, que relata a trajetória do ensino e da profissionalização do economista, e do próprio processo de industrialização e desenvolvimento, iniciado em 1945 e que se tornou mais vigoroso na década de 1950, coincidindo com a promulgação da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que dispõe sobre a profissão de Economista.

Ao resgatar a história da evolução e dos primórdios do ensino das Ciências Econômicas em nosso país, paralelamente ao processo de profissionalização da profissão e dos diversos ciclos percorridos pela nossa economia, o Cofecon procura mostrar nossas raízes e indicar, especialmente aos futuros profissionais, os caminhos percorridos não só pela nossa entidade maior, mas também pela economia brasileira.

Depois de vencida a árdua tarefa de conseguir a regulamentação profissional com a publicação da Lei nº 1.411, que criou o Conselho Federal de Economistas Profissionais (CFEP) e os Conselhos Regionais de Economistas Profissionais (CREP), coroando um processo de quase duas décadas, iniciado com a abertura dos cursos superiores de Economia, em 1932, o reconhecimento como profissão liberal na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, e o debate parlamentar sobre a regulamentação da profissão, que teve início em 1946 e se estendeu até 1951, os economistas responsáveis pela fiscalização se voltaram para dentro, dedicando grande parte de seu tempo à missão de implantar o Conselho Federal.

Os primeiros anos de fundação do Conselho exigiram grande esforço de construção da entidade por parte dos conselheiros. Ao instalar-se como entidade, a primeira grande tarefa do CFEP, em paralelo à montagem administrativa, foi a definição das funções de economista e de quem seria



considerado e reconhecido como tal. Era preciso ser abrangente, específico e preciso. Por isso, uma lei, um decreto e uma resolução detalharam estas funções na década de 1950. A profissão passava a contar com um campo legalmente delimitado para a ação dos economistas em todo o País, especificando suas prerrogativas e os órgãos do exercício da profissão, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Economistas.

Novas e grandes responsabilidades aguardavam os conselheiros em seus primeiros anos de mandato, incluindo disseminar a cultura do economista em âmbito nacional, para que a sociedade e os governos compreendessem a formação e as habilidades deste novo profissional. Nesse período, a presença de economistas ganhou alguma relevância em órgãos públicos de planejamento, foram fundadas faculdades, entidades de economistas e revistas especializadas. Os economistas começaram a definir os parâmetros da profissão e do novo campo intelectual e, igualmente, iniciaram os primeiros passos para participar de forma decisiva na condução dos destinos do País.

A partir da segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980 a visão e a atuação do Cofecon em defesa do economista como profissional e de suas competências específicas no mercado de trabalho, seja no setor público seja no privado, torna-se um tema de primeira relevância. Se antes era importante difundir e afirmar a necessidade da profissão, agora o desafio se tornou reforçar a sua posição no mercado de trabalho.

A partir de 3 de janeiro de 1974, através da Lei nº 6.021, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Economistas Profissionais ganharam nova denominação: Conselho Federal de Economia e Conselhos Regionais de Economia. Assim, o CFEP foi substituído por Co.F.Econ e os Regionais passaram a ser chamados de Co.R.Econ, abreviando para Cofecon e Corecons.

Neste período, os Conselhos estavam sendo reiteradamente chamados a tratar das grandes questões da economia brasileira, processo que se consolidaria no final dos anos 1970 e início da década de 1980, com a quebra do caráter burocrático e corporativista dos Conselhos com o surgimento do Movimento de Renovação dos Economistas, articulado por um grupo de economistas de diferentes Estados. Os Conselhos passaram a ocupar e criar espaços políticos de crítica à política econômica adotada, enfatizando o seu caráter excludente e antissocial, contribuindo para o processo de redemocratização no período de transição para a democracia.

Outro fato extremamente positivo a ser destacado é o envolvimento e apoio institucional, logístico e financeiro do Sistema Cofecon/Corecons na consolidação de um espaço acadêmico e profissional na discussão do currículo do Curso de Ciências Econômicas, que muito contribuiu para a criação da Associação Nacional dos Cursos de Graduação de Economia – ANGE.

É neste contexto que nós Economistas estamos inseridos ao celebrarmos a passagem dos 60 anos da regulamentação da profissão. Além dos desafios de atualizar a legislação e a estrutura organizacional, aperfeiçoar a formação dos profissionais e expandir as oportunidades no mercado de trabalho, está o de resposicionar e valorizar a participação do Cofecon e dos Corecons no debate de política econômica no País. Em uma época de transformações econômicas e sociais intensas esta é uma missão para a qual o Economista, mais do que qualquer outro profissional, tem que estar muito bem preparado, na vida privada, na vida pública e em sua atuação no sistema Cofecon/Corecons.



# INTRODUÇÃO

## 1951: um ano histórico para os economistas brasileiros

O que faz uma atividade ser reconhecida como profissão? Quando tratar de doenças se transformou na profissão de médico? Uma resposta simples sugere que pelo menos duas condições devem estar presentes: de um lado, a existência de um grupo de pessoas que se dedique a essa atividade, que acumule um conhecimento sistemático sobre ela e cujos praticantes se reconheçam como parte de uma mesma comunidade.

Por outro lado, é preciso que essa atividade seja vista pela sociedade como necessária, isto é, que a profissão tenha o reconhecimento social. A Medicina é reconhecida desde a Antiguidade como um ofício praticado por algumas pessoas que detinham conhecimentos específicos sobre as doenças. Mas do “curandeiro” ao médico, houve um longo caminho e, em cada época, algum tipo de conhecimento sistemático foi adquirido.

Na história da humanidade, os problemas econômicos básicos, relativos à produção da subsistência, se colocaram desde cedo. Porém, o estudo sistemático desses problemas, seja na perspectiva teórica, seja em relação às questões práticas, se fez mais lentamente do que o estudo das doenças. Ou seja, na história o reconhecimento social da profissão de economista é mais recente do que a de médico e mesmo de outras profissões (como a de engenheiro, advogado, agrônomo, farmacêutico).

Porém, além do reconhecimento social, a afirmação de uma profissão demanda o seu reconhecimento legal. A regulamentação de uma profissão por parte do Estado garante que apenas os que detêm o conhecimento e as habilidades necessárias ao desempenho da atividade possam exercê-la legalmente. Se a regulamentação implica uma espécie de reserva de mer-

cado aos legalmente habilitados a exercer o ofício, ela também garante que a sociedade será atendida por profissionais que têm o domínio dos conhecimentos necessários ao exercício da atividade.

No entanto, o reconhecimento legal da profissão não se faz naturalmente; ele exige grande esforço de seus representantes em encaminhar a proposta às instâncias responsáveis pela decisão e, mais ainda, uma ação junto à sociedade para legitimar sua demanda e para vencer eventuais resistências de outros grupos profissionais.

No dia 13 de agosto de 1951 o Presidente da República, Getúlio Vargas, sancionou a Lei nº 1.411, que regulamentou a profissão de economista. Por trás desse ato do Presidente havia anos de mobilização e empenho dos economistas para levar ao Executivo e ao Legislativo sua demanda pela regulamentação da profissão. É justo recuperar alguns momentos dessa campanha e lembrar nomes de economistas que dela participaram (mesmo com o risco de omitir outros que não pudemos identificar).

Desde cedo, os economistas lutaram pelo reconhecimento de sua profissão: a fundação do Instituto da Ordem dos Economistas do Rio de Janeiro e da Ordem dos Economistas de São Paulo, na primeira metade dos anos 1930, caminhava nessa direção. E quando, no governo Vargas, se propôs a legislação referente à organização sindical, o Instituto do Rio de Janeiro e a Ordem de São Paulo foram reconhecidos como sindicatos representativos da profissão de economista. Isto ocorreu em 1941, mas ainda não era a desejada regulamentação da profissão. Em 1945, por ato do ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, foi criada a Comissão Federal de Economia Profissional por sugestão do economista carioca Reynaldo de Souza Gonçalves. No entanto, esta comissão não chegou a ser instalada, frustrando a expectativa dos economistas e sugerindo a necessidade de novas iniciativas.

O economista gaúcho Fernando Ferrari relata que, no segundo semestre de 1945, participou de uma comissão de economistas do Rio de Janeiro que levou ao Presidente Vargas um memorial com reivindicações da categoria. Entre os que participaram dessa comissão estavam Heitor Campello Duarte, Dorilo Queiroz de Vasconcelos, Eduardo Lopes Rodrigues e Mario Orlando de Carvalho. Após receber e examinar o memorial, Vargas teria afirmado: “Já é tempo de se regulamentar essa profissão”.<sup>1</sup>

Diante da manifestação do presidente, o memorial foi encaminhado ao Ministério do Trabalho, recebeu os mais variados pareceres e ensejou a criação de uma comissão para estudar o anteprojeto de lei de regulamentação.

Apesar de a comissão ter concluído seu trabalho em 1947, o anteprojeto se perdeu nos escaninhos da burocracia sem qualquer resultado concreto. Este insucesso não esmoreceu o ânimo da categoria: nesse mesmo ano, economistas, principalmente do Rio de Janeiro, iniciaram uma campanha junto à Câmara dos Deputados (vale lembrar, situada na então Capital Federal, o Rio de Janeiro) visando regulamentar a profissão.

Este esforço surtiu resultados: em 1947, dois projetos relativos à profissão de economista foram apresentados à Câmara.

O projeto número 618, do deputado Pedroso Júnior, tratava do exercício da profissão de economista: projeto sucinto, com apenas 13 artigos, definia quem poderia exercer as funções de economista e quais os cargos e as atividades que seriam prerrogativas dos economistas. Já o projeto número 802, apresentado pelo deputado Bertho Condé, tratava da criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais. Ao tramitar pelas comissões da Câmara, um substitutivo ao projeto 618 foi apresentado pelo deputado Barros Carvalho e aprovado com emendas. Finalmente, na Comissão de Finanças, os dois projetos foram fundidos, aprovados e enviados ao Senado, o que ocorreu em agosto de 1948.

No Senado, novas discussões: apenas em maio de 1950 o projeto foi aprovado com várias emendas, retornando à Câmara para nova apreciação.

No discurso proferido na solenidade de instalação do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região (com sede em São Paulo), Ubirajara Zogaib, primeiro presidente do órgão, relatou esta nova passagem do projeto pela Câmara e as dificuldades que enfrentou. Vale reproduzir, ainda que parcialmente, as palavras de Zogaib:

“O ano de 1950 foi o mais renhido na luta para a aprovação do projeto. É que se encerrava a legislatura. O projeto, se não fosse aprovado, seria arquivado e a renovação da Câmara traria a necessidade de começar tudo de novo, perante novos deputados que não haviam acompanhado a matéria.

“Porém, com o parecer da Câmara de Educação e Cultura, vai o projeto a Plenário no dia 15 de junho. Estava no Plenário para discussão única e votação final no dia 22 de junho de 1950, quando as ‘forças ocultas’ voltaram a agir e são aprovados dois requerimentos no sentido de ser enviado o projeto para audiência às Comissões de Constituição e Justiça e à Comissão de Economia”.

O projeto de regulamentação profissional foi, em 29 de junho, distribuído ao então deputado Eduardo Duvivier, na Comissão de Constituição e Justiça, para relatar. Esse ex-deputado proferiu, no dia 3 de novembro de

1950, parecer pela rejeição do projeto. Nesse mesmo dia o seu parecer foi aprovado. Face à prorrogação ocorrida dos trabalhos da Câmara, em 15 de janeiro de 1951 foi o projeto a Plenário para discussão e votação final. Ainda conforme Zogaib:

“Estava tendo início a discussão das emendas quando foram encerrados os trabalhos da legislatura. Reaberta a Câmara, com os novos deputados, tivemos a felicidade de ver entre eles o economista Fernando Ferrari, que desempenhou papel decisivo na fase final de aprovação do projeto que não foi arquivado porque já estava em Plenário ao encerramento da legislatura.

“Aprovado, finalmente vai à sanção presidencial, tendo decidido o Sr. Presidente da República apor o seu veto a alguns dispositivos, veto esse que foi aceito pelo Congresso. Assim, no dia 13 de agosto de 1951, o Sr. Presidente da República sanciona a Lei nº 1.411, que dispõe sobre a profissão de economista”.<sup>2</sup>

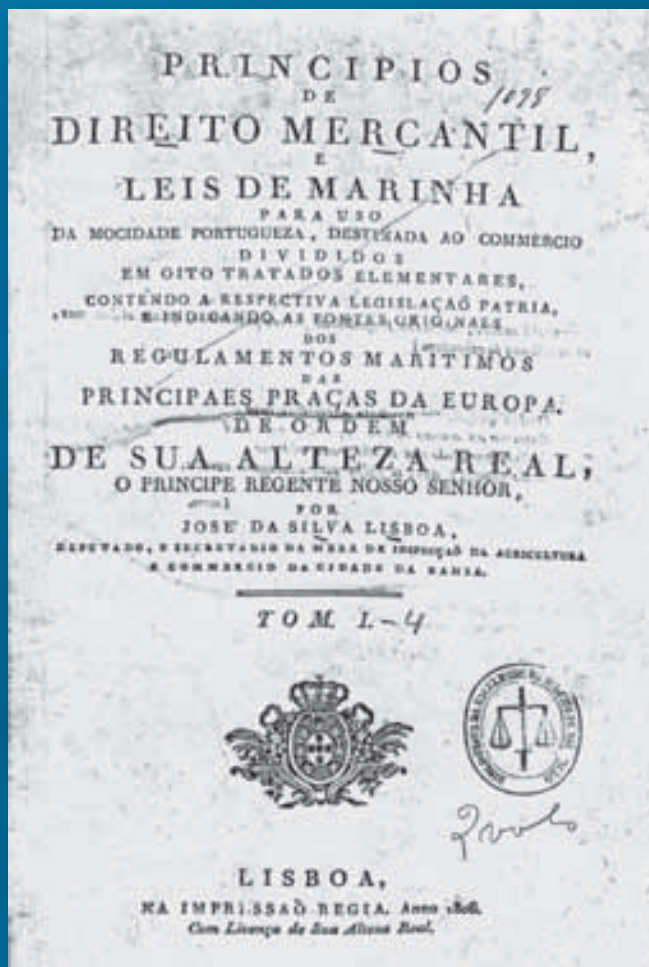
Pelo Decreto nº 31.794 (de 17 de novembro de 1952), a Lei 1.411 foi regulamentada, o que permitiu a eleição do primeiro Conselho Federal de Economistas Profissionais: concluía-se, assim, a luta pela regulamentação da profissão de economista. E tinha início uma história de 60 anos de crescente afirmação do economista como profissional relevante para a sociedade brasileira.

Mas, afinal, quem eram os economistas que lutaram pela regulamentação da profissão? A que atividades se dedicavam? Quais as origens da profissão de economista no Brasil?

Um breve retorno ao passado nos permite identificar como se constituiu a profissão de economista no Brasil, uma profissão que envolve múltiplas atividades: há, por exemplo, o economista que se dedica à reflexão acadêmica, o que trata das questões de política econômica e da gestão dos negócios públicos, o dedicado aos assuntos financeiros, o que lida com aspectos da gestão empresarial. Essas e outras especialidades dos economistas se definiram paralelamente ao próprio desenvolvimento e à crescente complexidade da economia brasileira. Mas esse retorno ao passado também permite entender como os economistas brasileiros se uniram para conseguir a regulamentação de sua profissão no ano de 1951. Trata-se de um processo que envolve a própria constituição da profissão de economista no Brasil.

# 1

## O ECONOMISTA NO BRASIL: DAS ORIGENS À REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO





PÁGINA ANTERIOR

*Livro publicado em  
1806 por José da Silva  
Lisboa, o Visconde de  
Cairu.*

À DIREITA

*Sindicato dos  
Economistas do Rio de  
Janeiro homenageia  
o Barão de Mauá  
durante a Semana do  
Economista, 1940.*



A promulgação da Lei 1.411 em 1951 é o ponto culminante de uma longa história em que a categoria profissional de economista se definiu lenta e progressivamente. Em parecer do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, nos meados da década de 1930, afirmava-se que “a denominação de ‘economista’ aparece como uma inovação. Até aqui caracterizava o sabedor de ciências econômicas, o intelectual que se especializava em questões de economia pública. Passa a indicar agora uma profissão...”<sup>1</sup> Trata-se de parecer expressivo do momento em que um determinado tipo de conhecimento passava a ser reconhecido como base para a atuação profissional de um grupo de pessoas.

Quais eram as características da profissão de economista nos meados do século 20? Que atividades os economistas exerciam e por que se tornavam reconhecidos pela sociedade?

No passado, assim como hoje, a imagem do economista estava associada a múltiplas atividades. Talvez isso seja comum à maior parte das profissões. No entanto, algumas delas, principalmente as mais antigas, são identificadas por algumas ações típicas: quando pensamos no médico e no dentista, logo os imaginamos num consultório com seus pacientes ou numa sala de cirurgia; ao advogado se associa um escritório com a mesa cheia de processos ou a defesa de um cliente diante do tribunal do júri; e vemos o engenheiro analisando uma planta, realizando cálculos ou dirigindo uma obra.

E o economista? Talvez o público em geral o associe a uma atividade que “mexe com dinheiro” ou o identifique com figuras de maior visibilidade, como a do ministro que explica porque a inflação não vai aumentar, a do analista que afirma que os preços das ações na bolsa devem subir ou a do professor que discute na televisão o impacto da crise financeira internacional. Evidentemente, isto não esgota o rol de atividades a que os economistas



ACIMA

*José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, que se tornaria patrono dos economistas brasileiros.*

se dedicam, mas também não está longe de descrever algumas das principais áreas de ação dos profissionais.

José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu é considerado o patrono dos economistas brasileiros. E, de certo modo, é possível identificar em sua presença na economia brasileira da primeira metade do século 19 as três principais vertentes da atuação do economista: a acadêmica, a de formulador de política econômica e a de gestor de negócios públicos e privados. Cairu publicou vários livros relacionados a questões jurídicas e econômicas: *Princípios de Economia Política* (Lisboa, Impressão Régia, 1804), um livro inspirado na obra de Adam Smith e um dos mais conhecidos. Esse lado acadêmico de Cairu lhe valeu a “propriedade e regência” de uma cadeira de Ciência Econômica criada pelo príncipe regente D. João em 23 de fevereiro de 1808.<sup>2</sup> Embora a cadeira não tenha sido instalada, o fato indica que já no início do século 19 havia esta primeira vertente de atuação do economista: a atividade acadêmica, a reflexão e o ensino de economia principalmente sob a perspectiva teórica.

Cairu também é lembrado por sua influência sobre D. João: logo após a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, Cairu teria sugerido ao príncipe regente a “Abertura dos Portos às Nações Amigas”, eliminando o monopólio de comércio que havia vigorado durante a época colonial. Embora atendesse às circunstâncias da época (o comércio brasileiro com Lisboa estava bloqueado pela presença das tropas de Napoleão em Portugal), o fim do monopólio respondia também aos princípios do liberalismo que Cairu professava em suas obras. Interessa aqui ressaltar uma segunda vertente da ação de Cairu: a de um formulador de política econômica que é, com crescente relevo, outra atividade típica do economista de ontem e de hoje.

Mas podemos identificar em Cairu uma terceira vertente da atividade dos economistas. Provavelmente por sua influência, D. João determinou, por alvará de 15 de julho de 1809 em que se fixavam contribuições para as despesas da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fabrico e Navegação, “o estabelecimento de Aulas de Comércio em que se vão doutrinar aqueles dos meus vassallos que quiserem entrar nesta útil profissão, instruídos nos conhecimentos próprios dela”.<sup>3</sup> Não há informações sobre o efetivo funcionamento dessas Aulas de Comércio; no entanto, legislação posterior sugere que as Aulas de Comércio tinham objetivo prático visando a gestão de negócios comerciais.

As disciplinas do currículo estavam relacionadas à escrituração mercantil, cálculos comerciais (juros, descontos, amortizações etc.), direito comer-

cial (falências, concordatas) e comércio (história e geografia do comércio, comércio terrestre e marítimo etc.). Aliás, convém lembrar que Cairu, antes da vinda da Corte para o Brasil, havia desempenhado funções de administração pública em Salvador (deputado e secretário da Mesa de Inspeção). Eis, portanto, a terceira vertente de atuação do economista: a administração dos negócios públicos e privados para a qual se exigia tanto algum conhecimento da ciência econômica quanto o de técnicas de gestão adequadas.

Se em Cairu as três facetas do economista acima indicadas estão presentes de modo embrionário, é inegável que hoje elas são plenamente reconhecidas: o economista acadêmico que realiza pesquisas sobre os mais diversos temas e que se dedica ao ensino de sua matéria; o formulador e executor de política econômica e o planejador que atuam nas mais diversas esferas (tanto nos governos nacionais quanto em instituições internacionais); e o gestor de negócios públicos e privados (com funções na administração direta, em autarquias, fundações e também em empresas privadas do setor produtivo, comercial ou financeiro). Mas de Cairu, no começo do século 19, à Lei 1.411, em 1951, houve um longo processo que promoveu a consolidação da profissão de economista em suas várias vertentes. Vale indicar, ainda que brevemente, momentos importantes desse processo.

### O início do ensino de Economia

O estudo e o ensino de Economia no Brasil se iniciaram com a instalação das Faculdades de Direito no ano de 1827, em São Paulo e em Olinda (depois transferida para Recife). O currículo dessas Faculdades de Direito incluía a disciplina Economia Política no quinto ano do curso, uma disciplina voltada ao ensino teórico inspirado em economistas europeus (principalmente ingleses e franceses).

Na faculdade pernambucana, o primeiro catedrático de Economia Política, Pedro Autran da Mata Albuquerque, traduziu a obra de James Mill, *Elementos de Economia Política* que se tornou a leitura básica do curso. Mas Autran era também autor de uma obra: *Prelecções de Economia Política*, publicada em 1860.

Na faculdade de São Paulo, o catedrático João da Silva Carrão também se incumbiu da tradução de um livro: *Elementos de Economia Política*, do britânico Henry MacLeod. Um dos sucessores de Carrão escreveu ele próprio um livro: *Curso Didático de Economia Política* cujo autor era José Luís de Almeida Nogueira. A inclusão da disciplina Economia Política no currículo

dos cursos de Direito se tornou uma tradição, a qual foi seguida nas faculdades que se formaram na Primeira República: indica-se que entre 1889 e 1930, 14 novas faculdades de Direito foram estabelecidas no Brasil, todas elas com uma disciplina de Economia Política.

O ensino de Economia Política também teve lugar nos currículos dos cursos de Engenharia. Em 1864, essa cadeira foi incluída no curso da Escola Central no Rio de Janeiro. Esta instituição foi uma das três em que se desmembrou, em 1858, a Academia Real Militar criada em 1810. Posteriormente, em 1873, foi criada a Escola Politécnica que abrigou o curso de Engenharia “Civil”, enquanto o de Engenharia Militar permaneceu na Escola Central. A cadeira de Economia Política foi transferida para a Escola Politécnica e teve alguns catedráticos bastante conhecidos em nossa história, como o Visconde do Rio Branco (cujo nome está associado à aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871) e Vieira Souto, conhecido por suas críticas à política de Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda no governo de Campos Sales (1898-1902). Durante a República, as novas escolas de Engenharia criadas também tenderam a incluir alguma disciplina de Economia em seus currículos.<sup>4</sup>

Desse modo, antes mesmo que fossem estabelecidos cursos superiores de Economia, havia o ensino da disciplina em espaços acadêmicos, principalmente nas faculdades de Direito, mas também em escolas de Engenharia. Tratava-se quase sempre da difusão do pensamento econômico europeu, identificado com um ou outro autor de preferência de cada catedrático. É provável que esse conhecimento tivesse reflexos em outra vertente da ação do economista: a de formulador e executor da política econômica uma vez que grande parte dos políticos brasileiros tinha passado pelas faculdades de Direito.

Nenhum governo pode se furtar ao exercício da política econômica, ainda que de forma rudimentar. No Brasil Império e mesmo durante a Primeira República a política econômica tinha um caráter peculiar: por se tratar de uma economia cuja dinâmica dependia das atividades de exportação, a questão cambial (e associada a ela, a questão monetária) assumia posição central nas discussões de política econômica. Importa notar que, nessas discussões, são levantados argumentos que demonstram o conhecimento das questões propostas pela Economia Política europeia à época.

Um exemplo é dado pela polêmica entre Sales Torres Homem e Bernardo de Souza Franco na década de 1850 em torno do problema da emissão de moeda. Nessa polêmica, os argumentos expostos na Inglaterra, na

década anterior, durante a disputa entre a Escola Monetária (representada por Ricardo, Mill e Tooke) e a Escola Bancária (identificada com Thornton e Fullarton) eram adaptados à realidade brasileira: à relação entre moeda e preços via emissões bancárias, central no caso britânico, se agrega aqui o impacto sobre o câmbio, já que a moeda brasileira vivia sob constante ameaça de desvalorização.

De certo modo, essa questão voltou à tona em vários momentos de nossa história econômica: na reforma monetária e bancária de Rui Barbosa no início da República; na política monetária restritiva de Joaquim Murinho durante o governo de Campos Sales; no estabelecimento da Caixa de Conversão (1906) e da Caixa de Estabilização (1926). Em suma, a formulação e a gestão da política econômica demandavam o conhecimento da Economia Política (como era chamada à época), embora ontem, como hoje, houvesse amplas divergências entre as visões que inspiravam os homens públicos responsáveis pela política.<sup>5</sup>

A terceira vertente que identificamos na constituição da profissão de economista no Brasil se vincula à administração dos negócios públicos e privados. E sua crescente importância é atestada pela expansão do ensino comercial, como precursor dos cursos superiores de Economia. Não se tem notícia se a determinação de D. João de estabelecer as aulas de comércio no Rio de Janeiro em 1809 se efetivou. Mas é certo que o ensino comercial teve alguma difusão durante o Império. Decreto de 2 de agosto de 1831 determinava que a aula de comércio da cidade do Maranhão, que deixara de funcionar há pouco tempo, fosse restabelecida. Em 1864, existia uma aula de comércio em Pernambuco e mais tarde foi fundada a Academia de Comércio de Juiz de Fora.

Mas foi no Rio de Janeiro que o ensino comercial teve maior expressão. Em 1846, por decreto nº 456 de 6 de julho, fixou-se o regulamento das Aulas de Comércio da cidade do Rio de Janeiro. O curso tinha duração de dois anos e os exames finais versavam sobre matemática, geografia, economia política, direito comercial, prática das operações e atos comerciais, arte de arrumação de livros. Em 1856, as Aulas de Comércio foram sucedidas pelo Instituto Comercial do Rio de Janeiro: o currículo foi expandido, mas continuou a incluir uma disciplina de economia política, ao lado de elementos de matemática (em especial, juros), geografia, estatística comercial, direito comercial, legislação fazendária e escrituração mercantil. Tratava-se, portanto, de um curso de formação geral, mas voltado principalmente à gestão dos negócios comerciais que, na economia agroexportadora da

época, eram os que mais exigiam o conhecimento de técnicas contábeis e administrativas.<sup>6</sup>

### O ensino comercial na Primeira República

Durante a Primeira República, o ensino comercial passou por significativa expansão. Na capital do País, a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1902 e declarada de utilidade pública pelo decreto legislativo nº 1.339 de 9 de janeiro de 1905, substituiu o Instituto Comercial que fora extinto. Os diplomas da Academia passaram a ter caráter oficial e indicavam a conclusão de um de seus dois cursos: o geral, destinado à formação de guarda-livros, peritos judiciais e empregados da fazenda; e o superior, voltado à habilitação de agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhias de seguros e chefes de contabilidade de bancos e de grandes empresas comerciais. Embora este curso fosse denominado superior, ele não era equiparado aos cursos propriamente universitários (como Medicina, Direito e Engenharia), ou seja, seus diplomas não eram nem de bacharéis nem de doutores.

De certo modo, a Academia de Comércio se tornou o modelo oficial para o ensino comercial no Brasil. O decreto de 1905 afirmava que o diploma da Academia de Comércio indicava a “presunção legal de habilitação”, o que dispensava seus portadores de outras provas ou concursos. Essa disposição foi estendida aos diplomados pelos extintos Instituto Comercial do Rio de Janeiro e Academia de Comércio de Juiz de Fora, assim como à Escola Prática de Comércio de São Paulo. Esta fora fundada em 1902 por iniciativa de Horácio Berlinck: contador da fábrica de tecidos de Antonio Álvares Penteado, Berlinck pôde contar com o apoio decisivo desse e de outros empresários da cidade de São Paulo. Essa é a origem da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, instituição de ensino que existe até hoje e que manteve, em seu nome, o vínculo original com o ensino comercial.

Em 1909, a Academia de Comércio criou um curso superior de Ciências Econômicas e Políticas. Em 1919, foi fundada, pela Academia de Comércio, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro que passou a abrigar esse curso superior. Embora o curso não fosse reconhecido oficialmente, ele foi o primeiro a conceder formalmente o título de economista no Brasil.

A expansão do ensino comercial na República foi expressiva para uma economia como a brasileira da época. Em 1907, havia cinco escolas de

comércio no Rio de Janeiro (Academia de Comércio, Associação Cristã de Moços, Escola Remington, Liceu de Artes e Ofícios e Liceu Literário Português) e mais outras 14 no resto do Brasil (Pará, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Distrito Federal, São Paulo e Paraná). Até 1912 novas escolas foram criadas nesses Estados e também no Amazonas, Maranhão e em Pernambuco, totalizando nesse ano 38 estabelecimentos de ensino comercial (sendo 32 particulares). Desses 38, 15 se localizavam no Estado de São Paulo.<sup>7</sup>

É provável que nem todas essas escolas de comércio seguissem os padrões do decreto de 1905, pois em 1923 apenas as seguintes instituições tinham seus diplomas equiparados aos da Academia de Comércio do Rio de Janeiro:

- Escola de Comércio Álvares Penteado (São Paulo)
- Academia de Ciências Comerciais do Estado de Alagoas
- Liceu de Artes e Ofícios do Sagrado Coração de Jesus (São Paulo)
- Instituto Comercial Mineiro
- Instituto Lafayette (Capital Federal)
- Liceu Nossa Senhora Auxiliadora (Campinas, SP)
- Escola Comercial da Sociedade de Educação e Ensino (Campinas, SP)
- Escola Prática de Comércio (mantida pela Phenix Caixeiral do Ceará)
- Escola de Comércio (mantida pela Associação Comercial do Pará)
- Academia de Comércio (mantida pela Associação Comercial de Pernambuco).<sup>8</sup>

Embora pudesse apresentar deficiências, a expansão do ensino comercial atendia à necessidade de uma economia em crescimento: alguns números relativos ao período 1912-1945 falam por si (Tabela 1).

Tabela 1. Ensino Comercial: número de estabelecimentos e de alunos matriculados

| Ano  | Estabelecimentos | Matrículas |
|------|------------------|------------|
| 1912 | 38               | 3.645      |
| 1932 | 401              | 19.268     |
| 1936 | 534              | 31.665     |
| 1942 | 721              | 67.672     |
| 1945 | 1.014            | 90.768     |

Fonte: Castro, *op.cit.*, p. 83.



## O ensino comercial e a diversificação da economia

A fundação de novas escolas de comércio em vários Estados brasileiros reflete, em grande medida, o crescimento e a diversificação da economia na Primeira República. Uma economia estritamente agrícola demanda poucos instrumentos de gestão: um rol de receitas e despesas talvez baste para um cálculo razoavelmente aproximado da rentabilidade do negócio. Já uma empresa comercial, industrial ou bancária necessita de instrumentos de controle mais rigorosos, seja pelo volume de seus negócios, seja pela natureza da empresa (muitas vezes uma sociedade anônima, a cujos acionistas é preciso prestar contas).

A expansão das escolas de comércio revela outro aspecto importante das mudanças por que passava a sociedade brasileira de então. Se os cursos universitários tradicionais (Medicina, Engenharia e Direito) eram “reservados” aos membros da elite, o ensino comercial, em geral noturno, absorvia parcelas da classe média que buscava, por meio da educação profissionalizante, uma forma de ascensão social. Os diplomados pelo ensino comercial, em geral ocupados em funções de guarda-livros ou contadores, constituíam um grupo crescente em número, com presença relevante em muitas empresas e que, apesar disso, não tinha *status* semelhante aos dos bacharéis e doutores das outras profissões.

O ensino comercial fora estabelecido à parte do sistema educacional regular: este incluía, na Primeira República, o curso ginasial que dava acesso aos cursos universitários. Já o ensino comercial, que seria em princípio correspondente ao ginasial, não permitia a seus diplomados o ingresso nos cursos de nível superior. Um diplomado no ensino comercial que desejasse ingressar, por exemplo, numa faculdade de Direito deveria retomar seus estudos a partir do ginásio. Além disso, o diploma do ensino comercial não era considerado de nível superior.

Desse modo, o crescente interesse pelo ensino comercial e o sentimento de certa discriminação em relação aos nele diplomados criou uma pressão para a reforma do ensino comercial com duplo objetivo: primeiro, que sua conclusão permitisse o ingresso nos cursos superiores tradicionais; e mais, que se criasse um curso superior ligado à esfera do ensino comercial.

A reforma do ensino comercial de 1926, estabelecida pelo decreto 17.329 de 28 de maio, caminhou nessa direção ao propor currículos com uma formação geral mais ampla e disciplinas técnicas mais bem definidas.

Há também referência a um curso superior, embora não equivalente aos cursos propriamente universitários (pois quem o concluísse receberia o título de graduado, e não bacharel, em Ciências Econômicas). Mas as reivindicações dos formados no ensino comercial estavam longe de ser atendidas.<sup>9</sup> Apenas em 1931 foi criado um curso propriamente universitário, porém ainda vinculado ao ensino comercial.

### No caminho da consolidação do economista profissional

Por meio de um Decreto – o de nº 20.158 de 30 de junho de 1931 – o governo, ao estabelecer a nova Organização do Ensino Comercial, criou um curso superior de Administração e Finanças que outorgava o título de bacharel em Ciências Econômicas (e de doutor, caso fosse defendida tese diante da congregação da faculdade). O decreto estabelecia que a duração do curso era de três anos e que só estava aberto àqueles que houvessem concluído o ensino comercial e tivessem o diploma de perito-contador ou atuário. Ao ensino comercial se podia ter acesso a partir dos 12 anos: iniciava-se com o curso propedêutico (com duração de três anos), seguido do curso técnico com diferentes habilitações: secretariado (um ano), guarda-livros e administrador-vendedor (dois anos) e atuário e perito contador (três anos).<sup>10</sup>

Portanto, aquele que ingressava no curso superior de Administração e Finanças já era um profissional – atuário e mais frequentemente contador. Embora o curso se denominasse Administração e Finanças, ele formava bacharéis em Ciências Econômicas, ou seja, economistas. O currículo do curso incluía disciplinas de formação geral (geografia econômica, história econômica, psicologia e sociologia); de Economia (economia política, finanças e economia bancária, política comercial e regime aduaneiro comparado); da área jurídica (direito constitucional e civil, direito internacional comercial, direito administrativo, direito industrial e operário, direito internacional e diplomacia, legislação consular); da área contábil (contabilidade de transportes e contabilidade pública) e da administrativa (administração e matemática financeira).

A análise do currículo oficial do curso de Administração e Finanças permite definir o perfil profissional que se julgava adequado ao economista na época. O pré-requisito para ingresso no curso era a conclusão do ensino comercial que se concentrava em conhecimentos de contabilidade, aprofundados no curso superior. As disciplinas de administração, matemática

financeira, direito industrial e operário, somadas aos conhecimentos de contabilidade, forneciam os instrumentos disponíveis à época para a gestão de empresas privadas. Uma disciplina de finanças e economia bancária o tornaria apto a enfrentar as especificidades da gestão de bancos, outra área em que se demandava a presença do economista.

Mas o currículo também preparava o economista para atuar na esfera pública, seja no plano da gestão de órgãos do governo (por meio de disciplinas de direito constitucional, direito administrativo), seja no das relações internacionais (política comercial e regime aduaneiro, direito internacional comercial, direito internacional e diplomacia, legislação consular). A disciplina economia política deveria fornecer a visão geral do funcionamento da economia e da sociedade (enquadrando os demais conhecimentos), juntamente com as disciplinas de formação geral.

Em artigo na imprensa denominado “O Bacharel em Ciências Econômicas”, o economista carioca Lafayette Belfort Garcia caracterizava o economista profissional:

“A função do ‘economista de carreira’, titular de um diploma oficial expedido por instituições superiores de ensino econômico-comercial, é a de administrador das atividades econômicas particulares e públicas do País. (...) Compete ao economista organizar, administrar, orientar e reformar as atividades econômicas, procurando no desempenho desse mister o máximo de eficiência, quer no setor da produção, quer no setor da distribuição; naquele visa um acréscimo de bem-estar por uma redução de preços, um aumento quantitativo e uma melhora qualitativa; e neste, a coordenação dos elementos necessários a garantir um funcionamento constante da produção”.<sup>11</sup>

Em suma, o decreto que estabeleceu o curso de Administração e Finanças sugeria que o economista deveria ser um profissional versátil, capaz de atuar tanto na empresa privada (comercial, industrial, bancária) quanto na esfera pública (administração direta, organismos ligados ao comércio exterior e à diplomacia). Este perfil do economista reflete, de certo modo, o próprio grau de desenvolvimento da economia brasileira à época, em que a complexidade e a especialização das funções econômicas e administrativas ainda eram relativamente pequenas.

## Os primeiros bacharéis em Ciências Econômicas

A edição do Decreto de 1931 estimulou a criação de faculdades que instalassem o curso de Administração e Finanças. Para as escolas de co-

mércio, esse seria um desdobramento natural do ensino comercial que já ministravam. E para os diplomados no ensino comercial seria o caminho para uma nova habilitação, mas também para a obtenção de um diploma com o *status* de ensino superior. Aliás, este seria também o caminho natural para os atuários ou contadores: o ingresso nos cursos de Administração e Finanças só estava aberto a eles; e para eles o único caminho para um curso superior era o de Administração e Finanças, já que o diploma do ensino comercial não os habilitava a ingressar em outros cursos superiores (como o de Direito).

Em 1932, dois cursos de Administração e Finanças começaram a funcionar com base nos termos do decreto de 1931: a já citada Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro (ligada à Academia de Comércio) moldou-se às novas regras e a Escola Prática de Comércio de São Paulo (depois Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado) instalou a Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo.

Assim, no final de 1934, formavam-se as primeiras turmas de bacharéis em Ciências Econômicas, de acordo com as normas editadas pelo decreto de 1931. A esses se somavam os formados anteriormente pelo curso superior da Academia de Comércio e pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro.

A expansão dos cursos superiores de Administração e Finanças foi lenta nos primeiros anos, mas se acentuou na década de 1940, como atestam os dados sobre número de estabelecimentos, de matrículas e de conclusões de curso (Tabela 2).

Tabela 2. Curso Superior de Administração e Finanças – 1934-1945 (em unidades)

| Ano  | Estabelecimentos | Matrículas | Conclusões |
|------|------------------|------------|------------|
| 1934 | 7                | 290        | 63         |
| 1938 | 10               | 483        | 60         |
| 1940 | 13               | 774        | 157        |
| 1943 | 27               | 2.438      | 370        |
| 1945 | 28               | 2.589      | 735        |

Fonte: Castro, op. cit., p. 88.

## As primeiras entidades de economistas

Embora não constituíssem, de início, um grupo numeroso, esses economistas logo se articularam em entidades representativas da profissão. No Rio de Janeiro, em outubro de 1932, foi criado o Instituto da Ordem dos Economistas do Rio de Janeiro; reorganizado em 1935 por 27 economistas, teve em sua primeira diretoria Lafayette Belfort Garcia, Luiz Pedro Baster Pillar, Eugênio Luiz Caruso e Francisco Garcia Bastos. Em 1941, o Instituto recebeu a Carta Sindical e passou a se denominar Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro.<sup>12</sup>

Em São Paulo, em novembro de 1934, 30 formandos da Faculdade de Ciências Econômicas se comprometeram a fundar uma entidade que tivesse por fim “a coesão dos bacharéis em Ciências Econômicas; a investigação científica; a regulamentação da profissão; a defesa dos nossos direitos; a obtenção de justas regalias; a colaboração com os poderes públicos no que concerne à nossa especialidade”. Efetivamente, em 11 de janeiro de 1935 foi fundada a Ordem dos Economistas de São Paulo: entre seus dirigentes figuraram Frederico Herrmann Junior, Milton Improta, José da Costa Boucinhas. Desde cedo, a Ordem dos Economistas de São Paulo se preocupou com o reconhecimento da profissão; com o apoio do deputado Aniz Badra, tiveram acesso ao ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, que, com base em parecer do chefe da Seção de Fiscalização Sindical, designou a Ordem como órgão sindical de profissão liberal.<sup>13</sup>

As entidades do Rio de Janeiro e de São Paulo logo estabeleceram contatos e iniciaram gestões em defesa da profissão. Em 1939, às Ordens do Rio e de São Paulo se somou o Instituto de Economia e Finanças da Bahia na assinatura de um convênio que previa, entre outras ações, a realização anual da Semana do Economista. Durante a Semana, economistas vinculados às entidades realizavam palestras em instituições de ensino, em órgãos legislativos, em emissoras de rádio a fim de divulgar a profissão e buscar o seu reconhecimento pela sociedade. Aliás, esse movimento associativo dos economistas se disseminava pelo País: no memorial enviado ao Presidente Vargas em 1945 citavam-se, além das três entidades acima, a Associação Profissional dos Economistas de Porto Alegre, o Instituto de Economistas de Pelotas e a Ordem dos Economistas de Pernambuco.<sup>14</sup>

A criação do curso de Administração e Finanças e a definição de um bacharel em ciências econômicas representaram uma vitória para os diplomados no ensino comercial, pois era o caminho para obterem o título de

bacharel, tão valorizado na sociedade de então. Apesar de os contabilistas já constituírem uma categoria profissional bem estabelecida, lhes faltava um título de nível superior. Desse modo, grande parte das primeiras turmas de bacharéis em Ciências Econômicas era constituída por contadores profissionalmente bem sucedidos. Além disso, a profissão já demonstrava sua solidez por meio de algumas iniciativas: no Rio de Janeiro, em 1912, um grupo de contabilistas iniciou a publicação da *Revista Brasileira de Contabilidade* e em São Paulo, em 1919, foi fundado o Instituto Paulista de Contabilidade, que passou a editar a *Revista Paulista de Contabilidade*.

### No caminho do reconhecimento pleno da profissão

Mas aos profissionais que concluíam o curso de Administração e Finanças faltavam ainda alguns passos para o pleno reconhecimento social da profissão. Apesar do título de bacharel, o curso de graduação em finanças ainda era visto como de *status* inferior aos cursos propriamente universitários, pois ele fazia parte do ensino comercial. Desse modo, não era acessível ao jovem que concluísse o ensino regular (então o ginásio de seis anos); por outro lado, o ensino comercial “técnico” não servia como requisito para ingresso nos cursos propriamente universitários. A equiparação do curso de Economia aos demais cursos universitários era vista, pelos economistas já formados, como uma condição importante para a valorização da profissão em termos de seu *status* perante a sociedade.

O número crescente de economistas formados permitia ampliar a pressão sobre o governo a fim de promover uma nova reforma do ensino “comercial”, o que efetivamente ocorreu em 1945. O decreto-lei nº 7.988 de 22 de setembro de 1945 extinguiu o curso de Administração e Finanças e criou dois cursos de nível superior: o de Ciências Econômicas e o de Ciências Contábeis e Atuariais, ambos equiparados aos demais cursos universitários. Por essa reforma, os graduados no ensino comercial de nível médio ganharam o direito de concorrer a vagas em qualquer curso universitário; paralelamente, os que concluíam o curso médio regular também podiam ingressar nos cursos superiores de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. Em suma, o antigo ensino comercial deixou de ser uma carreira à margem do ensino regular (médio e universitário) e cujo prestígio social era reduzido diante das demais carreiras.<sup>15</sup>

Com base nessa legislação foram criadas novas faculdades de Ciências Econômicas, em particular duas vinculadas a universidades públicas: a da

Universidade do Brasil e a da Universidade de São Paulo. Na verdade, bem antes da edição desse decreto-lei de 1945, foi cogitada a criação de faculdades de Economia nessas universidades.

A Universidade do Brasil, fundada em 1937, na prática, indicava um novo nome para a Universidade do Rio de Janeiro: esta, criada nos anos 1920, promoveu a agregação de várias faculdades existentes na então Capital Federal. Em 1933 fora concluído um anteprojeto para a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade do Rio de Janeiro. Objeto de discussões, o projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional em 1935. Quando do fechamento do Congresso em 1937, pela implantação do Estado Novo, o projeto ainda não havia sido aprovado. Desse modo, a implantação de uma faculdade de Economia na Universidade do Brasil foi adiada e só se efetivou em 1946.

Paralelamente, houve outras iniciativas que redundaram na criação de faculdades de Economia. Em 1935 foi criada a Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal. Em 1939, essa universidade foi incorporada à Universidade do Brasil que absorveu suas faculdades e alguns de seus professores. Porém, o ensino de Economia na Universidade do Brasil teve maior influência de outra instituição que também foi a ela incorporada: a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Ela foi fundada em 1938 por um grupo de professores ao qual se reuniu, logo em seguida, um corpo docente selecionado por concurso. Além de economistas ligados à Ordem do Rio de Janeiro (como Álvaro Porto Moitinho e Luiz Nogueira de Paula), a faculdade contava com professores que à época e depois tiveram importante participação na vida pública do País: Francisco San Tiago Dantas, Afonso Arinos de Melo Franco, José Carlos de Macedo Soares, Eugênio Gudin, Daniel de Carvalho.

Apesar do prestígio de seus fundadores e professores, a faculdade, uma empresa privada, enfrentou permanente dificuldade financeira. Por acordo com a Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 1945 foi criada a Fundação Mauá que absorveu a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. Em 1946, houve a incorporação parcial da Faculdade à Universidade do Brasil, parcial porque ela continuaria a ser mantida com recursos da Fundação Mauá. Mantidas as dificuldades financeiras, em 1949 a Faculdade foi plenamente integrada à Universidade do Brasil como Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (a Universidade, ou seja, a União passou a responder por todos os encargos financeiros). Em São Paulo também houve um processo semelhante, embora menos complexo e menos longo.

Com a criação da Universidade de São Paulo em 1934, aventou-se a hipótese de criação de uma Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas. No entanto, esta só veio a se concretizar em 1945 com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, já estabelecida com base nas normas do decreto de 1945.<sup>16</sup>

O currículo estabelecido pelo decreto-lei nº 7.988 de 1945 voltava-se, mais do que o anterior, para o estudo de disciplinas específicas de Economia. Cabe lembrar, o mesmo decreto-lei criou o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, sugerindo o objetivo de desvincular as profissões de economista e de contador que, na prática, eram bastante superpostas até então.<sup>17</sup> Das 23 disciplinas do currículo, 13 eram específicas de Economia (como Economia Política, Valor e Formação de Preços, Moeda e Crédito, Comércio Internacional e Câmbio, Repartição da Renda Nacional, Sistemas Econômicos Comparados); três de Métodos Quantitativos (Matemática e Estatística), duas de Direito, três de formação geral (Geografia Econômica, História Econômica, Princípios de Sociologia) e apenas duas na área administrativa/contábil.<sup>18</sup> Pode-se mesmo dizer que a estrutura geral desse currículo foi mantida até a reforma curricular de 1985, com algumas adaptações (como a inclusão da disciplina Macroeconomia e a transformação de Valor e Formação de Preços em Microeconomia).

### A multiplicação das faculdades

O novo estatuto dos cursos superiores de Economia, ao qual se adaptaram os antigos cursos de Administração e Finanças, parece ter estimulado a criação de novas faculdades. Ao lado das duas faculdades vinculadas a universidades públicas (no Rio de Janeiro e em São Paulo), multiplicaram-se as escolas particulares. O exemplo de São Paulo é expressivo: além da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (criada em 1932), surgiram até 1945 mais quatro estabelecimentos com cursos de Administração e Finanças: de Ribeirão Preto (1932), Coração de Jesus, depois agregado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1938), Economia, Finanças e Administração/Derville Allegretti (1942) e Universidade Católica de Campinas (1942). Depois de 1945, já no novo regime, foram criadas novas faculdades: além daquela vinculada à Universidade de São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas São Luiz, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Mackenzie e faculdades de ciências econômicas em Santo André, Ribeirão Preto, Santos, Franca e Marília.



Também no Rio de Janeiro havia expansão do ensino de Economia: além da faculdade pioneira ligada à Academia de Comércio, já registramos a fundação da faculdade da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, depois agregada à Universidade do Brasil. Em 1940, o professor Djacyr Menezes defendia, contra os críticos, a criação de uma Faculdade de Ciências Econômicas no Ceará. Sua defesa expressa a importância do saber econômico, não pela formação de mais bacharéis, e sim para a compreensão e resolução de problemas cruciais para a sociedade:

“Não é mera forja de mais doutores. São as exigências da vida social e econômica da atualidade que estão solicitando técnicos especializados nos problemas de administração e finanças. Os problemas de governo são antes de tudo problema de ciências. O desenvolvimento social e econômico suscita uma série de desajustamentos, a reclamarem renovações incessantes nos aparelhamentos de governo e de controle das energias sociais”.<sup>19</sup>

Os economistas já haviam conseguido alguns resultados nessa direção: em 1940, o governo reconheceu, pelo Decreto 2.389 de 9 de julho, a existência legal da profissão de economista incluída no grupo das profissões liberais. No ano seguinte, atendendo à legislação trabalhista emitida ao longo do primeiro governo de Vargas, o Instituto da Ordem dos Economistas do Rio de Janeiro e a Ordem dos Economistas de São Paulo foram reconhecidos como Sindicatos dos Economistas (no Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo). E em 1943, o reconhecimento legal da profissão de economista na relação oficial de profissões liberais foi incorporado à Consolidação das Leis do Trabalho. Mas restava ainda obter a regulamentação da profissão, uma reivindicação de centenas de economistas formados desde a instalação dos cursos de administração e finanças e que desejavam ver definidas as prerrogativas de sua profissão.

Foi esta luta, encetada pelas entidades representativas dos economistas, principalmente as Ordens/Sindicatos do Rio de Janeiro e de São Paulo, que resultou, afinal, na promulgação do decreto 1.411 em 13 de agosto de 1951 e que determinou a instalação do Conselho Federal de Economistas Profissionais e dos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais. Aqui começa uma história de 60 anos de crescente afirmação do economista na sociedade brasileira.

# 2

## A CONSOLIDAÇÃO DA PROFISSÃO DE ECONOMISTA E A FUNDAÇÃO DO CFEP (1951-1963)





PÁGINA ANTERIOR

---

*Primeira sessão de instalação do Conselho Federal dos Economistas Profissionais em 27 de outubro de 1951, na sede do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro.*

ACIMA

---

*Em 1945, o presidente Getúlio Vargas recebe o memorial solicitando a regulamentação da profissão de economista; na fotografia estão Heitor Campelo Duarte, presidente do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, Dorilo Queiroz de Vasconcelos, Eduardo Lopes Rodrigues e Mario Orlando de Carvalho.*

O Conselho Federal de Economistas Profissionais (CFEP) e os Conselhos Regionais de Economistas Profissionais (CREP) foram criados – com esta denominação – pela mesma lei que reconheceu a profissão de economista no Brasil. A Lei nº 1.411 foi assinada em 13 de agosto de 1951 pelo presidente Getúlio Vargas e pelos ministros Ernesto Simões Filho, da Educação, Horácio Lafer, da Fazenda, e Danton Coelho, do Trabalho, Indústria e Comércio.<sup>1</sup>

Mais do que o registro de sindicatos e associações de economistas no Ministério do Trabalho, que ocorrera anteriormente, agora havia um campo legalmente delimitado para a ação dos economistas em todo o País, especificando suas prerrogativas e os órgãos responsáveis pela fiscalização do exercício da profissão, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Economistas Profissionais.

Para os economistas que assumiram a missão de implantar o Conselho Federal, grandes responsabilidades os aguardavam em seus primeiros anos de mandato: instalar a entidade e iniciar o seu funcionamento administrativo, fundar os primeiros Conselhos Regionais, desenhar a sua abrangência territorial e escolher a capital sede, moldar o escopo da profissão de economista e decidir quem seria habilitado além dos não diplomados, criar os mecanismos para fiscalizar o exercício profissional e disseminar a cultura do economista em âmbito nacional, para que a sociedade e os governos compreendessem a formação e as habilidades deste novo profissional.

Economistas de Sergipe, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo participaram da criação do Conselho Federal. Um edital de convocação para uma reunião dirigido a todos os sindicatos e associações de economistas do País foi publicado no *Diário Oficial da União* em 28 de novembro de 1951. O edital era assinado por Reynaldo de Souza

Gonçalves, do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro; Jamil Zantut, do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo, e Manoel Lourenço Bonini, do Sindicato dos Economistas de Porto Alegre.

Atendendo a esta convocação, a fundação do Conselho Federal de Economia se deu no dia 15 de dezembro de 1951, na sede do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, à Avenida Rio Branco, com a presença de Antonio Lourenço Cabral, da Associação Profissional dos Economistas do Rio de Janeiro; Flávio Ferrari, da Associação Profissional dos Economistas de Santa Catarina; Manoel Francisco Lopes Meirelles, da Associação Profissional dos Economistas de Sergipe; Fernando Ferrari, do Sindicato dos Economistas de Porto Alegre, e Daniel Quintino da Cunha, da Associação Profissional dos Economistas da Bahia; Reynaldo de Souza Gonçalves, representante do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro; Jamil Zantut, do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo, e os suplentes Eugênio Lefevre Neto e Walter Braga.<sup>2</sup>

Houve formação de chapas para a eleição e os conselheiros titulares eleitos foram Jamil Zantut, Luiz Fernando Mussolini, Eugênio Lefevre Neto, Hélio Benedito Fiori, Lafayette Belfort Garcia, Fernando Ferrari, Heitor Campelo Duarte, Reynaldo de Souza Gonçalves e Manoel Francisco Lopes Meirelles. Como suplentes foram escolhidos: Dorillo Queiroz de Vasconcellos, Aladino Neves, Manuel Ferreira Neto, Umberto Montano, Antonio Lourenço Cabral, Genival de Almeida Santos, Maurício de Magalhães Carvalho, Álvaro Porto Moitinho e Eduardo Lopes Rodrigues.<sup>3</sup>

Com o Conselho formado, no dia 22 de dezembro de 1951 ocorreu nova reunião para eleger presidente e vice-presidente. Após a formação de chapas e votação, Heitor Campelo Duarte e Hélio Benedito Fiori se tornaram os primeiros presidente e vice do CFE.<sup>4</sup> Também receberam votos como candidatos a presidente Reynaldo de Souza Gonçalves e Manuel Francisco Lopes Meirelles.<sup>5</sup>

Nos anos iniciais de atuação do Conselho Federal havia economistas organizados em pelo menos oito Estados que participavam formalmente do Conselho, além das entidades que estiveram presentes na fundação do Conselho, incluindo também a Associação Profissional dos Economistas Profissionais de Minas Gerais, Sindicato dos Economistas do Paraná, do Estado da Guanabara, Sindicato dos Economistas de Pernambuco e Associação Profissional dos Economistas do Amazonas. Havia também uma Associação Profissional dos Economistas do Banco do Brasil, que participou dos primeiros anos de atuação do Conselho Federal e indica a importância

de alguns poucos órgãos públicos federais como núcleos iniciais de trabalho dos economistas.

Ao Conselho Federal, além do parecer final sobre os pedidos de habilitação e de tarefas administrativas, caberiam ações mais gerais como: “Contribuir para a formação da sadia mentalidade econômica, através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores da economia nacional”, “promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do país” e “servir de órgão de consulta do Governo em assunto de economia profissional”.<sup>6</sup>

### O coroamento de um processo

A promulgação da lei e a fundação do Conselho Federal coroaram um processo de quase duas décadas, iniciado com a abertura dos cursos superiores de Economia, em 1932, o reconhecimento como profissão liberal na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, e o debate parlamentar sobre a regulamentação da profissão que teve início em 1946 e se estendeu até 1951.

Nesse período, a presença de economistas ganhou alguma relevância em órgãos públicos de planejamento, foram fundadas faculdades, entidades de economistas e revistas especializadas. Os economistas começaram a definir os primeiros parâmetros da profissão e do novo campo intelectual e, igualmente, iniciaram os primeiros passos para participar de forma decisiva na condução dos destinos do País.

Conforme um texto que conta o processo de reconhecimento profissional, “o economista não seria mais uma atividade diletante, ocasional e específica de professor de Economia e Finanças, de banqueiro ou de ministro das Finanças, mas a de profissional autônomo, com cultura superior e específica de Economia, para prestação de serviços técnicos na área de sua ciência em um mundo cada vez mais necessitado de orientação e assessoramento econômico para solução dos grandes problemas do bem-estar da Humanidade”.<sup>7</sup> A oposição ao diletantismo na profissão explica a ênfase no nome da entidade à expressão “economistas profissionais”.

A legislação de 1945, que atribuiu ao curso de Ciências Econômicas (e também ao de Ciências Contábeis) o grau universitário (equiparando-o, entre outros, aos de Medicina, Direito e Engenharia), representara importante conquista para a categoria: a profissão adquiria, desse modo, *status* mais elevado aos olhos da sociedade, podendo atrair crescente número de

jovens interessados nessa carreira, inclusive aqueles que não tivessem passado antes pelo ensino comercial. Igualmente importante foi a instalação, em 1938, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, que em 1946 seria incorporada pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo em 1946: tratava-se do reconhecimento, pelo Estado, da relevância da profissão de economista, justificando-se sua formação em universidades públicas.

Embora não tenhamos uma relação completa das faculdades de Ciências Econômicas criadas em outros Estados, é inegável que o interesse pela profissão de economista crescia rapidamente nas décadas de 1930 e de 1940, fato que se revelava por outros indicadores, como a existência de inúmeras instituições que agregavam economistas, seja para a defesa de seus interesses profissionais, seja para estudo e discussão de temas econômicos, conforme mencionado no capítulo anterior. Não podemos esquecer que, nos anos 1930 e 1940, foram criados também vários órgãos governamentais que tratavam de assuntos econômicos sob as mais diversas perspectivas: Departamento Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia, Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto Nacional do Mate, Instituto Nacional do Pinho, Conselho Federal de Comércio Exterior, Conselho Técnico de Economia e Finanças, Comissão de Planejamento Econômico, Conselho Nacional do Petróleo, Comissão de Defesa da Economia Nacional, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.

Esta relação, não exaustiva, sugere claramente a importância que o tratamento técnico das questões econômicas adquiriu nesses anos. Nem todos os técnicos que participavam desses organismos eram bacharéis em Ciências Econômicas: advogados (como Otávio Gouveia de Bulhões, que logo se filiaria ao CREF) e engenheiros (como Eugênio Gudín e Roberto Simonsen) são exemplos de profissionais de outras áreas presentes nos trabalhos de órgãos do governo ou de representação setorial e nos debates sobre a economia brasileira. Mas o número crescente de economistas formados nos regimes de 1931 e de 1945, e que se inseriu nos diferentes nichos de atuação profissional, passou a buscar outra reivindicação relevante: a regulamentação da profissão de economista.

A profissão de economista se desenvolveu inicialmente em três vertentes distintas, como vimos no capítulo anterior, que podiam eventualmente se combinar ou sobrepor: a dos economistas diplomados a partir de 1931 que eram também contadores (o que era obrigatório até 1945 e foi um

perfil que se manteve frequente nos anos 1950) e que ocupavam posições nas faculdades de Economia e em funções de contador (que, de resto, dirigiam pequenas empresas e órgãos de economia governamentais); a de professores das faculdades de Administração e Finanças e das cadeiras de Economia em cursos de Direito e Engenharia (que se dedicavam à reflexão e ao ensino de economia principalmente sob a perspectiva teórica) e, por fim, a de profissionais não necessariamente diplomados em Economia, muitos deles advogados ou engenheiros, que começaram a trabalhar, no Rio de Janeiro, nos órgãos federais de planejamento a partir dos anos 1940 e que exerciam, de fato, a função de “macroeconomistas”.

No Rio de Janeiro, no entanto, também havia os economistas-contadores, como o próprio Reynaldo Gonçalves, que liderou a campanha pelo reconhecimento da profissão e publicara vários livros de contabilidade. Também alguns dos primeiros dirigentes do CREP-RJ eram professores de Contabilidade na Universidade do Brasil ou em outras faculdades, um padrão muito semelhante ao da Ordem e do CREP de São Paulo.

Em síntese, havia os economistas-acadêmicos, os economistas-contadores e gestores de negócios públicos e privados (com funções na administração direta, em autarquias, fundações e também em empresas privadas do setor produtivo, comercial ou financeiro), para a qual se exigia tanto algum conhecimento da Ciência Econômica quanto o de técnicas de gestão adequadas, e os economistas formuladores e executores de política econômica e planejadores que atuavam nas mais diversas esferas (tanto nos governos nacionais quanto em instituições internacionais – os “policy maker”). Aos poucos, estas vertentes foram em parte se fundindo, em um processo que se consolidou nos anos 1960.

### Planejamento econômico

A partir dos órgãos públicos já citados, observa-se que o planejamento econômico não era desconhecido na economia brasileira e logo se tornou um campo privilegiado de atuação dos economistas. Basta lembrar do Plano Salte (saúde, alimentação, transportes e energia) elaborado durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), no entanto, tratava-se mais de um orçamento de investimentos públicos do que de um efetivo plano de desenvolvimento econômico. Outras referências que cabe citar são a Comissão Mista Brasil–Estados Unidos em 1951 e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952.



O Plano de Metas, do governo de Juscelino Kubitschek, estabeleceu, de forma mais articulada, os objetivos a serem alcançados (as “metas”) e os meios para tanto (em especial, os investimentos necessários). JK abriu a primeira reunião de seu ministério em 1956 criando o Conselho Nacional de Desenvolvimento, uma agência interministerial encarregada de implementar os projetos de desenvolvimento econômico do Plano de Metas.

O rápido crescimento da economia brasileira nesses anos gerou um grande otimismo (apesar de certos desequilíbrios, como a inflação crescente) e induziu novas experiências de planejamento nas esferas estaduais e regionais. Os projetos do governo JK disseminaram entre as elites do País, na expressão do economista Werner Baer, uma “mística do desenvolvimento”: a crença efetiva na possibilidade de obter elevadas taxas de crescimento em curto período e com mudanças qualitativas – com influência das teses da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU), e do recém-criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1952).<sup>8</sup> A produção industrial do País cresceu a altas taxas naquele período: 11,1% (1955), 5,5% (1956), 5,4% (1957), 16,8% (1958) e 12,9% (1959).<sup>9</sup>

Nos anos 1930 e 1940 surgiram também várias publicações especializadas em Economia, a expressar o crescente interesse pelos temas econômicos não só entre os profissionais, mas também por um público mais amplo: *Revista de Ciências Econômicas* (da Ordem dos Economistas de São Paulo, criada em 1939), *Revista de Economia e Finanças* (do Instituto de Economia e Finanças da Bahia), *Boletim do Instituto de Ciências Econômicas de Porto Alegre*, *Observador Econômico e Financeiro*, *Economia e O Economista* (todos do Rio de Janeiro), *Digesto Econômico* e *Boletim do Instituto de Economia* (da Associação Comercial e da Federação do Comércio do Estado de São Paulo).

No final dos anos 1940, surgem duas novas revistas, ambas vinculadas à Fundação Getúlio Vargas e que até hoje são publicadas pela entidade: *Revista Brasileira de Economia* e *Conjuntura Econômica*. Memórias destas publicações revelam a presença do debate de ideias no campo econômico. “*Conjuntura Econômica* foi pioneira no Brasil na apresentação de um conjunto de indicadores do comportamento a curto e médio prazos da economia”, conta o economista Celso Furtado em texto de memória, prosseguindo, ao lembrar do editor, Richard Lewinsohn, que ele era “leitor atento das revistas de economia e finanças publicadas nos Estados Unidos e na Europa, teve notável papel educativo entre nós, chamando a atenção para o que de importante aparecia. Em 1946 ele publicara um artigo sobre o in-

*flationary gap*, primeira crítica séria entre nós à versão crua da teoria quantitativa da moeda, que era dogma entre nossos professores de economia”.<sup>10</sup>

Também a *Revista Brasileira de Economia* tinha uma circulação relevante para o debate nos anos 1940 e é Furtado ainda quem conta que certo dia Lewinsohn “viu na *Revista Brasileira de Economia* uma resenha minha à recém-publicada edição brasileira de seu *Trusts e cartéis*, e passou a dar mais atenção a mim. Sentia um prazer particular em demonstrar que no Brasil ninguém se preocupava em verificar a origem dos dados que citava. ‘Antes de consultar as fontes mais óbvias, já estão opinando’, dizia. Uma vez observou: ‘Duvido que você conheça um décimo da informação que se encontra no anuário estatístico’. Havia descoberto um lapso no que eu escrevera e atacava pelo flanco. Ria do professor Eugênio Gudín, que com frequência se referia à pobreza de nossas estatísticas. Não recuava diante de extrapolações audaciosas, convencido de que uma primeira aproximação era melhor do que nada, e de que as margens de erro em economia são grandes. Lewinsohn foi quem primeiro fez estimativas razoáveis da renda nacional do Brasil, utilizando como base a arrecadação do imposto de vendas e consignações”.<sup>11</sup>

Assim, a criação do Conselho Federal de Economistas Profissionais, dos Conselhos Regionais e o reconhecimento oficial da profissão foram um marco consolidador deste processo de difusão e afirmação do campo da Economia e, a partir daí, do início de uma nova etapa que duraria duas décadas e na qual o estabelecimento da profissão se irradia para outros Estados do País, com a criação também de Conselhos Regionais, novas faculdades e a definição de funções e carreiras públicas municipais, estaduais e em nível federal, além de cargos em empresas e outras organizações.

### O início da atuação do CFEF

De acordo com o decreto de regulamentação da Lei nº 1.411 cabia ao Conselho Federal organizar os Conselhos Regionais. A Resolução nº 2, de 28 de junho de 1952, que criou os Conselhos Regionais de Economistas Profissionais, instituiu quatro CREPS: 1ª Região, compreendendo o Distrito Federal e os Estados de Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, com sede no Rio de Janeiro; 2ª Região, Estados de São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso, com sede na capital paulista; 3ª Região, compreendendo os Estados de Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas e Territórios, com sede em

Recife, e 4ª Região, englobando Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com sede em Porto Alegre.<sup>12</sup>

O primeiro Conselho Regional efetivamente instalado foi o da 2ª Região, fundado no dia 29 de maio de 1953, com jurisdição sobre os Estados de São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso, embora, de início, sua ação se limitasse ao Estado de São Paulo. Sua instalação teve de aguardar a regulamentação da Lei nº 1.411 (pelo Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952) e as diretrizes emanadas do CFEP. No dia seguinte, 30 de maio, foi realizada a primeira reunião do Conselho na sede do Sindicato dos Economistas de São Paulo, no 5º andar do edifício da Rua Conselheiro Crispiniano, 344, no centro da cidade, e o primeiro presidente foi Ubirajara Dib Zogaib. Esse edifício era uma referência importante para os paulistanos porque em seu andar térreo funcionava o Cine Marrocos, um dos mais frequentados em sua época.<sup>13</sup> Nesta reunião também estava presente o então presidente do Conselho Federal, Eugênio Lefevre Neto, que, assim, participava da criação do primeiro Conselho Regional.

O segundo Conselho Regional a se instalar foi o da 1ª Região, com sede no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1953, tendo como primeiro presidente César Prieto, que permaneceu dirigindo a entidade até 1958, sendo sucedido por Alberto Almada Rodrigues (1958-63), Mário Castro Alves (1963-68) e Reynaldo de Souza Gonçalves (1968-72). A primeira sede no Rio de Janeiro foi na Avenida Franklin Roosevelt, nº 39. Já na gestão de Almada Rodrigues foi adquirida uma sede própria, no Edifício São Borja, na Avenida Rio Branco, 277 e criado o Instituto Superior de Economia e Administração – Isea.

O terceiro foi o CREP – 4ª Região, criado em 11 de julho de 1953, sediado no Estado do Rio Grande do Sul. Em seguida viria o CREP – 3ª Região, sediado em Recife. Em 15 de maio de 1959 foi criado o CREP – 5ª Região, englobando Bahia, Sergipe e Alagoas, com sede em Salvador

Cada CREP era constituído de nove conselheiros e nove suplentes, eleitos pelos representantes dos sindicatos e associações profissionais de economistas existentes nas regiões de sua jurisdição. De acordo com o Decreto nº 31.794, esses representantes tinham direito a voto conforme o número de associados das entidades a que pertenciam (sendo um voto por grupo de 50 associados, ou fração de mais de 25 associados). O Conselho Regional tinha como atribuição organizar e manter o registro profissional dos economistas; fiscalizar o exercício da profissão; expedir carteiras profissionais e “realizar o programa de atividades elaborado pelo CFEP no

sentido de disseminação da técnica econômica nos diversos setores da economia nacional, promovendo estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do País”.

### A definição das atividades do economista

Os primeiros anos de fundação do Conselho exigiram grande esforço de construção da entidade por parte dos conselheiros. Ao instalar-se como entidade, a primeira grande tarefa do CFEF, em paralelo à montagem administrativa, foi a definição das funções de economista e de quem seria considerado e reconhecido como tal. Era preciso ser abrangente, específico e preciso. Por isso, uma lei, um decreto e uma resolução detalharam estas funções na década de 1950.

A Lei 1.411, em 1951, apresentava uma primeira definição, embora genérica e atrelada aos cargos, das atribuições do economista em seu artigo 3º: “Para o provimento e exercício de cargos técnicos de economia e finanças, na administração pública, autárquica, paraestatal, de economia mista, inclusive bancos de que forem acionistas os Governos Federal e Estadual, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviço público, é obrigatória a apresentação do diploma de bacharel em Ciências Econômicas, ou título de habilitação, respeitados os direitos dos atuais ocupantes efetivos”. A lei também definia que: “É facultada aos bacharéis em Ciências Econômicas a inscrição nos concursos para provimento das cadeiras de Estatística, de Economia e de Finanças, existentes em qualquer ramo de ensino técnico ou superior e nas dos cursos de ciências econômicas”.<sup>14</sup>

O Decreto 31.794, de 17 de novembro de 1952, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro Segadas Viana, definia de forma mais substantiva a atividade profissional do economista, “liberalmente ou não, por estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, perícias, arbitragens, laudos, esquemas ou certificados sobre os assuntos compreendidos no seu campo profissional, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão ou assistência dos trabalhos relativos às atividades econômicas ou financeiras, em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou por quaisquer outros meios que objetivem, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico”.<sup>15</sup>

A Resolução nº 67, de 14 de outubro de 1957, definiu que os “serviços profissionais do economista são aqueles que exigem conhecimentos técni-

cos ou científicos de Economia, Finanças, Organização Administrativa ou Racionalização do Trabalho, ou que têm por objetivo técnico a conservação ou aumento do rendimento econômico por meios ou processos técnico-científicos”, e descreveu em detalhes quais as áreas próprias de atuação do economista em quatro grandes áreas:

1. Planejamento econômico, financeiro e administrativo, englobando: a. Programação econômica: macroeconômica e microeconômica e b. Planos de investimentos e financiamentos.
2. Organização econômico-administrativa, englobando: a. Racionalização do trabalho; b. Organização administrativa e c. Planejamento administrativo.
3. Estudos, análises e pareceres, englobando: a. Análise da renda nacional; b. Análise de preços e mercados; c. Análise econômica do trabalho e sua organização; d. Análise da conjuntura econômica, estudo da política econômica, financeira, orçamentária, comercial, cambial, de crédito e custos, de consumo, do trabalho e fiscal, estudo sobre o desenvolvimento econômico, o custo de vida e salários, bem como sobre as instituições sociais e a intervenção do Estado na política do trabalho; e. Pareceres sobre matéria econômica, financeira e administrativa e f. Econometria.
4. Perícias, avaliações e arbitramentos, englobando: a. Perícias econômicas, financeiras e de organização do trabalho em dissídios coletivos; b. Avaliações econômicas e c. Arbitramentos técnico-econômicos.

A resolução explicava o que era cada atividade, como perícia, avaliação e arbitramento, e ainda nomeava os cargos ou tarefas técnicas de natureza econômica: economista, financista, técnico em economia e finanças, técnico em economia popular, técnico em organização e racionalização, avaliador, adido, auditor, assistente, assessor ou consultor econômico-financeiro, racionalizador econômico-administrativo, planejador de atividades econômicas ou financeiras.<sup>16</sup>

Além da fiscalização sobre o profissional, o CFEP logo definiu os parâmetros para filiar e fiscalizar as entidades que explorassem exclusiva ou acessoriamente serviços técnico-econômicos ou ainda as que mantivessem setores com este objetivo, “excluídas as de caráter científico que não prestam serviços a terceiros”. A legislação permitia que o CFEP realizasse o registro ex-officio de qualquer entidade.<sup>17</sup>

## A definição de quem é economista

A conceituação das atividades do economista caminhou junto com a definição de quem estaria habilitado a exercer estas funções, além, evidentemente, dos bacharéis em Ciências Econômicas nos cursos de Administração e Finanças (de acordo com o decreto de 1931) ou nos cursos de Ciências Econômicas (de acordo com o Decreto-lei de 1945).

A lei de 1951 contemplava também os que, embora não diplomados, fossem “habilitados”, mas sem detalhar o que era necessário para ter o título de habilitação. Se para os formados o registro era automático, no segundo caso a definição foi bem mais complexa e era preciso avaliar a documentação e elaborar pareceres de acordo com o previsto no Decreto nº 31.794. Tanto a habilitação dos candidatos sem diplomas de bacharel quanto a fiscalização das atividades profissionais privativas dos economistas eram complexas porque envolviam a interpretação do texto da lei e do decreto de regulamentação.

Desse modo, uma grande parte da atividade dos conselhos, nos seus primeiros anos de funcionamento, foi dedicada a definir e aplicar critérios para o exercício dessas atribuições. Em junho de 1953 foi criada no Conselho Regional da 2ª Região a Comissão de Interpretação do Campo de Atividade Profissional.<sup>18</sup> Cada parecer elaborado por um Conselho Regional devia ser encaminhado ao Conselho Federal, a quem cabia a decisão final sobre a habilitação do interessado.

Paralelamente começou a se realizar, embora de forma não sistemática, a fiscalização da profissão pelos Conselhos Regionais. Em geral isto ocorria pela observação dos conselheiros de situações em que a presença do economista não estava sendo atendida e verificar se as atribuições típicas dos economistas estavam sendo exercidas por profissionais registrados nos Conselhos Regionais.

O Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, definiu o que a lei de 1951 chamava de “habilitados”. Esta admitia, como passíveis de registro, os que tivessem os diplomas obtidos no estrangeiro e revalidados pelo Ministério da Educação e Saúde. Para os que não tinham diploma era permitido requerer a habilitação nos seguintes casos:

- a) ter exercido por pelo menos cinco anos atividades próprias do campo profissional de economista;

- b) ser autor de obras ou trabalhos científicos consideradas de real valor pelo Conselho Federal de Economistas Profissionais e que versassem sobre economia, finanças ou organização racional do trabalho;
- c) ter exercido o magistério, ou ter sido aprovado em concurso de provas para o magistério, em cadeira técnica de economia, finanças ou organização racional do trabalho por mais de cinco anos em estabelecimentos de ensino superior.

O prazo inicial para a apresentação de pedidos de habilitação era de um ano a partir da publicação do decreto de regulamentação. Assim, em ata de 2 de dezembro de 1953, o CREP de São Paulo lembra que o prazo se encerrou e que haviam sido apresentados 1.658 pedidos de habilitação.

A análise não era simples: era preciso avaliar, de início, se as atividades relatadas pelos interessados eram “próprias do campo profissional de economista”. Além disso, no caso do exercício do magistério, cabia definir quais disciplinas se enquadravam como “cadeira técnica de economia, finanças ou de organização racional do trabalho”. Este tema foi recorrente nas reuniões do Conselho em seu primeiro ano de funcionamento, pois se questionava se o exercício do magistério em faculdades de ciências econômicas, porém em disciplinas não diretamente vinculadas às Ciências Econômicas, dariam ou não direito à habilitação.

A Resolução nº 4, de 27 de junho de 1953, definia as mesmas exigências para o profissional ser reconhecido, bastando satisfazer pelo menos um dos quatro requisitos, mas modificou ligeiramente a redação de um dos itens: “Ser autor de obras ou trabalhos científicos, técnicos ou didáticos, considerados de real valor pelo Conselho Federal de Economistas Profissionais e que versem sobre economia, finanças ou organização racional do trabalho”.<sup>19</sup>

Em reunião de 4 de agosto de 1954, um conselheiro do CREP-SP propôs que se encaminhasse ofício ao Professor Dorival Teixeira Vieira para que emitisse um parecer sobre o ato do Conselho, que havia fixado as cadeiras que seriam aceitas para efeito de habilitação.<sup>20</sup> Isso indica que havia alguma divergência em torno de um assunto que envolvia grande número de solicitações: em praticamente todas as reuniões quinzenais do Conselho eram votados processos de habilitação relatados pelos Conselheiros. Essas referências ao processo de habilitação sugerem haver entre os economistas um espírito bastante aberto a incorporar na categoria aqueles que, sem o diploma de bacharel em Ciências Econômicas, demonstravam conhecimento da matéria e que, na prática, exerciam funções típicas de economista.

Em 9 de março de 1955, o Decreto no nº 37.011, assinado pelo presidente João Café Filho e por Napoleão Alencastro Guimarães, acrescentou, como candidatos à habilitação de economista, “ser professor catedrático efetivo ou ter sido aprovado em concurso de provas para o magistério” das cadeiras ou dos cursos de Economia, Finanças ou Organização Racional do Trabalho por mais de cinco anos em estabelecimentos de ensino superior, e o prazo para os candidatos era de 180 dias.<sup>21</sup>

Definidas as atividades do economista seria possível exigir, no plano legal, a presença de profissionais registrados nas empresas dedicadas a essas atividades, fossem elas públicas ou privadas. Tanto a lei quanto o decreto previam casos em que era necessária a presença de um economista (por exemplo, o provimento de cargos técnicos de economia e finanças na administração pública, inclusive bancos em que o governo federal e os estaduais fossem acionistas, e ainda nas concessionárias de serviço público).

### A profissão e o campo da economia nos anos 1940 e 1950

A atividade de economista exercia-se de forma significativa nos cursos de Economia e em algumas funções governamentais muito específicas nos anos 1930 até início dos anos 1950.<sup>22</sup> Mas além destes núcleos e dos poucos ocupantes de cargos públicos de Economia, havia, a partir dos anos 1940, conforme já mencionado, um núcleo de profissionais que estudava e discutia economia no Rio de Janeiro, especialmente nos principais órgãos públicos ligados à administração e às finanças do País, como o Ministério da Fazenda e o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Trajetórias profissionais e intelectuais como a de Roberto Campos indicam alguns percursos e facetas da profissão nesta época.

No capítulo intitulado “Economista sob Protesto”, de sua autobiografia, Roberto Campos conta como se tornou economista nos anos 1940, após entrar para a carreira diplomática e trabalhar na Divisão Comercial, apelidada de “secos e molhados”, o que segue em 1942: “O destino se compraz em pregar peças, favoráveis ou desfavoráveis, aos pobres mortais. Fora sob protesto que eu me vira consignado, no início de minha carreira no Itamaraty, à Divisão de *secos e molhados*. Foi também sob protesto íntimo que me decidi a passar das letras clássicas ao estudo da economia, em Washington e Nova York, estudando à noite após longa faina burocrática. Mas o que era um castigo se transformou em uma bonança. Durante bastante tempo fui *monopolista*, por ser o único diplomata brasileiro formalmente graduado



em economia. Fui mesmo o iniciador de uma escola, que depois veio a incluir membros ilustres, como Miguel Osório de Almeida, João Batista Pinheiro, Otávio Dias Carneiro e Oscar Lorenzo Fernandes”.<sup>23</sup>

Roberto Campos prestara concurso no Itamaraty em 1938, buscando a estabilidade de um emprego, após estudar teologia e ter sido seminarista. Ao chegar a Washington em 1942, como terceiro-secretário para trabalhar na embaixada brasileira da Divisão Comercial, decidiu estudar Economia à noite na George Washington University, que lhe exigiu três disciplinas prévias a ser aceito regularmente no curso: Introdução à Economia, História Econômica e Comércio Internacional. Conforme conta: “Era um aceso favorável do destino, de vez que precisamente após minha chegada a Washington, a diplomacia econômica, relativamente desprivilegiada em relação à estratégia militar ou à diplomacia política, começara a adquirir relevância. É que, com a perspectiva da vitória aliada, colocava-se o problema do desenho de uma nova arquitetura econômica internacional”.<sup>24</sup>

Ao contar sobre a delegação brasileira à Conferência de Bretton Woods, em 1944, Campos lembra: “A delegação brasileira era presidida pelo ministro da Fazenda de Getúlio Vargas, Arthur de Souza Costa, um homem de escassas letras econômicas, mas de extraordinário bom senso prático. Mas a estrela da delegação era, sem dúvida, o professor Eugênio Gudín, de quem me tornei amigo por longos anos. Os outros delegados eram Francisco Alves dos Santos Filho, diretor de Câmbio do Banco do Brasil; Valentim Bouças, do Conselho de Economia e Finanças; Victor Azevedo Bastian, diretor do Banco da Província do Rio Grande do Sul, e o grande Octávio Gouvêa de Bulhões, então chefe da Divisão de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda. Gudín e Bulhões eram ambos autodidatas em economia, mas aliavam a uma boa informação teórica um enorme bom senso prático”.<sup>25</sup>

Outra trajetória interessante é a de Celso Furtado, que, formado em Direito e após doutorar-se em Economia pela Universidade de Paris, em 1948, retornou ao Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar no Dasp e junto ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas e na revista *Conjuntura Econômica*. Em uma sala ao lado, no mesmo Ministério da Fazenda, trabalhava uma equipe da Missão Abbick, que preparara uma política de planejamento para o País. “Se bem que editada pela Fundação Getúlio Vargas, a *Conjuntura Econômica* funcionava nessa época como uma entidade autônoma, abrigando-se numa sala do edifício do Ministério da Fazenda, próxima da que ocupava Lewinsohn. Este era assessor em finanças do di-

retor-geral do Dasp, o poderoso Estado-maior da Presidência da República surgido na época da ditadura de Vargas”, conta Furtado. Esta sala “servia de ponto de encontro de muitas pessoas que se interessavam por problemas econômicos e financeiros, via de regra com uma posição crítica com respeito à política seguida pelo governo. Essas críticas eram formuladas em tom geral, em tese, o que não impedia que o crítico servisse o governo lealmente na função que exercia”.<sup>26</sup> Em 1949, Furtado, em uma função de economista, foi contratado por Octávio Gouveia de Bulhões para servir na Comissão Econômica para a América Latina Cepal. “Éramos poucos, os economistas brasileiros, e tudo estava por ser feito no País”, escreve Furtado sobre o diálogo com Bulhões.

O ensino de Economia instituído nos anos 1930 estava relativamente defasado em relação à produção de teoria econômica contemporânea. Celso Furtado, que estudava Direito na Universidade do Brasil, lembra: “A verdade é que somente nos dois últimos anos dos cinco que passei na Universidade do Brasil interessei-me por estudar Economia, o que fiz por conta própria, sem qualquer supervisão. Tivera em anos anteriores dois cursos de Economia que me haviam deixado a impressão de que este era uma ciência menor, para gente sem imaginação. Dos malabarismos verbais com que o professor procurava transmitir a ideia de utilidade marginal (o último pedaço de pão, o último copo de água...) ficou-me uma vaga impressão de jogos de espíritos pueris”.<sup>27</sup>

Economistas distintos em suas crenças ideológicas e políticas, o que as duas memórias têm em comum, do ponto de vista da história do campo intelectual e da profissão de economista, é que ambos chegaram aos estudos de Economia e se tornaram economistas a partir de outras experiências e trajetórias intelectuais e profissionais. Furtado a partir dos seus estudos, no curso de Direito, de Ciências Sociais, do marxismo, da história econômica e do desafio de compreender o “atraso” do Nordeste; Campos, a partir da diplomacia e da relevância que os temas econômicos tiveram na reconstrução do mundo do pós Segunda Guerra Mundial. Ou seja, a economia, nos anos 1940 e 1950, não era um campo intelectual e profissional já estabelecido e permitia que um economista se formasse a partir de outros campos.

Outros economistas contam memórias do ensino de Economia naqueles anos. Antônio Delfim Netto estudou, primeiro, Contabilidade na Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho, em São Paulo, e depois ingressou em 1948 na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, formando-se em 1952: “No início da escola, os professores eram todos au-

todidatas. Nós tínhamos trazido para a USP um professor francês, o Paul Hugon, uma figura muito interessante, um professor formado na França, quer dizer, num estilo mais institucional. Ele chamava a atenção para a história do pensamento econômico. Dava um curso de Introdução à Economia, um curso francês, curto, baseado em pequenas leituras, que ele selecionava cuidadosamente e imprimia em um aparelho de gelatina, que tenho até hoje. Naquele tempo não existia nenhum livro-texto hegemônico. Samuelson apareceu em 1947 ou 1948 nos Estados Unidos e só apareceu no Brasil quando eu já estava terminando o curso, acho que saiu a tradução em 1952 ou 1953 (...) Naquele tempo, o livro-texto de todo mundo era o do professor Gudin, que só tinha o primeiro volume”.<sup>28</sup>

Ignacy Sachs, que em 1947 começou a estudar Economia à noite no Rio, conta como era o curso: “Trabalhando em tempo integral no serviço cultural da legação da Polônia, não estava em condições de fazer estudos regulares. Precisei me concentrar em faculdades que ofereciam cursos à noite. Na verdade, só tinha a escolha entre Direito, que não me atraía porque eu não pretendia ficar necessariamente no Brasil, Economia, Contabilidade ou Gestão. Então escolhi Economia, porque era a matéria mais ligada a meus interesses políticos”. O perfil dos alunos era bem preciso: “Assalariados, contadores, empregados do comércio e de escritório”, mas o ensino não era animador: “Meus professores não eram muito brilhantes e, por conseguinte, eu estudava sozinho. Nesse momento, a produção dos economistas não era original nem entusiasmante, pelo menos nos manuais. Comecei a aprender espanhol a fim de ler a tradução das obras que me impus para completar minha formação e remediar as insuficiências locais. Na Argentina e no México, praticamente todos os autores clássicos estavam traduzidos”.<sup>29</sup>

### O Clube dos Economistas

As questões legais e formais da profissão caminhavam em paralelo com o desenvolvimento do debate econômico no País. Se de um lado o CFEF e os Conselhos Regionais trabalhavam para definir e delimitar o campo profissional, valorizando socialmente o economista, de outro, as discussões consolidavam o lugar do economista como um intelectual que pesquisava e debatia as questões históricas e presentes de desenvolvimento do País. E vários espaços institucionais se abriam nesta época.

Em 1954 Celso Furtado e seu grupo decidiram criar uma sociedade civil e, conforme conta: “para nos afastarmos dos padrões corporativistas,

intitulamo-la Clube dos Economistas, cuja presidência assumi. O número de membros foi fixado em quarenta e logo preenchido. A tarefa imediata do clube seria editar uma nova revista, que circularia trimestralmente com o título de *Economia Brasileira*. O comitê de direção ficou constituído de Américo Barbosa de Oliveira, Eduardo Sobral, Sidney Latini e eu mesmo”. A grande maioria de participantes era de economistas ou profissionais formados em outras áreas e que trabalhavam em instituições ligadas ao governo federal, como Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), Banco do Brasil, Dasp, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério da Fazenda e suas várias assessorias.

Além de publicar estudos de economia aplicada desenvolvidos no País, a revista pretendia “estimular trabalhos interpretativos no plano teórico”. Conforme a revista: “O economista brasileiro que, para melhor orientar-se em sua pesquisa, tenta penetrar nos problemas gerais do desenvolvimento retardado deste subcontinente, defronta-se com a insuficiência, seja de muitos dos instrumentos de análise que tem à sua disposição, seja dos esquemas teóricos interpretativos”.<sup>3º</sup>

### A defesa da profissão

Os primeiros anos de funcionamento do Conselho Federal e dos primeiros Conselhos Regionais instalados exigiram esforços de delimitar o campo de trabalho. Além de ser uma profissão relativamente nova, se no papel da lei parecia clara, na prática implicava em superposições com outras profissões, estas também na defesa de seus nichos profissionais.

Provavelmente a área de maior intersecção se deu com os contadores, mas a proximidade e a convivência provavelmente contribuíram para uma vizinhança profissional cordial, especialmente porque grande parte dos economistas nos anos 1930 a 1950 havia se formado nos cursos de Administração e Finanças que exigiam, para o ingresso, a conclusão do ensino comercial: ou seja, eles eram contadores, como, por exemplo, o próprio presidente do Conselho Federal à época de sua instalação, Heitor Campello Duarte, Reynaldo de Souza Gonçalves, presidente do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro e líder na campanha pelo reconhecimento da profissão, que era economista e contador, bem como outros presidentes do CFEF, como Iberê Gilson e Lafayette Belfort Garcia, da mesma forma que Ubirajara Dib Zogaib (que inclusive fez parte de conselhos do

Sindicato dos Contabilistas de São Paulo), primeiro presidente do CREP 2ª – Região.

O mercado do economista estava ainda sendo construído nos anos 1940 e 1950 e a função era mais clara nos órgãos públicos e no ensino de Economia. Nas empresas privadas, quase sempre de porte pequeno ou médio e de âmbito familiar, a gestão exigia primeiro o trabalho do contabilista (que havia se tornado também uma profissão de nível universitário, ao lado dos antigos cursos médios). O estágio seguinte – o de análise e de definição de estratégias e políticas da empresa – frequentemente era levado à frente pelo proprietário da empresa, criando poucas oportunidades para uma atividade de economista. O ano de 1956 é um marco clássico no processo de industrialização e desenvolvimento do Brasil, pois, com a implementação do Plano de Metas, ampliou-se o número de empresas de grande porte que comportavam a contratação e exigiam a especialização do economista, além de criarem estruturas administrativas mais complexas em que o número de profissionais de nível universitário era crescente.

Alguns exemplos ilustram esta questão. Quando a Faculdade Nacional de Engenharia criou um curso de Engenharia Econômica, a Ordem dos Economistas de São Paulo apresentou um protesto à reitoria da Universidade do Brasil mostrando a intromissão em uma área privativa dos economistas. Esse protesto, junto com o de outras entidades, parece ter sido eficaz, pois o curso só se manteve por um ano, o de 1957. Do mesmo modo, quando o Dasp propôs a realização de um curso de nível médio em Administração Pública, a Ordem lembrava àquele órgão que as atividades de gestão pública eram, em grande medida, legalmente privativas dos economistas. Entendia a diretoria da Ordem que, apesar de ser um curso de nível médio, ele poderia gerar alguma concorrência frente aos economistas. Aliás, quando da discussão da reforma dos cursos de Ciências Econômicas, também empreendida nos anos 1950, o economista Vespasiano Consiglio, então diretor da entidade, propôs um currículo de economia que comportava algumas especializações, entre elas a de administração, procurando preservar para a categoria um campo de trabalho que vinha ganhando dimensões crescentes.<sup>31</sup>

Nas grandes empresas, engenheiros e advogados também tiveram ampla presença em cargos de direção e de gerência, competindo com economistas, contadores e, mais tarde, com administradores de empresas. Foi em meados dos anos 1950 que se propôs a criação dos cursos de Administração de Empresas em nível universitário. Ou seja, ao mesmo tempo em que se

ampliava o campo de trabalho na iniciativa privada, os economistas deviam enfrentar a crescente concorrência de outras categorias profissionais.

No caso particular do curso de Administração, a dificuldade era maior, pois tratava-se de uma profissão “nova” que, de certo modo, se desmembrava da profissão de economista, lembrando que a definição da profissão de economista englobava “conhecimentos técnicos ou científicos de Economia, Finanças, Organização Administrativa ou Racionalização do Trabalho”. A fundação de escolas superiores de Administração – como a Escola Superior de Administração e Negócios (Esan), em 1941, a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (1955), em São Paulo, e a Escola Brasileira de Administração Pública (1952), no Rio de Janeiro – expressa a tendência para essa especialização profissional, colocando em questão quais seriam as atividades privativas de cada profissão. Nos anos 1950 foi criado na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo o curso de Engenharia de Produção, que também tinha certas superposições com o de Economia e o de Administração e que foi criado a partir da “Cadeira 19”: Economia Política, Estatística Aplicada e Organizações Administrativas.

Mas a defesa do campo de trabalho do economista se fez mais amiúde pela indicação de empresas, bancos ou mesmo órgãos públicos que não empregavam economistas em funções privativas da profissão. Se no plano federal este processo já estava mais avançado, nos estaduais era preciso começar do zero e pode-se citar alguns exemplos. Assim, já em 30 de junho de 1953, define-se a constituição do Gabinete de Estudos Econômicos da Secretaria da Fazenda de São Paulo e registra-se que alguns dos profissionais que aí ocupavam cargos não eram economistas. Foi indicado o envio de um ofício ao Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda, lembrando a lei sobre o preenchimento de cargos nos organismos econômicos. Ainda em 1953, um conselheiro do CREP-SP verificou que algumas faculdades (inclusive a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) não estavam aceitando como candidatos à cátedra de Economia Política os bacharéis em Ciências Econômicas (como estava prescrito na Lei nº 1.411).

Em 25 de setembro de 1957, Jamil Zantut pediu que o CREP-SP tomasse providências em relação à nomeação de um profissional não registrado como economista para Assessor Financeiro do Gabinete do Prefeito do Município de São Paulo, “o que contraria as disposições legais que regulamentam a profissão de Economista”. Em 1958, a Caixa Econômica do Estado de São Paulo e o Banco do Estado de São Paulo receberam ofício e carta do Conselho reiterando a importância de indicação de economistas

para o exercício das funções privativas da profissão. Em 4 de novembro de 1959 foi aprovada resolução do Conselho nos mesmos termos de resolução do CREP – 1ª Região indicando que “a designação de ministro para Assuntos Econômicos do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores é considerada privativa do economista e integrante do seu campo profissional”.<sup>32</sup>

Em 5 de setembro de 1958 o CFEP, dado o número de ocupantes de cargos técnicos de economia e finanças na administração pública, autárquica, paraestatal, de economia mista, incluindo bancos que têm como acionistas os governos federal e estaduais, empresas sob intervenção governamental e concessionárias de serviços públicos, e que não requereram a habilitação profissional (ou que foi negada), deu um prazo de 180 dias para regularizar a situação<sup>33</sup>, prazo depois prorrogado por mais 180 dias. A resolução permitia que “os funcionários não diplomados, que permanecerem ocupando cargos de carreira técnica para os quais se exigem diplomas, apesar da lei de regulamentação profissional, em virtude de atos do Governo que os ampararam e que, com exercício por mais de 20 anos, tenham demonstrado aptidão para os mesmos cargos e dedicação ao serviço público, sem notas que os desabonem, continuarão nas carreiras em que se acham, com direito à promoção e aposentadoria, nos termos da legislação em vigor.” Em suma, o CFEP agregava às suas atribuições específicas – registro e fiscalização do exercício da profissão – o empenho pela valorização do economista visando buscar a ampliação do seu campo de atividades, em especial na esfera pública.

### O economista, o CFEP e a sociedade

---

Embora as atribuições regulares do CFEP demandassem grande esforço de seus conselheiros, a entidade procurou participar da divulgação do trabalho do economista para a sociedade, o que também implicava na reflexão sobre as grandes questões propostas pela economia nacional. Esta preocupação também se materializava em elogios à criação de organismos estatais ligados ao planejamento e à gestão da economia. Em parte, essa preocupação refletia o interesse pela ampliação do campo de trabalho dos economistas; mas provavelmente havia também a crença de que o conhecimento dos economistas poderia encaminhar soluções para as grandes questões da economia nacional.

De certo modo, cada novo governo (federal e mesmo estadual) se via

obrigado a formular um plano de desenvolvimento que indicasse os rumos desejados da economia. Evidentemente, grande parte das tarefas do planejamento são inerentes ao trabalho do economista que, por isso, se viu bastante valorizado na época. Por outro lado, estabeleceu-se certo consenso em relação à necessidade do planejamento com alguma intervenção do governo na economia, características típicas do chamado “desenvolvimentismo”.

O júbilo com que o Conselho Regional de São Paulo recebeu o Plano de Ação do Governo do economista Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto expressa, sem dúvida, esse consenso em torno da necessidade do planejamento econômico e a perspectiva de valorização da atividade do economista. De sua formulação participaram economistas como Antonio Delfim Netto, Rui Miller de Paiva e Diogo A. Nunes Gaspar. Mas sua execução também absorveu vários economistas, a exemplo de Vespasiano Consiglio, responsável pela análise de projetos e pela gestão de um fundo para financiar a indústria de base. Trata-se de um evento emblemático para os economistas paulistas pelo papel fundamental que a categoria assumiu, daí em diante, no planejamento e na gestão da política econômica no Estado de São Paulo.

Outras oportunidades para a atividade de economistas surgiam na administração federal, cujo raio de ação também se ampliara com os desdobramentos do Plano de Metas. Igualmente importante foi a consolidação de empresas estatais (como as de energia, petróleo, transportes ferroviários), que, por sua dimensão, também exigiam a presença de certo número de economistas. Um exemplo da esfera federal é dado pelo Conselho Nacional de Economia, que em 1958 abriu concurso para a carreira de economista naquele órgão.

No início dos anos 1960 Roberto Campos cita um Clube dos Economistas (fundado por Celso Furtado), “uma associação cultural voltada para o ativismo político” e que era composto por Cleanto de Paiva Leite, Jesus Soares Pereira, Inácio Rangel, Accioly Borges, Américo Barbosa de Oliveira, Américo Curi e Hélio Jaguaribe, que integravam a corrente dos técnicos nacionalistas. Eles também integravam um grupo de trabalho que assessorava o Presidente da República no Catete, chefiado pelo assessor Rômulo de Almeida. Os técnicos nacionalistas, na expressão de Lourdes Sola, estariam em contraste com os técnicos cosmopolitas que trabalhavam no CMBEU e no BNDE e, segundo Campos, “na fase inicial do segundo governo Vargas, esses dois grupos coexistiram pacificamente, por algum tempo, servindo à habitual ambivalência de Vargas: Os ‘técnicos cosmopolitas’ facilitariam



a absorção de recursos externos, e os ‘nacionalistas’ satisfariam as pressões ideológicas do nacional-populismo.” Depois, no governo Kubitschek, “haveria novamente um período de temporária convergência entre os dois grupos na execução do ‘Plano de Metas’, até a guinada nacionalista de julho de 1959, que levou à ruptura com o FMI”.<sup>34</sup>

Em suma, há bastante evidência de que, ao longo dos anos 1950 e início da década de 1960, a própria economia brasileira, tanto na esfera empresarial privada ou pública quanto na esfera propriamente estatal, passava por transformações que abriam ao economista crescente campo de trabalho. O CFEP e os Conselhos Regionais estiveram atentos a este movimento e procuraram garantir a seus filiados (e aos bacharéis em Ciências Econômicas em geral) a exclusividade de acesso a funções que exigiriam o conhecimento especializado da profissão.

Em 1963 foi criado o Ministério do Planejamento, durante o governo do presidente João Goulart, e indicado o economista Celso Furtado para ocupar o posto. Este é um evento emblemático de como, em pouco mais de uma década de regulamentação e existência oficial da profissão de economista, foi criado um ministério que é uma síntese da função pública do economista e de suas atribuições específicas.

# 3

## MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E CRESCIMENTO ECONÔMICO AMPLIAM O CAMPO DE ATUAÇÃO DOS ECONOMISTAS (1964-1973)





PÁGINA ANTERIOR

---

*Almoço de  
Confraternização do  
I Congresso Brasileiro  
de Economistas, 1968.*

ACIMA

---

*Economistas  
participantes do I  
Congresso Brasileiro dos  
Economistas visitam a  
Companhia Siderúrgica  
Nacional em Volta  
Redonda, 1968.*

O crescimento da economia e sua diversificação propõem oportunidades e desafios para os economistas. Oportunidades, não só pela ampliação do mercado para os economistas, mas principalmente pelo surgimento de novos campos de trabalho como resultado da maior complexidade da economia. Desafios, porque a maior complexidade da economia exige conhecimento mais profundo e rigoroso de teorias e técnicas e também a aquisição de novas habilidades exigidas pelo campo de trabalho ampliado. Na verdade, esse processo ocorre continuamente, porém há épocas em que se observa substancial aceleração das mudanças. No período em foco – 1964-1973 – a economia brasileira passou por importantes transformações para a profissão de economista, que propiciaram as oportunidades e os desafios a que nos referimos.

O governo do marechal Castelo Branco, que assumiu o poder em abril de 1964 após o golpe militar que derrubou o presidente João Goulart, teve de enfrentar dois problemas que refletiam profundos desequilíbrios na economia brasileira: a crise de crescimento do início dos anos 1960 e o aumento da taxa de inflação. Os ministros da área econômica – Roberto Campos, no Planejamento, e Octávio Gouvêa de Bulhões, na Fazenda – elaboraram um programa para enfrentar tais desequilíbrios. Conhecido como Paeg – Plano de Ação Econômica do Governo – propunha medidas voltadas principalmente para o combate à inflação.

Paralelamente ao Paeg, o governo iniciou reformas mais amplas na economia. A perspectiva de longo prazo foi delineada no Plano Decenal de Desenvolvimento e Social, elaborado pelo Epea (Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada) que, em 1967, transformou-se no Ipea. Estes estudos sobre a economia brasileira orientaram as “reformas estruturais” implantadas ainda no governo Castelo Branco sob a direção de Campos e Bulhões:

relações de trabalho, sistema fiscal e sistema financeiro foram objeto de profundas mudanças com grandes repercussões sobre a economia.

Em relação ao trabalho, instituiu-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que substituiu a estabilidade do trabalhador no emprego (garantida após dez anos de serviço na mesma empresa). Além de alterar as relações de trabalho, o FGTS constitui até hoje uma substancial fonte de recursos para investimentos do governo.

A reforma tributária tinha como objetivos ampliar a arrecadação (para fazer frente ao desequilíbrio orçamentário) e racionalizar o sistema tributário (ao eliminar impostos de pouca relevância e definir uma estrutura mais favorável ao crescimento econômico): ICM, ISS, incentivos fiscais, Fundo de Participação dos Estados e Municípios, entre outros, foram criados nessa reforma tributária. A reforma tributária, além de promover substancial aumento da receita (de 16% do PIB em 1963 para 21% em 1967) foi, do ponto de vista federativo, centralizadora e, do ponto de vista distributivo, altamente regressiva (ou seja, beneficiou os contribuintes de renda mais alta e impôs carga relativamente maior sobre os de renda mais baixa, principalmente por impostos indiretos). “Difícilmente uma reforma regressiva e centralizadora como a de 1964-67 teria sido aprovada pelo Congresso e aceita sem resistência pela sociedade em um regime democrático”.<sup>1</sup>

Repercussões importantes também decorreram da reforma do sistema financeiro. Até então, o sistema contava com reduzido número de instituições: bancos comerciais e financeiras ofereciam crédito para o capital de giro, as caixas econômicas operavam com o crédito imobiliário e apenas os bancos públicos (Banco do Brasil e BNDE) tinham linhas de financiamento com prazos mais longos. A reforma financeira, implantada em 1964 e 1965, propôs uma nova estrutura fundada no princípio da especialização das instituições. Em relação à política monetária, houve a criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central da República (depois Banco Central do Brasil). O financiamento de longo prazo ficou por conta do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), complementado por bancos de desenvolvimento regionais e estaduais.

O sistema financeiro privado foi organizado em torno de bancos comerciais (crédito de curto e médio prazos para capital de giro), bancos de investimento (crédito de longo prazo e operações de subscrição de ações), sociedades de crédito, financiamento e investimento (crédito direto ao consumidor), corretoras e distribuidoras de valores (mercado secundário de ações e títulos) e companhias de seguro.

Finalmente, foi criado o Sistema Financeiro da Habitação cujo núcleo era o Banco Nacional da Habitação (BNH) e que operava por meio das caixas econômicas (federal e estaduais), das sociedades de crédito imobiliário e das associações de poupança e empréstimo.

Se essas reformas seguiam padrões conhecidos em outras economias, uma inovação peculiar ao Brasil foi a criação da “correção monetária” que permitia o reajuste do valor de ativos financeiros com base nas variações dos preços. A instituição da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional – ORTN – deu ao Governo uma nova fonte de financiamento, inexistente anteriormente: com a vigência da Lei da Usura, que limitava os juros a 12% ao ano, e taxas de inflação superiores a 12%, o governo não conseguia lançar títulos no mercado. A correção monetária passou a ser usada de modo bastante amplo, por exemplo, nos recursos depositados em cadernetas de poupança; mais ainda, passou a ser um parâmetro para o reajuste de muitos valores da economia (como aluguéis, preços de serviços etc.).

Com essas reformas, a observação cotidiana da economia passou a fazer parte da vida cotidiana de muitas pessoas: qual será a correção da poupança, qual é a taxa de juros do crédito ao consumidor, de quanto será o reajuste do salário pela regra oficial, e o aumento do aluguel etc. Certamente, isso levou à valorização da imagem do economista: entender um pouco de economia passou a ser uma necessidade de quase todos e o conhecimento do especialista se tornou valioso para ajudar a entender os complicados problemas que a economia propunha.

Mas a valorização do economista nesse período também se deu pela ampliação do campo de trabalho que ocorria, antes de mais nada, pela expansão do sistema financeiro. Novas instituições, novos instrumentos financeiros e a própria correção monetária demandavam conhecimentos e habilidades inerentes à formação do economista. No final do período, a tendência a fusões e incorporações ampliou a escala de operação de várias instituições financeiras, a exigir estruturas administrativas mais complexas em que o economista também tinha lugar.

O acelerado crescimento a partir de 1968 reforçou a ampliação do campo de trabalho e a valorização do economista. O chamado “milagre” brasileiro, marcado por elevadas taxas de crescimento entre 1968 e 1973, foi objeto de polêmicas, inclusive entre os economistas, pois muitos o questionavam por seu impacto social. Apesar disso, para vários segmentos profissionais foi um período de grande expansão do emprego, o que se pode depreender das taxas de crescimento do PIB no período (Tabela 3).

Tabela 3. Brasil: Taxas anuais de crescimento do PIB (%)

| Ano  | Taxa |
|------|------|
| 1968 | 9,8  |
| 1969 | 9,5  |
| 1970 | 10,4 |
| 1971 | 11,3 |
| 1972 | 11,9 |
| 1973 | 14,0 |

Fonte: Ipeadata

### A ampliação do campo de trabalho do economista

No caso dos economistas, além do sistema financeiro, a própria expansão do aparelho de Estado, estimulado pelo crescimento econômico, também propiciou a ampliação de seu campo de trabalho: administração direta, autarquias e, principalmente, empresas estatais abriram oportunidades para economistas que atendiam às necessidades de conhecimentos gerais da disciplina e capacidade de dominar determinadas especializações.

De particular importância foi a criação de um grande número de empresas estatais nesse período: um levantamento realizado nos anos 1980, registrou a existência de 571 empresas de propriedade ou com participação majoritária do Estado (em seus três níveis: federal, estadual e municipal). Desse total, se tinha a informação da data de fundação de 350 e, destas, 210, ou seja, 60% foram criadas entre 1966 e 1976.<sup>2</sup>

Mais importante, empresas estatais se situavam entre as maiores do Brasil, a sugerir a necessidade de grandes estruturas administrativas em que havia um espaço privilegiado para os economistas. Basta lembrar a presença dominante de empresas estatais em setores fundamentais como energia (Eletrobras, Furnas, Cesp, Chesf, Cemig, Eletronorte, Eletrosul, Petrobras), transporte (Rede Ferroviária Federal, Fepasa, Portobras, Metrô-SP), telecomunicações (Telebras, Telerj, Telesp, Embratel), mineração e siderurgia (Vale do Rio Doce, Siderbras, CSN, Cosipa), todas elas situadas entre as maiores empresas instaladas no Brasil.

A forte presença do Estado na economia também induziu a absorção de economistas no setor privado: para obter financiamentos e aproveitar incentivos fiscais era necessária a elaboração de projetos de viabilidade eco-

nômica. Nos escritórios que os elaboravam, os economistas desempenhavam função importante para a definição dos custos e benefícios (privados e sociais) de cada projeto. E o próprio crescimento da economia induzia o aumento da dimensão das empresas: muitas vezes, empresas familiares demandavam agora uma administração profissional em que a esfera financeira ganhava importância e abria novas oportunidades para economistas.

Finalmente, e não menos importante, esse foi o período em que o economista foi identificado como o formulador e gestor da política econômica do governo. É certo que nos anos 1950 os economistas estavam presentes em órgãos importantes do governo: por exemplo, na Assessoria Econômica de Getúlio Vargas (como Rômulo de Almeida e Ignácio Rangel) ou na elaboração do Plano de Metas de JK. Porém, os ministros da Fazenda, os mais identificados com a formulação da política econômica, eram em geral banqueiros (como Moreira Salles ou Clemente Mariani), empresários (como Horácio Lafer) ou políticos (como José Maria Alckmin). Celso Furtado, ministro do Planejamento no governo João Goulart, talvez tenha sido o primeiro economista que assumiu um cargo com a incumbência de formular a política econômica do governo.

Mas foi, sem dúvida, nos governos militares que os economistas ganharam posição privilegiada nas pastas relacionadas à gestão da economia: no período em foco, Roberto Campos, Octávio Gouvêa de Bulhões e Antonio Delfim Netto são nomes que fixaram a imagem do economista como formulador e gestor da política econômica do governo. Além disso, a prática do planejamento, consolidada no plano federal (com a Sudene, criada no governo JK, e também com a Sudam e outros órgãos relacionados ao desenvolvimento e ao planejamento regional), se estendeu a vários governos estaduais e também ao nível municipal. Evidentemente, a presença do economista é fundamental nos trabalhos relacionados aos diversos níveis do planejamento.

Em suma, entre 1964 e 1973, as mudanças institucionais e o crescimento da economia ampliaram significativamente o mercado de trabalho para os economistas. Por outro lado, o economista ganhou visibilidade diante do público, pois a gestão da política econômica o colocava em contato constante com a imprensa. Desse modo, o interesse pela profissão de economista cresceu entre os jovens que definiam suas opções à época do vestibular. O aumento do número de vagas nos cursos de Economia de universidades públicas e a multiplicação das faculdades particulares com cursos de Economia expressavam a crescente demanda dos jovens pela profissão.



Essa nova posição do economista na sociedade também se refletiu sobre o sistema Cofecon/Corecons – à época ainda CFEP, Conselho Federal de Economistas Profissionais, e CREPS, Conselhos Regionais de Economistas Profissionais, que procurou acompanhar e se adaptar à nova realidade da profissão.

### Uma década de grandes mudanças para a profissão de economista

---

Nos dez anos do período em foco, o CFEP teve apenas dois presidentes: Mário Sinibaldi Maia, de 1964 a 1971, e Affonso Armando de Lima Vitule, em 1972 e 1973. Esses dois presidentes tiveram de liderar importantes mudanças no sistema CFEP/CREPS para atender ao crescente número de economistas formados no País e registrados nos conselhos e também para atender às novas demandas que a sociedade apresentava aos economistas.

A presença de Mário Sinibaldi Maia na presidência da CFEP expressa a grande influência exercida pelos economistas do Rio de Janeiro sobre a entidade nos primeiros vinte anos de sua existência: ele e os quatro presidentes anteriores eram vinculados ao CREP da 1ª Região. Aliás, a Resolução nº 2 do CFEP, datada de 28 de junho de 1952, era assinada pelo presidente Heitor Campello Duarte e por Mário Sinibaldi Maia enquanto Secretário-Geral. Professor da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro (depois integrada à Universidade Cândido Mendes) e empresário, Mário Sinibaldi Maia tinha longa vivência nas entidades profissionais, pois foi também presidente da Federação Nacional dos Economistas na década de 1960.<sup>3</sup>

Uma marca de sua gestão foi a criação de grande número de Conselhos Regionais. Cabe lembrar, pela Resolução nº 2 acima referida, foram criados quatro Conselhos Regionais:

- 1ª Região: sede no Rio de Janeiro; jurisdição sobre o então Distrito Federal, e Estados de Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.
- 2ª Região: sede em São Paulo; jurisdição sobre os Estados de São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso.
- 3ª Região: sede em Recife; jurisdição sobre os Estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas e sobre os territórios federais então existentes (Acre, Amapá, Rondônia, Roraima).

- 4ª Região: sede em Porto Alegre; jurisdição sobre os Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em 1959 foi criada a 5ª Região com sede em Salvador e jurisdição sobre Bahia, Sergipe e Alagoas. Durante a gestão de Mário Sinibaldi Maia foram criados mais 18 Conselhos Regionais, quase todos abarcando apenas um Estado. Isso se fez de modo progressivo, indicando a crescente importância da comunidade de economistas em cada um dos Estados, não só por seu número, mas também pela influência que exerciam na esfera pública e privada de suas regiões. É interessante registrar a sede dos novos Regionais e o ano em que foram criados (a ordem de numeração dos Conselhos Regionais como conhecemos hoje é diferente da definida pelas resoluções):

Resolução nº 140 – 9 de outubro de 1964:

6ª Região – Paraná

7ª Região – Santa Catarina

8ª Região – Ceará

Resolução nº 145 – 11 de junho de 1965:

9ª Região – Pará

10ª Região – Minas Gerais

Resolução nº 174 – 29 de julho de 1966:

11ª Região – Distrito Federal (Brasília)

Resoluções nº 548 e 550 – 11 de novembro de 1971:

12ª Região – Alagoas

13ª Região – Amazonas

Resoluções nº 558, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568 e 569 – 9 de dezembro de 1971:

14ª Região – Goiás

15ª Região – Maranhão

16ª Região – Paraíba

17ª Região – Rio Grande do Norte

18ª Região – Piauí

19ª Região – Sergipe

20ª Região – Rio de Janeiro<sup>4</sup>

21ª Região – Espírito Santo

22ª Região – Mato Grosso

23ª Região – Acre

Desse modo, ao fim de 1971, apenas Amapá, Rondônia e Roraima, então sob a condição de territórios federais, não tinham CREPS próprios. Vale notar, nem todos os Conselhos Regionais criados na gestão de Sinibaldi Maia foram instalados de imediato, até porque isso dependia de recursos que eram, em grande medida, fornecidos pelo Conselho Federal.

### Organização administrativa e normas para uma nova realidade

A multiplicação dos Conselhos Regionais tornava mais complexa a gestão do sistema CFEP/CREPS, de modo a exigir novas normas que atendessem a essa realidade. Por outro lado, o aumento do número de economistas graduados e registrados nos Conselhos ampliava a responsabilidade dos órgãos de fiscalização tanto diante dos próprios economistas quanto em relação à sociedade. Essas questões foram enfrentadas pelo CFEP por meio de suas ações. A preocupação com a gestão do sistema levou o CFEP a emitir a Resolução nº 460, de 22 de outubro de 1970, relativa à organização administrativa dos conselhos. Pela Resolução, tanto o Conselho Federal quanto os Conselhos Regionais teriam estrutura similar composta por: 1) Órgão deliberativo – Plenário, composto pelos conselheiros; 11) Órgão executivo – Presidência.

À Presidência estavam subordinadas: a) Diretoria Administrativa (composta por Secretaria, Pessoal, Material, Tesouraria, Protocolo, Arquivo, Expediente); b) Fiscalização; c) Contabilidade; d) Divulgação e Publicações; e) Assessoria Jurídica. A Resolução previa que essa estrutura seria implantada gradativamente de acordo com os recursos materiais e pessoais disponíveis em cada Conselho. A mesma resolução proibia o exercício simultâneo de cargos e funções no órgão deliberativo e no executivo, devendo o conselheiro optar por licença ou por renúncia ao cargo eletivo.

Dois meses antes, o CFEP havia emitido outra resolução (a de nº 440, de 27 de agosto) que proibia o exercício cumulativo ou concomitante de mandato de membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais. O economista que se enquadrasse nesse caso deveria optar por um dos dois mandatos. Tal medida se justificava porque o Conselho Federal apreciava atos e contas dos Conselhos Regionais, os quais seriam objeto de dupla avaliação do mesmo conselheiro caso ele permanecesse nos dois conselhos.

Para atender ao número crescente de economistas em todo o País, o CFEP instituiu o sistema de delegacias dos Conselhos Regionais (Resolução

nº 539 de 9 de setembro de 1971). Como a sede de cada Conselho ficava em um município capital de um Estado, os economistas residentes em outros municípios ou em outros Estados, que não o da sede do Conselho, tinham alguma dificuldade para o acesso aos CREPS. Além disso, a fiscalização se tornava mais difícil. A designação de um delegado municipal ou estadual como representante do Conselho Regional tornava mais efetiva a relação entre os economistas e os conselhos.

Todas essas medidas, tomadas durante a gestão de Mário Sinibaldi Maia, sugerem a preocupação de consolidar uma estrutura nacional para o sistema CFEP/CREPS num momento em que o crescimento do número de economistas colocava problemas novos para o órgão fiscalizador. Uma preocupação que ganhou forma em 1971 dizia respeito à defesa do campo de trabalho do economista, pois entendia-se que a estrutura da Lei 1.411, de 1951, foi, nesses vinte anos, “pouco a pouco desgastada por força mesmo dos naturais reajustamentos sociais”. O editor da revista *Tribuna do Economista*, publicada pelo CFEP, justificava a submissão ao Presidente da República, General Médici, de um anteprojeto de lei de Regulamentação do Exercício Profissional do Economista, elaborado pelo Conselho Federal com a colaboração de economistas vinculados a diferentes áreas profissionais, com base em longa argumentação:

“Com efeito, não se pode e nem se deve esperar que, vinte anos depois, aquela delimitação de área de trabalho permaneça substancialmente a mesma, quando o próprio mercado de trabalho inerente ao pessoal de nível superior experimentou profundas transformações, introduzidas pelo progresso científico e tecnológico, através do ensino universitário de formação e aperfeiçoamento, mercê, evidentemente, do desenvolvimento global do País, a funcionar como poderoso fator de propulsão da especialização profissional de plano universitário. Exatamente por isto, e ainda como consequência de pronunciado processo de divisão do trabalho – sentido no País de uns anos para cá –, algumas profissões se esgalharam, criando, como natural corolário, outras profissões liberais, o que conduziu o legislador, sem o perceber, à retalhadura do mercado de trabalho, resultante da regulamentação das respectivas atividades profissionais. Em outras palavras: as novas profissões tumultuaram, com a legislação regulamentadora de suas atividades, o mercado de trabalho daquelas de que nasceram, criando para o antigo tronco problemas econômicos e sociais que precisam ser corretamente equacionados e solucionados, sob pena de se cometerem com este graves injustiças que, em última análise, se farão sentir no próprio sistema

de trabalho do País ou, se preferirmos, na própria velocidade da marcha do desenvolvimento econômico”.<sup>5</sup>

### A definição de especialidades e a formação do economista

A crescente especialização dentro da profissão de economista já fora registrada pelo próprio CFEP por meio de sua Resolução nº 203 (de 20 de abril de 1967) que identificava 12 especialidades que o economista podia acrescentar ao seu registro nos Conselhos Regionais: Economista analista, Economista rural ou agrário, Economista de transportes, Economista financeiro, Economista comercial, Economista industrial, Economista organizador ou racionalizador, Economista planejador ou programador, Economista de preços e custos, Economista do trabalho ou de mão de obra, Economista de mercado e Economista de renda nacional.

Esta resolução, ao definir especializações do economista, procurava delimitar áreas de trabalho privativas do economista, provavelmente uma reação à regulamentação da profissão de Técnico de Administração efetivada pela Lei nº 4.769 de 1965. O anteprojeto encaminhado pelo CFEP ao Presidente da República tinha objetivo semelhante com base em discriminação mais minuciosa e abrangente. Considerava atividades privativas dos economistas análises, estudos, pesquisas, planejamento, projetos, programação, orientação, supervisão, controle, assessoria e assistência a trabalhos que compreendessem: projetos de investimento; mercado interno (consumo e oferta em todos os seus aspectos); mercado internacional; produção e consumo (exceto administração de pessoal e de material); crédito, investimento e seguros; custos; análise econômico-financeira; tributação; planejamento e programação econômico-social; desenvolvimento econômico e econômico-social; análise e pesquisa mercadológica nacional e internacional; política econômica global.<sup>6</sup> A vasta abrangência desse anteprojeto na definição das atividades privativas do economista certamente dificultou seu encaminhamento, preservando a Lei 1.411 como fundamento da regulamentação da profissão de economista.

As preocupações do CFEP também se projetavam em outra direção: o número crescente de economistas aumentava a responsabilidade dos órgãos de fiscalização perante a sociedade. Essa responsabilidade ia além da fiscalização da atividade profissional (para que fosse exercida com competência e probidade); cabia também zelar pela formação dos economistas e mostrar à sociedade a relevância da atividade de seus profissionais. O Con-

selho Federal, atento a essa responsabilidade, desenvolveu várias atividades voltadas a temas que iam bem além da fiscalização profissional.

A questão da formação do economista foi objeto de uma Resolução do CFEP – a de nº 445 de 8 de outubro de 1970 – que autorizava os CREPS a cooperar e colaborar com órgãos que ministrassem cursos de pós-graduação em Economia. Essa resolução acompanhava proposta aprovada no II Simpósio dos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais de 1970 (Simpósio que depois ficou conhecido como SINCE): além do apoio à pós-graduação, foi aprovada sugestão de Reforma do Ensino de Economia, “de forma a adaptar o ensino às necessidades do mercado de trabalho do Economista”.<sup>7</sup>

A qualidade dos cursos de graduação em Economia também era uma preocupação à época. Vespasiano Consiglio, membro do CREP – 2ª Região registrava um dado importante: de 2.883 alunos matriculados nos cursos em 1960, apenas 1.625 o haviam concluído quatro ou cinco anos depois. No mesmo artigo, transcreve parecer de Comissão de Especialistas do Ensino de Ciências Econômicas, firmado pelo economista Manoel Ferreira (presidente do CFEP nos anos de 1962 e 1963), encaminhado ao Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Nesse parecer há a sugestão de que não fossem concedidas autorizações para o funcionamento de novos cursos de Economia: “Há excessivo número de estabelecimentos atuando na formação de economistas. O grande problema que se equaciona perante os órgãos responsáveis é o da melhoria qualitativa da rede. Novos cursos para preparação de profissionais no momento devem ser desaconselhados. A expansão meramente quantitativa agravará o problema, inflacionando mais o mercado atual de economistas”.<sup>8</sup>

O aumento do número de economistas também gerava outra preocupação: a de um comportamento não só competente, mas também probo dos profissionais. No I Simpósio dos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais, realizado no Rio de Janeiro em 1968, foi proposta a elaboração do Código de Ética Profissional do Economista, aprovado pelo Plenário do CFEP em 12 de setembro desse ano (Resolução nº 283). Composto por dez artigos e inúmeras alíneas, o código estabelecia normas de conduta para o economista, ressaltando, entre outras normas, o estrito respeito às leis, situando-o acima dos interesses de clientes e empregadores; cumprir rigorosamente com as consultas que lhe forem endereçadas; a solidariedade com os colegas de profissão na defesa da dignidade da classe e o interesse pelo bem público dirigindo sua capacidade para esse fim.

## Simpósios dos Conselhos Regionais e o I Congresso dos Economistas

Os dois primeiros simpósios dos Conselhos Regionais foram espaço para amplos debates sobre a profissão e os próprios Conselhos, emanando deles inúmeras propostas que eram levadas ao Plenário do Conselho Federal para deliberação e implementação. A rica experiência dos dois primeiros simpósios levou à proposta de sua realização anual, sugerindo-se ainda que tivessem por sede as dos Conselhos Regionais já instalados à época.<sup>9</sup> Desse modo, os dois simpósios, de 1968 e 1970 – depois conhecidos pela sigla SINCE – deram início a uma atividade que se tornou regular para o sistema Cofecon/Corecons como um momento importante de reflexão sobre os problemas da profissão.

A celebração da profissão, como parte da valorização do economista, também esteve presente em algumas iniciativas. Assim, em 1970, pela Resolução nº 392, foi fixada a data de 13 de agosto como o Dia do Economista, que “deverá ser comemorado anualmente, aproveitando-se da oportunidade para dar ampla divulgação do trabalho realizado pelos economistas e pelas suas entidades”.

Nessa mesma ordem de preocupações, foi instituída, em 1969, a Ordem do Mérito do Economista, a ser concedida “a pessoas que se tenham distinguido nos estudos de Economia, no magistério universitário de Ciências Econômicas, no campo profissional do economista ou que hajam prestado relevantes serviços à categoria profissional do economista ou aos Conselhos Federal e Regional de Economistas Profissionais”. A Ordem do Mérito seria administrada por um conselho composto pelos conselheiros efetivos do CFEP, que teriam também a incumbência privativa de propor nomes para admissão à Ordem. Por Resolução de maio de 1972, o presidente e o vice-presidente do CFEP passaram a ser admitidos automaticamente à Ordem do Mérito por ocasião de sua posse.

A importância de divulgar o trabalho dos economistas levou à criação da revista *Tribuna do Economista* em abril de 1969. Embora dirigida principalmente à categoria, a revista incluía artigos referentes à economia brasileira e à economia internacional, expressando o pensamento de economistas sobre temas que eram de interesse de amplos segmentos da população.

A divulgação do trabalho e do pensamento dos economistas também encontrou outro espaço na realização do I Congresso Brasileiro dos Economistas, realizado no Rio de Janeiro de 17 a 21 de julho de 1968 e cuja

sessão de encerramento ocorreu na sede da Ordem dos Economistas de Pernambuco, em Recife. O congresso teve na presidência o economista Reynaldo de Souza Gonçalves que era presidente do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 1ª Região e que exerceu grande influência nos trabalhos do congresso.

O congresso aprovou “duas teses revolucionárias: a da criação de um sistema de segurança econômica mundial e da teoria da organização do emprego profissional como centro da ciência econômica”, teses expostas pelo economista Reynaldo de Souza Gonçalves.<sup>10</sup> A “Mensagem dos Economistas Brasileiros” divulgada ao final do congresso também indica a influência de Reynaldo de Souza Gonçalves em sua redação:

“Nós, reunidos pelo I Congresso Brasileiro de Economistas, na mui leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1968, enviamos a todos os brasileiros e a todos os seres humanos a nossa singela mensagem de fé e de esperança no Brasil e na Humanidade.

“Todo ser humano é uma unidade moral, livre e responsável, digna de respeito e cuja destinação é o crescimento espiritual, isto é, a potenciação intelectual e afetiva, dentro da plenitude harmoniosa da vida.

“A realidade é o homem, a Humanidade e a sociedade ou convivência humana é apenas da condição natural e adequada para que ele alcance a plenitude da vida. A convivência humana potencia o homem, ela permite que ele sirva e ame, que ele seja servido e amado. (...)”

“A economia não se reduz à produção, ao consumo e à repartição do rédito ou ao emprego, à poupança ou ao investimento. A economia não é fim, é meio do homem realizar sua destinação natural – a vida plena, nobre, harmoniosa. A economia é ordenamento da aplicação inteligente de recursos, pela divisão coordenada do trabalho, para potenciação do produto social em benefício de todos, na medida dos empregos, direitos e obrigações de cada um.

“Acreditamos que, pelo esclarecimento da verdade, pela racionalidade do estudo e solução dos problemas econômicos e sociais, a Humanidade há de superar esta fase de violência, ódio e confusão e penetrar no século vindouro já num ambiente de paz, liberdade, responsabilidade, segurança e oportunidade para todos”.<sup>11</sup>

Esta mensagem certamente refletia a visão peculiar que seus redatores tinham da economia e também a agitada conjuntura mundial do ano de 1968. Assim, importava menos a discussão de problemas econômicos imediatos e mais a reflexão sobre os caminhos para a superação dos conflitos



sociais que emergiram com força naquele ano. Superação que se deu por diferentes caminhos, nem sempre fundados na harmonia desejada pelos redatores da Mensagem dos Economistas Brasileiros.

Em suma, no longo período em que o CFEP esteve sob a presidência de Mário Sinibaldi Maia, o sistema Conselho Federal/Conselhos Regionais passou por importantes mudanças que se consolidaram no futuro das entidades. Por um lado, o crescimento do número de economistas levou à criação de Conselhos Regionais em todos os Estados existentes à época, mesmo que alguns não tivessem condições de ser instalados à época. Por outro, a realização do I Congresso Brasileiro de Economistas e dos dois simpósios dos Conselhos Regionais de Economia indicavam que aqueles órgãos procuravam ir além de sua função legal específica – a aplicação da legislação relativa à fiscalização dos profissionais de economia. Era importante que houvesse uma reflexão sistemática sobre os problemas da profissão e, além disso, sobre os grandes temas da economia brasileira. Afinal, ao economista, mais do que a qualquer outro profissional, cabia pensar sobre os dilemas de uma economia em desenvolvimento, porém marcada por profundas disparidades sociais, regionais e setoriais. Era natural que, por seu crescente número, os economistas distribuídos pelo Brasil considerassem urgente a reflexão sobre tais problemas.

O fim da gestão de Mário Sinibaldi Maia marca também o fim de um período em que os presidentes do CFEP eram originários do CREP – 1ª Região (que, em 1971 abarcava os Estados ds Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo). O grande número de economistas residentes na 1ª Região e o fato de a sede do CFEP se situar no Rio de Janeiro favoreciam a eleição de presidentes daquela região. Nos dois últimos anos do período em tela (1972-1973), o presidente do CFEP foi Affonso Armando de Lima Vitule, inaugurando um período em que a presidência esteve com representantes do CREP – 2ª Região, pois o economista Jamil Zantut, que sucedeu Vitule em 1973, permaneceu na presidência até 1979. Mais importante, os economistas das várias regiões do Brasil se mostraram cada vez mais interessados pela participação no Conselho Federal e nos Conselhos Regionais à medida que a ampliação do escopo das instituições – indo além de sua função legal de fiscalização profissional – passou a tratar dos problemas da profissão e da própria economia brasileira. É o que se observa nas décadas seguintes desta história do Cofecon.

# 4

## O ECONOMISTA NO CENTRO DAS DECISÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS (1974-1983)



PÁGINA ANTERIOR

*Cerimônia de  
inauguração da  
sede do Cofecon em  
Brasília, 1978.*

À DIREITA

*Edifício onde está  
situada a sede do  
Cofecon em Brasília.*



O período 1974-1983 tem como marco inicial o fim do período na economia do País, entre 1968 e 1973, que ficou conhecido como “milagre econômico”, quando o PIB cresceu a uma taxa média anual de 11%. A taxa de crescimento foi ainda significativa depois (entre 1974 e 1983 o PIB cresceu uma média de 4,3%, incluindo 10,3% em 1976 e -4,3% em 1981), refletindo a ocorrência de sérios desequilíbrios macroeconômicos, causados, entre outros fatores, pelo primeiro choque dos preços do petróleo em 1973, que provocou um déficit no comércio internacional do País e aumento na dívida externa (que cresceu de us\$ 20 bilhões em 1974 para us\$ 102,1 bilhões em 1983).

No entanto, a partir do ano de 1973, marcado pelo primeiro “choque do petróleo”, houve dificuldade em se manter o ritmo de crescimento, ao mesmo tempo em que o estrangulamento externo impunha crescentes restrições. O segundo choque do petróleo, em 1979, e a crise da dívida externa, deflagrada em 1982, são os marcos da chamada “década perdida” em que fases de recessão se sucedem a períodos de crescimento, configurando dez ou mais anos de estagnação da economia brasileira.

O aumento da dívida externa, numa época de grande liquidez no mercado financeiro internacional, garantiu recursos para cobrir o déficit na balança comercial. Além disso, o ambicioso programa de investimento do 11 Plano Nacional de Desenvolvimento pôde, em parte, ser financiado com recursos externos. Desse modo, apesar do choque do petróleo e da situação recessiva da economia mundial, a economia brasileira ainda manteve taxas razoáveis de crescimento do PIB. No entanto, a partir de fins de 1979, o banco central dos Estados Unidos, Federal Reserve, decidiu elevar abruptamente a sua taxa de juros para enfrentar a inflação e o desequilíbrio externo da economia norte-americana. Como as taxas de juros da dívida externa brasileira eram variáveis e indexadas às taxas de juros internacionais, o efeito

sobre o serviço da dívida foi explosivo, levando à suspensão de pagamentos de parte dos juros e amortizações em 1982.

Esses desequilíbrios dos anos 1970 também se refletiram no aumento das taxas de inflação, que vinham em declínio, mas que voltaram a se elevar em 1974, atingindo no fim do período em foco mais de 200%. Em 1970 era de 19,2% ao ano, em 1975, de 99,7%, em 1976, de 46,3%, e em 1983, de 211%. Os temas de economia, seja pelo “milagre” até 1973, pela Crise do Petróleo e depois pelo impacto da inflação, tornaram-se parte do cotidiano do País nesse período e os economistas passaram a ser atores no primeiro plano dos debates, processo ainda mais forte com o lento início de algumas medidas liberalizantes no plano político a partir de 1975, com a Anistia Política em 1977 e com a retomada do debate político mais pleno no final desta década.

### Uma profissão com prestígio

Durante muito tempo o curso de Ciências Econômicas fora a sequência natural para aqueles estudantes que haviam passado pelo ensino comercial ou, mais tarde, concluído o curso técnico de Contabilidade. Desde meados dos anos 1960, no entanto, a profissão de economista passou a ser uma alternativa universitária para quem concluía o colegial. “Comparando o Brasil do final da década de 1941 com a do princípio do decênio de 1971 nota-se um passo de gigante. Neste ano, quatro pastas ministeriais e o Banco Central estão dirigidos por valorosos economistas, e o estado-maior dos governos estaduais está integrado de economistas, na maioria, jovens”, escreveu W. De Freitas André em livro do Corecon do Rio de Janeiro editado em 1972.<sup>1</sup>

Conforme Guido Mantega e José Marcio Rego, “a Economia já possui um significado profissional mais nítido, ou a perspectiva de um bom emprego, uma vez que, no final dos anos 1960 e principalmente nos anos 1970, essa profissão já detinha grande prestígio no mercado de trabalho. Era a época do ‘milagre brasileiro’ do Delfim Netto, quando os economistas da USP e os administradores da FGV eram ‘caçados a laço’ pelas empresas que proliferavam nos rastros de um PIB que crescia a mais de 10% ao ano”.<sup>2</sup>

Três exemplos retirados do livro *Conversas com economistas brasileiros* ilustram este processo e, sem pretender universalizar experiências particulares, contribuem para compor um quadro de época. “Eu queria estudar Direito, mas me disseram que Economia daria melhor formação para você

ter uma profissão”, conta João Sayad, que se formou em Economia na USP em 1967. Mesmo que Sayad logo em seguida avalie de forma diferente esta opinião da época, interessa aqui registrar como em menos de duas décadas a profissão de economista ganhara um novo lugar social e profissional.<sup>3</sup>

“Eu acho que a primeira vez que me interessei por economia foi quando eu li um livro do Celso Furtado, o *Formação Econômica do Brasil*. Eu estava no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, fazendo o científico, e as opções que pareciam viáveis eram: ser médico como meu pai, engenheiro, ou talvez advogado. Eu não via a Economia como opção. Mas no livro do Celso Furtado eu descobri que havia uma maneira diferente de pensar os problemas sociais pela Economia. Na época, eu tinha um certo interesse por uma carreira, por incrível que pareça, a diplomacia. A carreira normal era você fazer Direito por três anos, depois tentar o Instituto Rio Branco. Não sei se ainda funciona dessa maneira. Mas aí eu fui conversar com um professor do Instituto, que me disse: ‘Olha! Normalmente você faz Direito, mas é possível fazer Economia também’. Então, tendo me interessado por Economia através do livro do Celso Furtado, eu decidi estudar Economia”<sup>4</sup>, conta José Alexandre Scheinkman, que ingressou no curso de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1966.

Essa nova percepção perpassou a década de 1970. “Naquele momento, início dos anos 1970, era o auge econômico do País. Toda vez que a Economia vai bem, imagino que o vestibular para Economia fica mais concorrido e o prestígio dos economistas aumenta. Quando a Economia vai mal, os profissionais estão por baixo. As pessoas confundem um pouco as duas coisas. Aquele momento também é o auge da discussão econômica. Havia um grande debate no País sobre o chamado ‘milagre econômico’. Uma discussão sobre os problemas da distribuição de renda. Se estava correta ou não estava. Então, acho que as duas coisas acabaram se associando, e eu fui para Economia”<sup>5</sup>, conta, por sua vez, Aloízio Mercadante Oliva, que ingressou no curso de Economia (FEA-USP) em 1973.

Conforme Biderman, Cozac e Rego: “A primeira fase do regime militar (1964-1967) não promoveu uma expressiva renovação dos economistas que faziam parte da elite dirigente. Campos e Bulhões já tinham exercido importante papel em outros momentos. Os primeiros economistas de uma nova geração a assumir o poder são Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, que ascenderam por indicação dos primeiros. Apresentavam características diversas da geração que os precedera e conquistaram espaço, não só pela competência técnica, mas também pela vinculação ideológico-parti-

dária ao regime autoritário. Com efeito, duas grandes forças mantenedoras do Estado autoritário brasileiro foram os tecnocratas (particularmente os economistas) e os militares”.<sup>6</sup>

### Os economistas e o setor bancário e financeiro

Até meados da década de 1970 prevalecia razoável otimismo em relação à economia brasileira. Os anos do “milagre” (1968-1973) e a segunda metade da década de 1970 talvez tenham sido a época de maior expansão para a profissão de economista, pois o crescimento econômico foi acompanhado de significativa concentração do capital na esfera das empresas (tanto públicas quanto privadas).

Talvez o melhor exemplo seja o do setor bancário: a reforma bancária e do mercado de capitais de 1964/5 havia criado instituições especializadas (bancos comerciais, bancos de investimento, financeiras, sociedades de crédito imobiliário, corretoras, distribuidoras, companhias de seguro) que se multiplicaram nos anos seguintes à sua regulamentação. Embora houvesse algumas instituições de grande porte, predominavam estabelecimentos dedicados a apenas um daqueles segmentos que, em geral, tinham dimensão incompatível com as necessidades de financiamento do setor produtivo (pois este era crescentemente constituído por grandes empresas). Assim, foi quase inevitável um rápido processo de concentração no sistema bancário, em parte induzido pelo próprio governo por meio do estímulo a fusões e aquisições.

Esta foi a tônica dos anos 1970 em que se observou a constituição dos grandes grupos financeiros nacionais. Nos anos 1980, esse processo continuou, porém sua ênfase foi na formação dos chamados conglomerados financeiros (ou seja, uma instituição que atuava simultaneamente em todos os segmentos financeiros – desde o banco comercial até a companhia de seguros). E nesse novo sistema financeiro, o economista encontra um espaço de trabalho muito mais amplo: inovam-se os instrumentos financeiros, as operações tornam-se mais complexas e a “inteligência” da empresa ganha crescente importância. O desenvolvimento do mercado financeiro nos anos 1970 provocou alguns debates e necessidade de entendimento entre os órgãos de classe dos economistas e empresas do mercado financeiro – tais como distribuidoras de valores, sociedades corretoras de câmbio, títulos e valores – que nem sempre estavam registrados nos Conselhos Regionais nem possuíam um economista responsável em seu quadro de funcionários.

No caso específico das sociedades distribuidoras de valores, por exemplo, se sua atuação fosse limitada ao objetivo de colocação de títulos, poder-se-ia considerar que desenvolvessem apenas assessorialmente atividades pertinentes ao campo profissional do economista. Mas se compreendessem atividades ligadas à manutenção e operação de carteiras de títulos públicos ou privados, a serem movimentados no mercado secundário (sistemática conhecida como operações de open-market), exigiam análises de micro e de macroeconomia e, portanto, deviam manter registro em Conselho de Economia.<sup>7</sup> Dessa forma, havia uma problemática mais geral no sentido de definir e entender as instituições financeiras. Uma decisão do Tribunal Federal de Recursos confirmou que não houve exorbitância por parte do Cofecon ao pleitear o registro nos Conselhos das empresas que se dedicam à subscrição e emissão de títulos e valores mobiliários e à sua intermediação para colocação no mercado. O Ministério do Trabalho, por sua vez, confirmou que as sociedades corretoras de valores mobiliários exerciam atividade privativa do economista e de natureza científico-econômico-financeira e deveriam ser registradas nos Corecons, contra representação da Bolsa de Valores de São Paulo.<sup>8</sup>

Dada a diversidade de empresas surgidas nessa época, uma comissão especialmente constituída pelo Cofecon elencou as empresas do mercado financeiro e de capitais que deviam se registrar nos Corecons, já que efetivamente prestavam serviços profissionais de natureza econômica e financeira: bancos de investimento (diferenciados); associações financeiras, sociedades de investimento, sociedades mistas (financeiras e de investimento), sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, sociedades corretoras, sociedades distribuidoras, Caixas Econômicas Federal e Estaduais, e bancos de desenvolvimento. Quanto às cooperativas de produção, era preciso distinguir “atividade econômica” de “atividade técnica e científica de economia e finanças”.<sup>9</sup>

### A atuação do Cofecon

A evidência pública que a atuação dos economistas adquiriu nos anos 1970 e a presença das discussões de Economia na gestão do País e nas conversas do cotidiano adquiriram tal dimensão que um deputado federal apresentou em 1977 um projeto de lei para instituir como disciplina obrigatória nas escolas de 1ª e 2ª graus a matéria “Noções de Economia”. Embora tanto o Conselho Federal de Economia como o Ministério da Educação con-



siderassem a proposta inoportuna naquele momento, o projeto ilustrava de forma emblemática o lugar que o economista e os debates de Economia assumiram naquela década e seu impacto no dia a dia da população.<sup>10</sup>

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Economistas Profissionais ganharam nova denominação, de acordo com a Lei nº 6.021 de 3 de janeiro de 1974: Conselho Federal de Economia e Conselhos Regionais de Economia. Assim, a sigla com que o Conselho ficara conhecida, CFEP, foi substituída por Co.F.Econ e os Regionais passaram a ser chamados de Co.R.Econ (designação que este texto adotará daqui em diante, abreviando para Cofecon e Corecon). Em relação aos Regionais, uma resolução de 1975 decidiu que a sigla a ser utilizada deveria ser Co.R.Econ – Região e a sigla da unidade da Federação. Nos anos 1970, portanto duas décadas após a regulamentação da profissão, tornou-se desnecessário afirmar de forma explícita a existência de economistas “profissionais”.

Mas mais importante do que a sigla era a mudança que a nova denominação parecia antecipar: os Conselhos, além de suas atribuições relativas ao exercício da profissão, estavam sendo crescentemente chamados a tratar das grandes questões da Economia brasileira, processo que se consolidaria no final dos anos 1970 e início da década de 1980, no período de transição para a democracia.<sup>11</sup>

A Lei nº 6.026, de 7 de maio de 1975, passou a considerar a carteira expedida pelos órgãos controladores do exercício profissional (não apenas economistas) como documento de identidade, o que reforçou o *status* dos filiados aos Conselhos, a identidade profissional associada à identidade civil. Ainda nos anos 1970, o Conselho reiterou que o diploma deveria trazer grafado “Bacharel em Ciências Econômicas” e não apenas “Bacharel em Economia”, a exemplo de Bacharel em Ciências Jurídicas, já que algumas faculdades registravam apenas a segunda opção.<sup>12</sup> Eram questões de imagem e da face pública da profissão, incluindo a construção de uma sede que representasse à altura o novo patamar profissional conquistado.

Era preciso, no entanto, transferir a dimensão pública e o prestígio desta presença inédita dos economistas nas discussões de economia aos profissionais da área em todos os Estados da Federação, nos quais economistas recém-formados em número crescente procuravam uma posição de trabalho em empresas privadas ou órgãos públicos. A atuação do Cofecon e dos Conselhos Regionais foi decisiva nesta tarefa, que implicava em divulgar a importância dos profissionais de economia, zelar pela contratação de economistas em funções privativas da categoria, fiscalizar o exercício da

profissão, acompanhar a qualidade do ensino e reivindicar ao poder público a criação de cargos, com definição de carreira e salário e assim por diante.

Sem dúvida, a capilaridade nacional da atuação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais e seu zelo cotidiano foram um fator importante para o reconhecimento efetivo da importância dos economistas em todos os Estados. A estrutura efetivamente nacional do conjunto dos órgãos de classe levou a entidade a realizar inúmeras reuniões em diversas cidades; assim, houve reuniões em Curitiba, Florianópolis, Aracaju, Recife, Salvador, Brasília, São Luis do Maranhão e Maceió, onde havia um economista governador, Divaldo Suruagy. Foi inclusive realizada em Belém a I Reunião de Presidentes dos Conselhos Regionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em 28 e 29 de junho de 1979.<sup>13</sup> Muitas das reuniões do Cofecon eram realizadas para coincidir com encontros e seminários de economistas e a presença do presidente e conselheiros do Cofecon trazia prestígio às atividades da categoria nos Estados e aos Conselhos locais. A reunião de 11 e 12 de junho de 1976 foi realizada em Salvador, Bahia, para coincidir com o I Encontro Economistas-Empresa-Governo pelo Conselho Regional – 5ª Região.<sup>14</sup> Nesta mesma reunião, designou-se o responsável pela delegacia do Conselho Regional 13ª Região-AM, no Estado do Acre.

Outra meta importante do Cofecon naquele período foi o apoio aos Corecons para adquirirem sedes próprias. Cogitou-se criar um fundo de investimento para, com orientação do órgão federal, colaborar na obtenção de instalações próprias.<sup>15</sup> Ao inaugurar a sede própria do Corecon-MG o presidente Jamil Zantut anunciou: “Tem sido preocupação do Co.F.Econ – e até mesmo nesse sentido vem desenvolvendo uma política – oferecer incentivos aos Conselhos Regionais para que consigam se instalar da melhor maneira possível, por entender que boas instalações personalizam a entidade, via de consequência, a classe; no caso presente, para todos nós, que formamos uma verdadeira irmandade no Brasil inteiro, que compartilhamos dos problemas, das soluções e das alegrias, é uma satisfação imensa constatar que a 10ª Região tem um imóvel que sobremaneira dignifica a classe em Minas Gerais”.<sup>16</sup>

Em 1975 foi autorizada a instalação dos Conselhos Regionais de Economia da 15ª Região, sede em São Luiz e jurisdição no Maranhão; o da 16ª Região-SE; o da 17ª Região, com sede em Vitória e jurisdição sobre o Espírito Santo, e o da 18ª Região, com sede em Goiânia e jurisdição sobre o Estado de Goiás.<sup>17</sup> Economistas do Rio Grande do Norte tiveram o Corecon instalado em 1979.

Em 1979 foi instituído o Tribunal Superior de Ética e sua instituição “trouxe ao vértice da pirâmide o órgão competente para conhecer, examinar e julgar as transgressões das normas éticas que regem a profissão de economista; as atividades dos Conselhos Federal e Regionais e as eventuais infringências ao Código de Ética, no campo profissional, praticada por filiados aos Órgãos de Economia”.<sup>18</sup> Em 1979, ainda, o Cofecon decidiu aumentar o número de conselheiros de nove para 12, preenchendo um novo conselheiro por ano até completar os três novos.<sup>19</sup>

### Abertura política e “crise de identidade”

---

Neste contexto político e econômico, os economistas vivenciaram uma primeira crise de identidade profissional, conforme a Carta proclamada ao final do III Congresso Brasileiro dos Economistas, realizado em 17 de agosto de 1979 em São Paulo, organizado pela Ordem dos Economistas, Cofecon, Corecon-sp e Sindicato dos Economistas de São Paulo:

“O Economista brasileiro passa por uma crise de identidade, reflexo de um processo crítico ao nível de suas funções, como cientista social, como técnico e como político. Esta fase de autocrítica e de preparação para novos tempos, caracterizados por dificuldades econômicas e reclamos sociais, requer do Economista sensibilidade, grandeza de propósitos, humildade no aprendizado e capacidade de diálogo com a sociedade. O primado da racionalidade econômica no âmbito de processos de planejamento e decisão fechados, podem tornar a legitimação política necessária um simples referendo vulnerando o Economista”.

A crise de identidade era, de certa forma, uma novidade para uma profissão recente. Se na passagem da década de 1960 para 1970, os economistas passaram a participar de forma decisiva da gestão do País, a Carta do III Congresso de 1979 anuncia, em tempos de abertura política e crise econômica, que as habilidades profissionais do economista não podiam se resumir ao seu preparo técnico, mas requeriam, com ênfase crescente, sensibilidade social e capacidade de diálogo com a sociedade.

A Carta, que defendia a abertura política, manifestava, no entanto, receio de que diante dessa abertura o economista fosse identificado como um agente de decisões fechadas e distantes da sociedade, imagem que a sociedade possivelmente fixara nos anos 1970, dada a proeminência da atuação de economistas em várias esferas do poder no País. Cabe transcrever alguns trechos da íntegra da Carta do III Congresso Brasileiro dos Economistas,

que tem 11 itens, transcrita em ata do Cofecon, por sua expressão como síntese das posições colocadas em debate na época: 1) Taxa de crescimento do PIB: ritmo desejável de desenvolvimento econômico; 2) Impacto do crescimento nos desequilíbrios monetários e cambiais; 3) Preocupação com as tensões inflacionárias e cambiais, resultantes de uma elevada taxa de crescimento do PIB; 4) “Economia de guerra” (grandes dificuldades e sacrifícios nos próximos anos); 5) Desequilíbrios monetário e cambial como questões cruciais; 6) Equilíbrio cambial; 7) Contenção da inflação; 8) Política salarial; 9) Abertura econômica e abertura política; 10) Reestruturação fundiária; 11) O papel social do Economista.

O item 1 da Carta referia-se à Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto ou ritmo desejável de desenvolvimento econômico: “A maioria dos participantes aceitou a tese de que as condições presentes da economia brasileira desaconselham quaisquer medidas destinadas a impor ao País taxas mais lentas de desenvolvimento ou a provocarem uma recessão supostamente corretora de desequilíbrios monetários e cambiais. Recomendam, ainda, amplo debate, em todos os segmentos da sociedade, dos seus problemas políticos e socio-econômicos, para que sejam encontradas alternativas que atentem aos interesses do povo brasileiro”.

A Carta formula, assim, em tempos de abertura política, a rejeição a qualquer política recessiva, propõe o debate aberto sobre política econômica e que este seja feito “em todos os segmentos da sociedade”, dos seus “problemas políticos e socioeconômicos”.

O item 2 era sobre o impacto do crescimento nos desequilíbrios monetários e cambiais: “Houve ampla margem de acordo sobre o fato de que um desenvolvimento voltado para investimentos de maturação a curto prazo, sobretudo de tipo agrícola, poderia ter substancial impacto positivo de controle da inflação e desequilíbrio cambial, através de maior oferta de artigos de abastecimento ou de consumo de massa, e alívio do problema cambial, mediante criação de excedentes agrícolas exportáveis que não comprometam a necessidade de consumo interno. Por consenso, admitiu-se que a produção de energia, a partir de insumos agrícolas, devido à sua alta elasticidade-renda, deve ser vista como importante alternativa para a economia do País, dada a capacidade desse tipo de atividade em exercer efeitos de conciliação entre o combate à inflação e a expansão do emprego e o crescimento do produto”.

O item 3 era sobre “Preocupações com as tensões inflacionárias e cambiais, resultantes de uma elevada taxa de expansão do PIB”: “Muito embora

aceitando que uma política bem orientada de expansão do PIB pode reduzir as tensões atuais da economia brasileira, foi manifestada séria preocupação com respeito à tendência recente de considerar que uma taxa mais elevada de desenvolvimento resolveria todos os problemas, dispensando medidas frequentemente penosas de controle dos desequilíbrios monetário e cambial. Certa linha de opinião sublinhou o fato de que o incremento acelerado do PIB tenderá a elevar os desajustamentos da economia, reclamando, portanto, medidas de controle da inflação e do desequilíbrio cambial que não penalizem os segmentos assalariados da sociedade”.

O item 4 denominava-se curiosamente “Economia de guerra”: “Houve substancial acordo quanto ao fato de que o País deve preparar-se para enfrentar nos anos futuros grandes dificuldades e sacrifícios. A ideia de uma ‘economia de guerra’ para expressar esse estado de coisas, continua substancialmente válida. Ela não pode, contudo, ser entendida como justificação para reduzir a taxa de incremento do PIB, mas, pelo contrário, constitui motivo para mantê-lo em níveis elevados. Numa condição de ‘economia de guerra’ deve haver amplo debate e coesão social em torno de um objetivo comum e bem determinado, devendo-se pedir esforços àqueles que têm maior capacidade de suportá-los, com preservação, na medida do possível, dos segmentos que estejam contribuindo mais diretamente para o esforço produtivo”.

Em relação ao item 8, Política salarial, “houve a opinião de que são justas as reivindicações de reajustes salariais acima da elevação do custo de vida, com vistas à recuperação do poder de compra da população assalariada. Os reajustamentos com periodicidade menor que a anual seriam mais facilmente absorvidos, a exemplo de outros mecanismos de reajuste utilizados hoje. Uma importante corrente de opinião achou que eventuais aspectos inflacionários poderão ser evitados, se os aumentos forem absorvidos pelos lucros. Recomenda as negociações diretas entre empregados e patrões, assegurando a liberdade das organizações sindicais”.

O 9º item era “Abertura econômica e abertura política”: “Houve uma aceitação geral de que as soluções necessárias ao País, sobretudo no delicadíssimo setor salarial, não podem ser impostas de cima para baixo. O sacrifício deve receber o acordo de todos os interessados, o que só pode ser conseguido dentro de uma política de união nacional, na qual os sacrifícios estritamente temporários pedidos aos grupos de menor renda sejam compensados com esforço correspondente das classes mais favorecidas. Nesse contexto, foi pedida uma tributação consideravelmente mais eleva-

da dos ganhos de capital”. O 10º item tratava da Reestruturação fundiária: “Sugere-se que na abertura institucionalizada pelo atual Governo, busque-se também soluções para o problema agrário do País, mediante profunda e social reestruturação fundiária”.

A leitura da Carta dos Economistas Brasileiros revela a dificuldade que havia em se conciliar o desejo de manutenção de elevados níveis de crescimento do PIB com o combate aos desequilíbrios inflacionário e cambial. Em consonância com o clima da época, a Carta também se refere à abertura política, a qual criava espaço para a maior participação social.

Ou seja, o documento do III Congresso Brasileiro de Economistas não era apenas um texto “técnico”, mas estava inserido na realidade econômica, política e social daqueles anos em que diferentes visões se confrontavam na busca de uma saída para os dilemas de então e no qual as pressões dos diversos segmentos da sociedade voltavam a se manifestar e a fazer reivindicações. Aliás, a própria Carta reconhecia essas divergências, não como um equívoco de uma ou outra parte, mas como algo inerente ao momento que se vivia. Dizia a Carta que os economistas “recomendam, ainda, amplo debate, em todos os segmentos da sociedade, dos seus problemas políticos e socioeconômicos, para que sejam encontradas alternativas que atendem aos interesses do povo brasileiro”. O documento foi aprovado pelo Plenário do III Congresso Brasileiro dos Economistas em 17 de agosto de 1979, tendo Jamil Zantut como presidente da Comissão Executiva.

### 5º Congresso Brasileiro de Economistas

O 5º Congresso Brasileiro de Economistas, realizado entre 15 e 18 de novembro de 1983 pelo Conselho Regional de Economia da 6ª Região e presidido pelo economista Kanitar Aymoré Saboia Cordeiro, encontrava a economia brasileira em momento crítico: a crise da dívida externa, detonada em 1982, por um lado indicava a existência de profundos desequilíbrios na economia e, por outro, prenunciava dias difíceis na tentativa de corrigir os desequilíbrios. Os indicadores para o ano de 1983 expressam essa situação: recessão, com declínio do PIB de 2,9%; inflação crescente (211% contra taxas em torno de 100% nos três anos anteriores) e redução do consumo final (menos 2%) diante do aumento da população (em torno de 2%).

Nessa conjuntura, o 5º Congresso Brasileiro de Economistas foi espaço privilegiado para a reflexão sobre os problemas brasileiros, mas adquiriu também um caráter peculiar: ali se reuniram vários dos mais importantes



À ESQUERDA

*Sessão solene de abertura do 5º Congresso Brasileiro de Economistas em Curitiba, 1983.*

À DIREITA

*Maria da Conceição Tavares em debate no congresso de Curitiba.*



economistas identificados com a oposição ao regime autoritário. Os comentários dos economistas procuravam evidenciar o caráter socialmente perverso da política econômica implementada pelo governo e encareciam a necessidade de redemocratização, inclusive como condição para definir uma nova política econômica capaz de equacionar a crise brasileira e que, ao mesmo tempo, atendesse aos reclamos da sociedade, em especial de suas camadas mais pobres.

O economista baiano Rômulo Almeida ressaltou a pobreza amplamente disseminada pelo País, e especialmente presente no Nordeste, como questão crucial para uma política econômica:

“O Brasil seria, hoje, a oitava potência industrial do mundo capitalista. Ora, isso realmente pareceria a própria glória, entretanto aqui já foram indicados alguns números que contrastam com essa indicação de grandeza nacional, de duvidosa grandeza nacional. Nós temos 50% de nossa população no nível da pobreza, talvez quase de pobreza absoluta, porque da pobreza relativa essa porcentagem será um pouco mais elevada. No Nordeste, não são apenas quarenta e tanto por cento que estão no nível do salário mínimo; são nada menos que 65% sendo que ao nível de até dois salários mínimos, essa porcentagem não fica aquém de 85%”.

Em essência, não era diferente a preocupação externada por Celso Furtado em sua palestra no Congresso de Economistas:

“Devemos reconhecer, sem rodeios, que a situação a que foi conduzida a economia brasileira compromete profundamente o seu futuro, não somente porque os desequilíbrios estruturais se aprofundaram, o que pesará negativamente por muito tempo, mas principalmente porque nossa sociedade está perigosamente se afastando do modelo de homogeneidade social e dos padrões de convivência que foram os ideais de minha geração. Se o

Brasil chegar ao fim do século com uma sociedade marcada pela condição de miséria da maioria de sua população (...) a responsabilidade principal caberá aos homens de minha geração. Não que o nosso atraso se tenha gerado nesse período, mas porque foi nele que se perdeu a oportunidade de retificar os rumos de certos processos sociais e que se interrompeu, conscientemente, o esforço de construção de um sistema econômico fundado na expansão do mercado interno”.

Se a pobreza era um problema estrutural, ela havia se agravado por conta da política econômica que visou o aumento do saldo da balança comercial a fim de fazer frente aos compromissos da dívida externa. Maria da Conceição Tavares era incisiva na crítica aos economistas do governo:

“Este ano [1983], no começo do ano, eles tinham a obrigação de saber que íamos ter uma crise alimentar séria, uma vez que os dados oficiais sobre a área plantada de alimentos tinham demonstrado uma queda de 15%... Pois bem, eles fizeram uma máxi, retiraram os subsídios, venderam os estoques de milho e grãos para criar um superavit na balança comercial e pagar Cr\$ 5 bilhões reais de juros aos credores. Para nada. Fomos de inadimplência em inadimplência”.

Nessa política – de aumento dos saldos da balança comercial – estava implícita uma forma de enfrentar o problema da dívida externa que Maria da Conceição Tavares julgava inadequada, pois esses recursos seriam insuficientes para dar conta do tamanho da dívida. E advertia:

“Mas [os credores] poderão fazer uma violenta transferência patrimonial e sucatear o que não lhes interessa, abrindo espaço para um novo ciclo exportador e importador clássico”.

Qual seria a alternativa que Conceição Tavares via naquele momento, além do ajuste recessivo já em prática ou de uma eventual moratória?

“A terceira tentativa é a da sobrevivência democrática. Tem-se de parar de aceitar as regras do Fundo Monetário, porque elas são absolutamente inviáveis; não se trata de um programa conservador, trata-se de um programa inviável. Quando o nosso governador do Paraná disse há pouco que devíamos lutar para que não se tenha, no futuro, um modelo que dure trinta anos de desenvolvimento conservador, regressivo, eu também acho. Mas eu sou mais realista. Eu queria lutar nos próximos cinco anos, inclusive com os conservadores, para poder defender o mínimo de soberania e de sobrevivência deste povo. (...) Queria lutar até a morte, este ano que vem, para defender o mínimo desses materiais que já construímos com o sacrifício do povo, dessa indústria que está aí, embora errada, dessa



agricultura que está aqui, dos nossos sindicatos, da nossa justiça, e que houvesse uma consciência coletiva mínima para um programa de emergência e de salvação, para impedir a morte pela fome, pelo desespero de milhões de brasileiros”.

Na conclusão de sua palestra no 5º Congresso Brasileiro de Economistas, Antonio Barros de Castro enfatizou a necessidade de realizar reformas econômicas, em um contexto de negociação democrática, que incluíssem a distribuição de renda:

“Eu creio que o Brasil já constituiu o aparelho econômico básico, já constituiu uma grande estrutura industrial; o povo ficou marginalizado, construiu, mas não recebeu as benesses; construiu, mas não participou; foi adiada a participação deles e essa participação pode ser adiada eternamente. Porém, é claro que isso eu digo pensando em democracia, pensando em negociação, pensando em pacto, não pensando em violência, explosão (...) Não esqueçamos, num horizonte não muito distante, este País precisa, finalmente, enfrentar as injustiças, fazer as reformas que estão para serem feitas há séculos e que foram sempre adiadas; e que eu não vejo por que não voltarmos a cobrá-las com intensidade muito crescente para que um dia se façam democraticamente.”

Na Carta de Curitiba, divulgada no encerramento do evento em novembro de 1983, os economistas advogaram que o País deveria romper com a dependência ao capital financeiro internacional e suspender “temporariamente o pagamento dos serviços da dívida externa através de uma moratória unilateral”. A Carta defendia também a adoção de um programa de emergência para evitar um empobrecimento maior da população, com a ampliação das frentes de trabalho, a implantação do seguro desemprego para os trabalhadores urbanos e uma condigna remuneração aos desempregados.

Estas breves notas dos pronunciamentos de importantes economistas e a Carta emitida ao final do Congresso Brasileiro de Economistas de 1983 sugerem uma agenda de reflexão intelectual e de ação política que foi efetivamente levada à frente pelo Cofecon especialmente a partir de 1984 com a Campanha pelas Diretas, nas discussões sobre a política econômica e no encaminhamento de pontos da Constituinte.

Em janeiro de 1984, o Cofecon lançou conjuntamente com outras dez entidades representantes de profissionais liberais no País um manifesto em apoio às eleições diretas. Conforme pronunciamento do seu presidente José Maria Arbex: “A abertura política não pode ser detida agora e mudanças ins-

titucionais profundas devem completar-se logo, para assegurar o exercício pleno da Democracia. Entre estas destaca-se a eleição direta do Presidente da República, consagrada, no Brasil, histórica e politicamente, como a forma mais legítima de representar a vontade da nação”. Segundo o presidente do Cofecon, “a eleição direta é um passo indispensável e decisivo para o equacionamento democrático da grave crise social e econômica que vive o País” (conforme o jornal do Corecon 6º Região, de fevereiro/abril de 1984).

Neste manifesto, a entidade máxima dos economistas esteve ao lado do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação Médica Brasileira (AMB), Associação Nacional Docente do Ensino Superior (Andes), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), União Brasileira de Escritores (UBE) e Associação Brasileira de Educação (ABE).

### Mercado de trabalho público e privado

Na segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980 a atuação do Cofecon em defesa do economista como profissional e de suas competências específicas no mercado de trabalho, seja no setor público seja no privado, se tornou, como vimos, um tema de primeira relevância. Se antes era importante difundir e afirmar a necessidade da profissão, agora o desafio se tornou reforçar a sua posição no mercado de trabalho e em cargos públicos.

Na medida em que o economista alcançava maior projeção e *status* no mercado de trabalho, também as zonas de interface e de atrito com outros profissionais se acirrava. Isto ocorreu no mercado financeiro, conforme já mencionado, mas também em empresas públicas e privadas, indústria, comércio e serviços; em todas elas, a necessidade das habilitações típicas do economista cresceu na proporção em que a própria dimensão da empresa e a complexidade de suas operações cresciam.

E diante deste quadro retornava com certa frequência a discussão nos órgãos de classe sobre a validade de reivindicar um documento cuja responsabilidade técnica fosse privativa do economista. Em diversas reuniões do período lembrou-se que os contadores haviam conquistado a obrigatoriedade de documentos técnicos privativos destes profissionais e estes documentos exigiam ainda atestado do Conselho Regional de Contabilidade e certificado de que o contador estivesse registrado e em dia com as contribuições. Os engenheiros, por sua vez, tinham como prerrogativa,

concedida pelas prefeituras, assinar projetos de construção ou reforma, desde que atestada sua filiação ao Crea.

Já no caso dos economistas nada equivalente existia. E havia o agravante, para os órgãos de classe, de economistas que exerciam cargos na administração federal sem o devido registro nos Corecons. Um conselheiro do Cofecon chegou a sugerir que o Conselho Federal e os Regionais atuassem junto aos ministros da Fazenda, do Planejamento, do Interior e do Trabalho para obter um decreto presidencial segundo o qual nenhum processo de projeto de investimento teria curso nos organismos federais ou estatais de financiamento sem a indicação do número de registro do economista e atestado de que estava em dia com as suas obrigações perante os Corecons. A mesma reivindicação se deveria fazer em relação aos servidores que analisassem projetos apresentados aos órgãos governamentais e que nem sempre eram economistas ou, ainda, que eram, mas não estavam devidamente registrados. Especificamente ao ministro do Trabalho se faria uma sugestão para que se instituísse a chamada “anotação de responsabilidade técnica do economista”.

Esta discussão não era uma peculiaridade dos anos 1970. De fato, um anteprojeto da Lei de 1951 que regulamentou a profissão previa, em artigo que foi vetado, vários documentos e atividades cujo parecer era prerrogativa do economista, citados aqui como exemplos das prerrogativas cogitadas duas décadas antes, entre elas: 1. A emissão de debêntures além de dois milhões de cruzeiros; 2. A organização de sociedade por ações de capital superior a dois milhões de cruzeiros, por subscrição pública; 3. O aumento de capital de sociedades por ações em importância superior a cinco milhões de cruzeiros por subscrição pública; 4. A proposta ou o pedido de aumento ou modificação de preços, tarifas ou taxas de empresas cujas tabelas estejam sujeitas à aprovação do Poder Judiciário; 5. A proposta ou a solicitação de favor, privilégio ou concessão justificado na utilidade ou necessidade para benefício da economia nacional; 6. O pedido para funcionamento de companhia estrangeira no País; 7. A dispensa de empregados ou a baixa de salários por motivo de força maior referido no Decreto-lei no 5.452, de 1953 (Consolidação das Leis do Trabalho, artigos nos 501 e 504), sendo que este último item tinha um parágrafo único acrescentado: “A realização dos atos acima mencionados independe da conclusão favorável ou desfavorável do parecer. Todavia, não serão realizados sem que o público, a assembléia geral da empresa, o Poder Público, conforme o caso, tenham conhecimento do respectivo parecer, ou seu resumo”.<sup>20</sup>

A questão das zonas de interface e de conflito de atividades do economista ocorreu com algumas especialidades da Engenharia, como a atinente à Associação Brasileira de Engenharia Econômica e de Custos – Abeec – e em relação aos engenheiros agrônomos; o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia defendia o direito destes profissionais realizarem planos de viabilidade econômica, assim como o de engenheiros elaborarem a avaliação de imóveis em perícias judiciais. Nestes casos, é inegável que continuava a existir um conjunto de atividades em que o caráter privativo de uma ou outra profissão se mostrava bastante difícil de definir.<sup>21</sup>

O Cofecon remeteu uma crítica a um concurso realizado pelo Banco do Nordeste do Brasil para “Técnico em Desenvolvimento Econômico”, que incluía a possibilidade de candidatarem-se economistas, administradores, engenheiros e agrônomos. Para o Cofecon era uma função privativa de economista; a presidência do banco mudou a denominação do cargo.<sup>22</sup> Em 1978 o assunto voltou à tona, já que o banco não previa a carreira de economista e, no entanto, possuía o cargo de Técnico de Desenvolvimento Econômico.<sup>23</sup>

Paralelamente se discutiu no período a profissão de economista doméstico: por um lado, temia-se a possibilidade de uma nova forma de intromissão na área privativa do economista; por outro, questionava-se o título de economista para esse profissional. Por isso, o Cofecon protestou contra a regularização desta profissão, especialmente pela sua denominação. Conforme registrado em ata, o presidente “dirigirá expediente às autoridades competentes manifestando total oposição ao uso da designação ‘Economista’, por ferir frontalmente a legislação que regulamenta a profissão de economista. Em discussão, o Plenário, unânime, aprova as providências administrativas a serem adotadas pela Presidência, tendo sido ressaltada a absoluta e inconciliável incompatibilidade entre a pretensão de oficialização ou regulamentação da ‘profissão de economista doméstico’ com os dispositivos legais instituidores e protetores do exercício da profissão de Economista”.<sup>24</sup> O Ministério do Trabalho se manifestou contra a regulamentação da profissão de economista-doméstico e o decreto da profissão acabou não aprovado.<sup>25</sup>

No caso de administradores e de contabilistas as áreas de interface eram maiores, dadas inclusive as origens comuns das três profissões. Por isso, por exemplo, economistas diplomados pelo curso de “Administração e Finanças” também eram considerados “Técnicos em Administração”, profissão regulamentada em 1967.<sup>26</sup>

Talvez por isso tenham surgido propostas como a de aproximação entre as profissões. Uma foi objeto de um ofício do Cofecon, que se posicionou contra o projeto de unificação dos currículos de Economia, Administração e Contabilidade para a formação de uma profissão a ser denominada de “Economoadministrabilista”. A iniciativa não prosperou, conforme ata de 1978, “pois que, a nosso ver, pela extensa bibliografia de ensinamentos das três qualificações profissionais, associado à diversidade de conhecimentos a serem ministrados sob tempo universitário regular, traria por resultado a formação de bacharéis inferiorizados perante as realidades práticas da vida moderna, inviabilizando que tais profissionais cumprissem satisfatoriamente o que obriga a seriedade profissional”.<sup>27</sup>

Os economistas encontravam por vezes dificuldades mesmo em órgãos públicos nos quais eram claramente reconhecidos. O Corecon-PE pediu providências quanto à “difícil situação em que vivem os economistas servidores da Sudene, ante o Plano de Classificação de Cargos”. Igualmente, informou-se que o Bando do Nordeste do Brasil não previra em Plano de Classificação de Cargos de Nível Superior a carreira de economista.<sup>28</sup> O Cofecon queria o registro dos escritórios inscritos na Sudam, Sudene, Sudeco, Sudesul, Sudepe, Embratur, IBDG e órgãos de planejamento regional ou setorial.<sup>29</sup> O Cofecon articulava junto aos Corecons a atuação em defesa da profissão e era praxe enviar cartas de congratulações a economistas que assumiam cargos públicos.

### Zelando pela qualidade do ensino

A Resolução n. 445 de 1970 autorizara os Conselhos Regionais “a cooperar e colaborar com órgãos que ministrem cursos de pós-graduação das matérias que informam a técnica econômica, objeto da atividade profissional dos Economistas”. Após a Reforma Universitária de 1968 se definiram a carreira e as normas para pós-graduação, mestrado e doutorado na universidade. O conceito de carreira docente foi reestruturado, instituindo novas regras para o regime de trabalho e enfatizando a centralidade da pesquisa acadêmica na carreira e na universidade (com os regimes de dedicação – Tempo Parcial, Turno Completo ou Dedicação Integral à Docência e Pesquisa).

No VI SINCE, realizado em Belém, em agosto de 1975, foi decidido que o Cofecon deveria ‘fazer gestões junto ao Conselho Federal de Educação para evitar a proliferação dos cursos de Economia, objetivando manter a qualidade e a seriedade da profissão, alertando os responsáveis pela Política

Educacional do País para as reais possibilidades de absorção dessa mão de obra pelo mercado de trabalho”. A preocupação com a expansão no número de cursos e a sua qualidade era um tema recorrente. Eram comuns debates sobre a necessidade de providências “quanto à proliferação das Faculdades de Economia”.<sup>30</sup>

Em 1977, o diretor-geral do Departamento de Assuntos Universitários do MEC afirmou em entrevista que o mercado de trabalho estava saturado para o economista.<sup>31</sup> Nessa direção, o Cofecon dirigiu ofício ao ministro da Educação e Cultura “oferecendo àquela Alta Autoridade a intermediação do Conselho Federal, na qualidade de órgão de consulta do Governo, para que, em casos de instalação e principalmente de reconhecimento de Faculdades de Ciências Econômicas, tenha considerada previamente e em termos opinativos, a vivência geral e regional dos Conselhos de Economia, a fim de impedir, única e exclusivamente, o surgimento de um aspecto típico de comercialização profissional não condizente com o objetivo do desenvolvimento cultural, ético e social do País”.<sup>32</sup>

Em consequência deste processo, o Cofecon criou junto à presidência do órgão a Assessoria Especial de Estudos de Adequação de Currículos, também para trabalhar com o MEC: “Considerando a evidente inadequação do atual ensino de Economia com as necessidades do mercado de trabalho” e “que, para alcançar esse desiderato, com vistas de desobstruir e alargar o mercado de trabalho da profissão, é inadiável a reformulação do ensino profissional relativo à categoria, o qual deve ser antes de tudo um processo em permanente evolução”.<sup>33</sup>

Um protocolo assinado entre o Cofecon e a DAU-MEC ensejou a criação de uma comissão mista com dois representantes de cada órgão. Conforme um conselheiro, integrante de uma comissão que avaliava o currículo, “a visível inadequação do ensino às necessidades do mercado de trabalho praticamente força este Conselho a agir na oferta de profissionais, estendendo, assim, a sua atuação ora restrita ao esclarecimento, defesa e fiscalização do campo profissional. O convênio que celebramos com a atual Secretaria de Ensino Superior do MEC exigirá certamente uma atuação mais ampla deste Conselho, e não só uma proposta de currículo mínimo. Obviamente mais do que o enunciado de matérias mínimas em um currículo, é necessário desencadear um processo contínuo que possibilite, a partir do currículo mínimo, a reformulação e o pronto ajustamento do ensino a uma realidade mutável”. Aprovam a proposta de currículo mínimo a ser encaminhado ao CFE.<sup>34</sup>

As reflexões em Plenário sobre a qualidade dos cursos superiores de Economia não eram novas. Porém, nesse período, elas retornam com uma proposta mais forte: o estabelecimento de um exame de habilitação – nos moldes do que estava sendo aplicado pela Ordem dos Advogados – para permitir o registro dos economistas formados nas faculdades. Na reunião de 5 de janeiro de 1977 foi comunicada a criação, dentro do Corecon, de uma Comissão de Estudos para a implantação desse exame de habilitação. Na verdade, esta era uma das frentes em que o Corecon atuava visando melhorar a formação do economista. Em reunião de 10 de julho de 1978, o conselheiro Modesto Stama sintetizava o conjunto de ações que, no seu entendimento, podiam ser encetadas com esse objetivo: “O conselheiro registrou sua satisfação por ter o Conselho Federal tomado uma posição diante do fato de se melhor qualificar o profissional de Economia (...) O Cofecon tem recebido de todo o Brasil vasta manifestação de que algo deveria ser feito em termos de melhorar as qualificações do profissional, quer seja criando o exame da ordem, quer seja aprimorando os cursos de Economia ou obrigando as escolas de Economia a manterem o estágio supervisionado”. Acrescentava também que “o Cofecon havia se manifestado ao MEC sobre a saturação do trabalho profissional do Economista, ressaltando ser essa saturação devida à inadequação do currículo atual dos cursos de Ciências Econômicas face às realidades atuais do mercado”. Em sua opinião “... não é só o currículo que se encontra inadequado, mas também as escolas e a proliferação de escolas em todos os lugares”.<sup>35</sup>

O Cofecon discutiu ainda se professores de Economia deviam se registrar nos órgãos de classe.<sup>36</sup> Na mesma época, em 1978, “alertados estivemos quanto a existência de vários cursos em nível de pós-graduação, especialização e aperfeiçoamento em Economia, abertos a candidatos provenientes de qualquer curso de nível universitário, fato que, além de obstaculizar a fiscalização do exercício profissional, ocasiona a restrição do mercado de trabalho do economista, pela invasão de seu campo de atuação, por elementos estranhos à nossa área”.<sup>37</sup>

### Cursos de especialização

---

Uma vez que o ensino começa a preocupar muito, “deliberamos por disciplinar a abertura de cursos de especialização, reciclagem, extensão ou outros, nos seccionais de Economia, atendendo à atribuição de contribuir para a formação da sadia mentalidade econômica, notadamente através da

disseminação da técnica e da cultura econômica”. O curso de Atualização em Economia Rural foi eleito como o primeiro, diante das necessidades do País, da problemática social e da carência de profissionais da área. E da importância que o setor ganhava nas políticas públicas. Foi ministrado nos Corecons BA, PR, SC, CE e AM.<sup>38</sup> Em Brasília foi realizado um ciclo de debates sobre economia urbana, mostrando a relevância do tema, “especialmente agravado nos centros que congregam maiores concentrações populacionais”.

Em seguida, Cofecon e Corecon-SP promoveram debates e palestra do economista Josef Barat sobre “Desafios Técnicos e Políticos do Desenvolvimento Urbano Planejado”, com representantes da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado, Secretaria de Negócios Metropolitanos, Secretaria de Habitação e Desenvolvimento, Emplasa e outros órgãos, além de professores da USP, Unicamp e FGV.

A Economia Rural também foi novamente curso de especialização por meio de convênio entre Corecon-RS e Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul com Fundação Alto Taquari de Ensino Superior, mantenedora da Faculdade de Economia de Lajeado. A 1ª turma concluiu em 1978. “O registro do evento torna-se para o Co.F.Econ. muito especial pelo fato de a Faculdade de Lajeado, numa prova de firmeza de convicção e de fidelidade a seus objetivos, ter ministrado o curso com exclusividade aos economistas, marcando o procedimento correto – em nosso juízo – de conservar a indispensável correspondência entre os cursos de graduação e o de pós-graduação”. O Corecon-CE realizou o I Ciclo de Economia Rural em Fortaleza entre outubro e dezembro de 1978.

### Debate político e mudança na legislação

O clima de debate das questões nacionais também esteve presente dentro dos Corecons, em parte induzido por uma mudança na legislação referente aos Conselhos de Economia. A Lei nº 6.537 de 19 de junho de 1978 alterou a sistemática de eleição dos conselheiros dos Corecons. Até então, os conselheiros eram eleitos pelos representantes dos Sindicatos e das Associações Profissionais de Economistas, representantes estes indicados em assembleias das entidades com essa específica finalidade. A Lei nº 6.537 instituiu o voto direto em chapas previamente inscritas. Assim, cada economista registrado e em dia com suas anuidades, poderia (e, de início, deveria, pois o voto foi obrigatório durante algum tempo) votar em uma das



chapas inscritas. Também permitiu o aumento do número de conselheiros, estabelecido o mínimo de nove.

Após o III Congresso e a fundação do Movimento de Renovação dos Economistas, os novos tempos de abertura trouxeram o debate político para o interior do Cofecon e a discussão sobre as regras eleitorais se mesclou com a manifestação de um movimento de oposição, que já estava mais estabelecido em alguns Estados. Em reunião realizada em 12 de dezembro de 1980 ocorreu uma disputa eleitoral mais acirrada quando da eleição dos novos presidente e vice-presidente para o ano de 1981. O conselheiro Hilton Liviero Pezzoni propôs um “compromisso de uma composição futura que leve a um entendimento generalizado de posições quanto aos interesses da categoria profissional”, que “seria a recondução à presidência do Conselho Federal de uma pessoa que conseguiu aglutinar, durante muitos anos, todos os Conselhos Regionais à nossa entidade”, indicando o nome de Jamil Zantut.

O conselheiro Nirceu da Cruz César, por sua vez, “usa da palavra concordando, na essência, com o pronunciamento do conselheiro Hilton Liviero Pezzoni e dizendo que aqueles que lutam cotidianamente por melhores dias para a profissão de economista, preocupados com um mercado de trabalho condigno e com um ensino de Economia eficiente são renovadores” e indica como candidato Osmar Danilo Don Braga. Segundo as regras em vigor, a eleição do presidente era realizada pelo plenário anterior. Jamil Zantut “pede a palavra para declarar que concorda com os conceitos emitidos” pelos dois conselheiros e diz que não é candidato à reeleição, fazendo um apelo ao plenário para que se eleja Osmar Danilo Don Braga como presidente e Gunter Klaus Greeb como vice-presidente. A sessão foi, então, suspensa por cinco minutos, Jamil fez novo apelo e Liviero retirou sua proposta.

O conselheiro Paulo Cezar Timm solicitou que fosse inscrito em ata que “1) A categoria dos economistas encontra-se virtualmente segmentada em várias correntes de opinião – todas idôneas e de elevada credibilidade – relativas à política de seus órgãos representativos, aglutinando-se uma delas em torno do ‘movimento de renovação’. 2) O ‘Movimento de Renovação’, ao qual me inclino, lançado formalmente a 26 de setembro na cidade de Salvador, e posteriormente consolidado em torno de um conjunto de ideias de afirmação, independência e real participação dos economistas nos órgãos representativos da categoria, entende que os Conselhos, Sindicatos, Associações e Institutos devam ser instituições que congreguem toda a categoria, definindo-se, pelo voto majoritário, as suas respectivas direções sem prejuízo da minoria. 3) A ‘renovação’ nesse sentido não pretende, jamais,

alijar quaisquer representações presentes na categoria, apenas reiterar suas aspirações de participar, com independência, nos processos eleitorais em todos os órgãos de representação dos economistas” e, não havendo uma chapa para o Cofecon “nem havendo questões de fundo programático no respectivo pleito que me permitam melhor avaliar os nomes do conselheiro Osmar Danilo Don Braga para presidente e Gunter Klaus Greeb para vice-presidente, abstenho-me de votar”. Paulo Cezar Timm havia sido eleito conselheiro federal tendo como principal incumbência a transferência do órgão para Brasília.<sup>39</sup>

E acrescenta o mesmo conselheiro: “Aproveito a oportunidade para expressar minha estranheza ao procedimento eleitoral vigente que define a Direção de um Plenário com base na expressão de vontade de conselheiros do período anterior, não obstante o imperativo legal que assim o determina”. E propõe então a alteração de forma que o presidente e o vice sejam eleitos pelo próprio colegiado do ano para o qual exercerão seus mandatos.

O resultado da eleição para 1981 sufragou como presidente Osmar Danilo Don Braga, com oito votos, e Gunter Klaus Greeb para vice, com nove votos. O presidente Iberê Gilson encerrou o processo agradecendo a colaboração que teve e contou “sua experiência decorrente de contato que teve com elementos da chamada Renovação, e que está certo de que será possível total entendimento com aquele grupo, já que não há radicalizações”.

Em reunião de 9 de janeiro de 1981, o conselheiro Paulo Cezar Timm alude ao seu entendimento “de que o Conselho Federal deve se manifestar sobre assuntos econômicos, matéria que está em ebulição na nação”. Em 24 de abril de 1981, conforme a ata, “O conselheiro Paulo Cezar Timm presta informações sobre constrangimento a que foi submetido pelo Dops em Brasília. Decidiu o Plenário, na palavra dos conselheiros Jamil Zantut e Nirceu da Cruz Cesar, que o Federal deve se dirigir ao Ministério da Justiça, repudiando os excessos praticados pela Polícia”.<sup>40</sup>

A transição política, no entanto, nem sempre foi cordata dentro do Cofecon e ganhou ares de um conflito geracional, para além da disputa de grupos e visões distintas sobre política, economia, sobre o papel do Cofecon e sobre o lugar do economista na sociedade.<sup>41</sup> Timm comunicou que o *Jornal dos Estudos*, de Brasília, do qual era diretor, publicara uma Mensagem aos Economistas por ocasião do 30º aniversário da profissão e deu cópia aos conselheiros. Iberê Gilson disse que Timm, junto ao texto, havia feito um comentário “injurioso a nossas entidades, lançando seu protesto”, que constou em ata: “Tomando conhecimento do artigo ‘Economistas come-

moram trinta anos de profissão’, publicado no *Jornal dos Estudos* e havendo acompanhado desde o início a evolução da profissão de economista, faço meu protesto contra trecho constante do referido artigo e que tem sido uma constante nas manifestações dos economistas da nova geração, de crítica aos componentes dos órgãos diretivos da classe anteriores ao surgimento do movimento dito renovador. Esquecem-se os seus componentes que a classe e a profissão só atingiram o prestígio que hoje desfrutam pela ação animada desses antigos colegas a quem, ao invés de crítica, devem prestar os maiores encômios. Sinto-me atingido pessoalmente e essas críticas não discuto e a elas não respondo, somente as repilo por impertinentes e injustas”.

Ainda em 1981 houve uma mudança de regras eleitorais, resultado da comissão que elaborou as alterações das instruções eleitorais em todos os Corecons, entre elas a de que o voto passou a ser facultativo; o registro de chapas foi antecipado da primeira quinzena de setembro para a primeira semana de agosto de cada ano; eleições na última semana de outubro (e não no último dia); desnecessidade de sindicalização para inclusão em chapa; a condição para elegibilidade, que era de dois anos de registro, passou a ser até o dia 30 de junho de cada exercício.<sup>42</sup> Foi ainda aprovado que um economista pudesse figurar em mais de uma chapa. Por seis votos a quatro manteve-se o voto obrigatório.<sup>43</sup>

### O Movimento de Renovação ganha a presidência da entidade

O Movimento de Renovação assumiu a presidência do Cofecon em 1983 com Reynaldo Rubem Ferreira e, ao assumir, conforme a ata, enfatizou que a nova gestão “em seu primeiro ano de efetiva gestão à frente do Co.F.Econ tem uma enorme responsabilidade face à expectativa criada no seio da categoria quanto à mudança de enfoque das prioridades administrativas desta entidade, bem como de sua participação política.”

Para o Movimento de Renovação, o Conselho Federal estava mais voltado aos aspectos técnico-contábeis e jurídico-administrativos e distanciado dos pequenos conselhos e, acrescenta a ata: “Um alheamento quase total no que diz respeito às dificuldades na formação e no exercício profissional dos economistas. Como área de conhecimento que ainda delineia a aplicação factual de seu discurso teórico, a Economia transfere para o seu campo de aplicação não apenas litígios, mas, sobretudo, uma falta de solidariedade da categoria frente às suas mais legítimas aspirações. Carecem, portanto, os economistas de unidade suficiente para pressionar no plano político.

Enquanto outras entidades congêneres tomam a si a responsabilidade da opinião sobre a realidade social, aos economistas somente tem restado a pecha de omissos, subservientes e incompetentes – salvo raras e honrosas exceções – mercê, inclusive, da timidez do pronunciamento de seus órgãos representativos”.<sup>44</sup>

O Movimento propunha várias medidas: 1. A elaboração de um perfil regional do mercado de trabalho do economista para atuar de acordo com as reais necessidades da categoria; 2. Criar uma Comissão de Legislação para atuar em Brasília junto à esfera política; 3. Criar um órgão de divulgação nacional; 4. Manter um Grupo de Conjuntura que torne público o ponto de vista do Conselho; 5. Um Programa de Apoio aos Pequenos Conselhos.

Ainda conforme o registro em ata: “Foi amplamente discutido o papel do Co.F.Econ como elemento não apenas administrativo, porém com responsabilidade perante a categoria dos economistas também no plano político. Foi da opinião de todos que o Conselho Federal deveria se pronunciar em questões relevantes de caráter nacional mantendo, sempre, a sobriedade da sua linguagem, coerente com a estatura da sua representação”.<sup>45</sup> Na mesma reunião decidiu-se enviar uma carta ao Ministério do Planejamento sobre as denúncias de manipulação nos índices do INPC, “responsável pela recomposição do poder aquisitivo de parcela significativa da população”.

### O perfil do economista em 1984

Uma extensa pesquisa sobre o mercado de trabalho do economista, organizada em *O Perfil do Economista*, de 1984, revela o estágio da profissão pouco mais de três décadas após a sua regulamentação. Embora circunscrita ao Estado de São Paulo, com a remessa de 13 mil questionários, os dados demonstram um painel da profissão na época.

A pesquisa teve como responsáveis José Tiacci Kirsten e Wilson Abrahão Rabahy e iniciou-se com a remessa de 13.000 questionários a economistas registrados no Conselho Regional. Foram recebidas cerca de 2.300 respostas com base nas quais se construiu a amostra da pesquisa.

Cerca de 65% dos economistas da amostra haviam se formado entre 1970 e 1980, indicando o crescimento da demanda pelo curso nesse período. A maior parte estava vinculada a empresas privadas (60,3%), havendo uma grande parcela, de 27,2%, no setor público (inclusive empresas estatais ou mistas) e apenas 12,5% na qualidade de autônomo. Quanto aos setores de ocupação, além dos 27,2% do setor público, havia 41,2% no

secundário (incluindo transportes, energia, comunicações, metalúrgico, químico), 28,4% no terciário (bancos, consultoria, auditoria) e apenas 3,2% no primário (agricultura e pecuária).

Quanto à área de atuação, a maior parte (39,4%) dedicava-se à administração financeira, vindo a seguir administração geral, planejamento e marketing, comercialização, produção, organização e métodos, administração contábil (com percentuais entre 11,9 e 5%). Mais de 30% dos economistas da amostra responderam que sua atividade mantinha pouca relação com o conteúdo do curso de Economia. Entre aqueles que julgavam existir tal relação, dava-se destaque para as áreas de finanças e de planejamento. No conjunto, no entanto, percebia-se que a maior parte dos economistas trabalhava em áreas limítrofes entre economia e administração.

O número de economistas que respondeu estar desempregado foi relativamente pequeno – 6,5% da amostra. Já em relação ao grau de satisfação, alguns itens indagados mostraram resultado pouco positivo: 47% consideraram insatisfatórias as oportunidades de treinamento e de ascensão; 39% queixaram-se do salário; 29% da falta de autonomia e liberdade de trabalho e de oportunidades para atuar criativamente. Já 80% estavam satisfeitos com a condição de estabilidade no emprego.

Embora datada, são dados expressivos da situação do economista na primeira metade dos anos 1980 e que refletem, em parte, os últimos efeitos da expansão da década de 1970 e os primeiros impactos da “década perdida”. No início dos anos 1980, o clima de otimismo com o desenvolvimento da economia brasileira foi sendo progressivamente substituído pela preocupação com os múltiplos sinais de crise que se somavam a partir de meados dos anos 1970. Em meados dos anos 1980 a situação econômica impôs aos economistas uma visibilidade ainda mais intensa, com entrevistas para jornais, rádios e televisões. Também o Cofecon, politicamente mais ativo, passou a ser chamado para participar e opinar sobre os rumos da economia, um desafio para os economistas e os órgãos de classe que, dessa forma, participavam de forma destacada do novo ambiente democrático do País.

# 5

## INSTABILIDADE ECONÔMICA E TURBULÊNCIA POLÍTICA (1984-1994)





PÁGINA ANTERIOR

---

*Conselheiros  
participam de Plenária  
do Cofecon em 1986.*

ACIMA

---

*O economista Celso  
Furtado recebe  
homenagem do  
Cofecon.*

O ano de 1984 é emblemático dos dilemas que se apresentavam à economia e à sociedade brasileira da época: de um lado, encaminhava-se o fim do regime militar após 20 anos de sua instauração; de outro, a instabilidade econômica visível desde fins dos anos 1970 ganhava contornos críticos pela elevação das taxas inflacionárias, um indicador que sintetizava os desequilíbrios da economia brasileira. Os economistas, enquanto cidadãos e profissionais, não podiam ficar à margem dos debates que empolgavam a nação; e o Cofecon, refletindo as preocupações dos economistas, também participou ativamente da mobilização política e da discussão dos dilemas econômicos daqueles anos.

Em 1984 seriam realizadas eleições para a sucessão do presidente João Batista Figueiredo, eleições que, pelas regras vigentes, se fariam de forma indireta. A oposição ao regime militar, que conquistara algum espaço de manifestação com a abertura política, mobilizou-se em torno da proposta de eleições diretas para Presidente da República. A reforma política de 1979 extinguiu o bipartidarismo: a Arena, partido de apoio ao governo militar, mudou sua denominação para PDS (Partido Democrático Social) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), procurando manter a identidade de oposição ao regime, apenas acrescentou um P à sigla: transformou-se no PMDB. Mas outros partidos surgiram: o Partido dos Trabalhadores, cujo núcleo foi o sindicalismo de São Bernardo e que agregou setores da Igreja e da classe média; o Partido Democrático Trabalhista, liderado por Leonel Brizola, e o Partido Popular, de tendência conservadora, porém em oposição ao governo militar (incluindo políticos tradicionais como Tancredo Neves e Magalhães Pinto).

A campanha pelas eleições diretas – conhecida como “Diretas já” – agregou partidos de oposição – PT, PMDB e PDT – e diversas organizações como centrais sindicais e associações profissionais. Iniciada em 1983, a



campanha ganhou as ruas em 1984, contando com ampla mobilização popular: comícios no Rio de Janeiro e em São Paulo reuniram mais de um milhão de pessoas, num movimento que se espalhou por todo o País. No entanto, a emenda constitucional que propunha o retorno imediato das eleições diretas (conhecida pelo nome de seu proponente – o deputado Dante de Oliveira) não foi aprovada no Congresso, onde a representação do PDS praticamente impedia que se alcançasse o número de votos necessários para mudar a Constituição.

Mas a eleição indireta reservava surpresas: na convenção do PDS, o candidato apoiado pelos militares – Mario Andreazza, coronel reformado e ex-ministro do Interior – foi derrotado pelo então deputado Paulo Maluf. E a partidos de oposição lançaram o nome de Tancredo Neves como candidato à Presidência, tendo José Sarney (político anteriormente ligado à Arena) como vice-presidente. Tancredo venceu a eleição indireta, porém adoeceu pouco antes de assumir. O vice tomou posse em seu lugar e, com a morte de Tancredo, Sarney tornou-se o titular da Presidência.

Durante o governo Sarney (1985-1989) a mobilização popular das “Diretas já” não arrefeceu, embora tenha mudado de foco e de forma. Com a instalação da Assembleia Constituinte, diferentes segmentos da população procuraram se organizar para introduzir, na nova carta, dispositivos em defesa de seus interesses; além disso, temas mais gerais foram levados à imprensa, estimulando polêmicas e polarizando opiniões.

A Constituição de 1988, longa e minuciosa, reflete esse momento de mobilização da opinião pública: depois de duas décadas de regime autoritário parecia necessário introduzir na Constituição garantias de todos os direitos considerados essenciais. Evidentemente, os constituintes não poderiam ignorar o amplo movimento das “Diretas já”: a eleição direta para a Presidência da República foi restaurada na Constituição de 1988.

Mas outra ordem de problemas também levou, durante algum tempo, à mobilização popular: a inflação, ascendente desde o final dos anos 1970, atingiu níveis inéditos na década de 1980. Depois de ultrapassar os 100% ao ano em 1980, a inflação (medida pelo IGP – Índice Geral de Preços) atingiu 211% em 1983, 224% em 1984 e 235% em 1985. Diante de taxas alarmantes e do insucesso das políticas ortodoxas (basicamente políticas monetária e fiscal) para debelar a inflação, o governo Sarney adotou, em fevereiro de 1986, um plano heterodoxo: o Plano Cruzado.

O Plano Cruzado tinha por fundamento uma noção que ganhara força à época: a de que a inflação brasileira tinha como componente principal

a chamada “inércia inflacionária”. Trata-se da hipótese de que os agentes procuram recompor sua renda reproduzindo, nos preços futuros, a inflação passada.<sup>1</sup> No caso brasileiro, a inércia seria de especial importância pela existência da “correção monetária” que reajustava os valores de diversos ativos financeiros pela inflação passada e que estabelecia parâmetros para reajuste de outras variáveis (como aluguéis e salários). A proposta principal do Plano Cruzado era de suprimir o componente inercial da inflação por meio do congelamento de preços. Impondo, por medida legal, inflação zero durante algum tempo, seria possível apagar a memória inflacionária e, em consequência, eliminar o componente inercial da inflação.

Além do congelamento de preços, houve a substituição da moeda (mil cruzeiros passaram a valer um cruzado) e a extinção da correção monetária visando desindexar a economia. O congelamento dos preços teve impacto efetivo e imediato sobre a inflação que, de taxas mensais de cerca de 15%, se reduziu a praticamente zero. O entusiasmo popular com o Plano Cruzado se manifestou, por exemplo, por ações das “fiscais do Sarney” (donas de casa que denunciavam comerciantes que elevavam preços de suas mercadorias).

No entanto, em alguns meses as pressões inflacionárias reapareceram. A expansão do consumo, resultado da forma de implantação do plano, levou ao desabastecimento: com preços congelados, muitos produtos desapareceram das prateleiras do comércio, induzindo o surgimento de ágio no mercado paralelo. O desequilíbrio fiscal e o externo ampliavam as pressões inflacionárias e as medidas que buscaram superar essas restrições foram pouco eficazes: em fevereiro de 1987 foi extinto o congelamento de preços, levando ao fim o Plano Cruzado. Em janeiro de 1987, a inflação, de cerca de 17% ao mês, voltara aos patamares anteriores ao plano, afirmando seu fracasso diante de seu objetivo central.

### Planos Bresser, Verão e Collor

Ainda no governo Sarney, por meio de novos planos procurou-se retomar o combate à inflação: Plano Bresser (junho de 1987) e Plano Verão (janeiro de 1989), de responsabilidade, respectivamente, dos ministros Luiz Carlos Bresser Pereira e Mailson da Nóbrega, combinaram elementos heterodoxos (relacionados à inflação inercial) e ortodoxos (política monetária e fiscal), ambos com sucesso apenas temporário. Em 1989, o índice de preços chegou a quase 1.800%, trazendo à tona a ameaça de hiperinflação.

Eleito Presidente em 1989, Fernando Collor de Mello atribuiu à equipe econômica comandada por Zélia Cardoso de Mello a tarefa de elaborar um novo plano inflacionário. O Plano Collor foi lançado no dia da posse do novo Presidente, em 15 de março de 1990: incluía um novo congelamento, medidas fiscais para aumentar a arrecadação e extinção de vários órgãos públicos para a redução das despesas.

Porém, o plano ficou mais conhecido por ter promovido o “sequestro da liquidez”: todas as aplicações financeiras acima de um certo valor foram bloqueadas por 18 meses. Admitia-se que as aplicações financeiras, lastreadas principalmente por títulos públicos e com liquidez diária, provocavam a fragilidade financeira do governo e reforçavam a tendência inflacionária: na prática, as aplicações funcionavam como um depósito à vista, porém remunerado. Assim, o Governo tinha de girar diariamente sua dívida (no chamado *overnight*) e os depositantes podiam resgatar a qualquer momento suas aplicações para a compra de bens.

Como nos outros planos, o impacto imediato sobre a inflação foi eficaz, porém suas limitações apareceram rapidamente: é certo que a inflação declinou dos quase 1.800% para 1.480% ao ano em 1990 e para 480% em 1991. Porém em 1992 já voltava a se acelerar, atingindo 1.160%. Nesse ano, nova turbulência política agitava o País. Denúncias de corrupção no governo atingiram o próprio Presidente da República, levando à abertura de um processo de *impeachment*. Manifestações populares voltaram a ocorrer, em especial de jovens que ficaram conhecidos como “caras pintadas” por comparecerem a passeatas com listras verdes e amarelas pintadas nos rostos.

## O Plano Real

Com a renúncia do presidente em outubro de 1992, o vice, Itamar Franco, assumiu o governo ainda com a ameaça de hiperinflação em pauta. Successivos ministros da fazenda tentaram atacar o problema que, na verdade, tornou-se agudo em 1993, com a taxa de inflação atingindo 2.700%. Mas desde o mês de maio desse ano, com a designação de Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda, preparava-se um novo plano (que, mais tarde, ficou conhecido como Plano Real).

De início, foram tomadas medidas voltadas a promover o ajuste fiscal, pois admitia-se que o desequilíbrio das contas públicas era o principal determinante da inflação brasileira. O Plano de Ação Imediata (maio de 1993) e o Fundo Social de Emergência (fevereiro de 1994) faziam parte dessa pri-

**Informativo**  
**COFECON**  
**CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA**  
ANO V Nº 5 JULHO DE 1988

---

### ACORDO DA DÍVIDA EXTERNA

A negociação da dívida externa é uma das prioridades mais precupadas do Conselho Federal de Economia. Apresentamos esta prioridade através de diversos textos escritos desde janeiro. Neste mês, documentos assinados pelo presidente do COFECON aos senhores o Governo Federal de abandonar o método implacável da negociação obrigatória em parâmetros de dívida - para voltar a um regime convencional de negociação, politicamente insustentável para a maioria da sociedade brasileira e que não contribuiu em nada para a superação das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país.

ver nas páginas 5 e 6

### VII SINCE SERÁ EM SETEMBRO

Representatividade e Participação, a Responsabilidade Social dos Economistas, é o tema do VII SINCE, que será realizado de 28 a 30 de setembro, em Salvador. A sessão plenária de abertura abordará "Os Apogios da Economia: as Experiências Latino-Americanas", com participação de Argentina, Bolívia, México e Peru e co-organização do professor da Universidade de Rio de Janeiro Laurício Lado e Lado, presidente da Associação dos Economistas de América Latina e o Caribe - AELAC.

ver na página 3

---

### Conselho Compromete-se Manter Reformas

Continuar a lutar pela democratização econômica, social e política do país, efetivar ações que induzam e estruturam uma sociedade economicamente dinâmica e progressista, propiciar uma distribuição de renda e reduzir muitos problemas que a atual conjuntura e toda população condições dignas de vida e fomentar as instituições no intuito de garantir plena liberdade política e participação consciente dos cidadãos nas tarefas que caracterizam sua vida social. Estes são os compromissos do Conselho Federal de Economia.

ver na página 4

### Prêmio Brasil de Economia

Até 2012 a divulgação dos vencedores, organizações do Banco do Brasil, COFECON e Escritório de Ciências Econômicas, o regulamento do Prêmio Brasil de Economia segundo edital promovido pelo Conselho Federal de Economia Fundação Banco do Brasil. Para este ano o tema do certame é "Condições e limitações para a retomada do crescimento econômico".

ver na página 3

---

### COFECON PROMOVE EVENTOS

ver na página 4

### Presidente do COFECON Propõe Mudanças na Eleição e Mandatos

Os membros do Conselho Federal de Economia devem ser eleitos, bi-anualmente, nos 219-225, artigos designados estados e respectivas assembleias eleitorais ou em assembleias regionais em reuniões gerais respectivamente COFECONs. Este é uma das propostas do Presidente do COFECON, Luiz Alberto Gomes de Oliveira, para que os Conselhos Federais e Regionais de Economia se tornem em instituições mais dinâmicas, eficazes e democráticas.

ver na página 2



**COFECON**  
ORGÃO OFICIAL DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA - Nº DE JANEIRO  
Ano V Agosto/Setembro 1988 Nº 5

### O Economista e a Constituinte

**P**or um lado o processo histórico de mudanças estruturais em direção a uma economia mais competitiva e produtiva e, por outro lado, a necessidade de garantir a estabilidade econômica e social, são os dois grandes desafios que se apresentam ao país. Neste contexto, o papel do economista é fundamental para a elaboração de políticas econômicas que possam contribuir para a superação das dificuldades enfrentadas pelo país.

**XI SINCE**  
XI SIMPÓSIO NACIONAL DOS CONSELHOS DE ECONOMIA

**PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA**

*Boletins destacam a participação dos economistas e do Cofecon nos debates da Constituinte de 1988 e em outros eventos e ações da entidade.*

meira parte do plano de combate à inflação. A segunda parte dizia respeito ao caráter inercial da inflação: diversamente de planos anteriores, em que o congelamento de preços era o instrumento utilizado para eliminar a “memória inflacionária”, neste plano a proposta foi mais complexa. Tratava-se de introduzir uma unidade monetária indexada – a URV (Unidade Real de Valor) – cuja cotação variava diariamente: era uma unidade de conta que coexistia com a moeda de curso legal. O objetivo era de que todos os preços se convertessem progressivamente em URVs: seu valor em moeda corrente seria reajustado diariamente, porém os preços em URVs tenderiam a se estabilizar. Criada em 1º de março de 1994, a URV existiu até 30 de junho do mesmo ano: à sua extinção correspondeu a criação de uma nova moeda – o Real – que deveria estar livre da memória inflacionária.

É inegável o sucesso do Plano Real quanto ao combate à inflação: de 2.700% em 1993, ela caiu para cerca de 15% em 1995 (primeiro ano integralmente vivido sob o Real) e daí até 1,7% em 1998. É certo que outros elementos contribuíram para esse resultado, como a substancial elevação da taxa de juros (que procurou evitar o excessivo aquecimento da economia) e a valorização do real (que favoreceu importações baratas). Apesar do sucesso no combate à inflação, o Plano Real gerou polêmicas que se desdobraram ao longo da segunda metade dos anos 90.

Esta breve recuperação de alguns fatos do período 1984-1994 indica o quanto ele foi agitado: mesmo o mais pacato dos cidadãos foi afetado pela instabilidade econômica e pelos sucessivos planos de estabilização; e ninguém pôde se furtar a participar ou ao menos se informar sobre as agudas questões políticas que se sucederam nesses anos.

Em particular, os economistas adquiriram enorme visibilidade diante da inflação que os desafiava: sucessivos diagnósticos e terapias se mostraram mal sucedidas. Aos economistas cabia, a cada novo plano, explicar para a população os mecanismos que permitiriam sufocar a inflação ou, então, as razões de mais um fracasso. Embora a inflação polarizasse as polêmicas, outras questões econômicas também foram objeto de debate: dívida externa, distribuição de renda, privatização, abertura comercial e financeira, entre outros, eram temas de discussão não só entre os economistas, mas por amplos segmentos da sociedade.

Mas aos economistas, enquanto cidadãos, também era solicitado posicionamento diante das questões políticas cruciais que se colocaram no período: eleições diretas e constituinte sintetizam a importância do debate político pois aí se definiam algumas diretrizes para o futuro da sociedade

brasileira. Os economistas em geral e o Cofecon em particular estiveram presentes nesse debate. É o que procuramos evidenciar a seguir.

### O Cofecon no debate político e econômico

Embora extrapolasse suas atribuições legais, o Cofecon não pôde se ausentar do debate das grandes questões nacionais que se colocavam de forma aguda nesse período. A própria conjuntura política e econômica favorecia a presença do Cofecon nesse debate: se a democratização era um tema que dizia respeito a toda a sociedade, a discussão da crise econômica exigia o posicionamento dos economistas. Afinal, quais as causas da inflação, como enfrentar a crise da dívida externa, quais as medidas para melhor distribuição de renda e tantos outros temas eram objeto de intensas polêmicas entre os economistas.

A existência de amplas divergências tanto nos diagnósticos quanto em relação às terapias para os problemas econômicos levou a uma polarização entre os economistas que, de certo modo, reproduzia o que se passava na esfera política. Assim, os economistas que se opunham à política econômica do governo militar se aproximaram dos partidos de oposição (antes de 1979, ao MDB; mais tarde também ao PT e ao PDT).

Essa mobilização de economistas de “oposição” foi identificada como Movimento de Renovação dos Economistas, que se difundiu por vários Estados do Brasil. No Rio de Janeiro, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Pedro Malan e outros economistas iniciaram o movimento em aproximação com economistas de São Paulo, vinculados à USP (como João Sayad, André Franco Montoro Filho), e da Unicamp (como Luciano Coutinho, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Mello). Em Minas Gerais, economistas de “oposição” iniciaram a disputa pela direção da Sociedade dos Economistas de Minas Gerais, organizando o Movimento de Renovação no Estado. O crescente engajamento de economistas no Movimento de Renovação induziu seus adeptos a disputar postos nos Conselhos Regionais de Economia.

A introdução de eleições diretas para conselheiros dos Conselhos Regionais (antes eleitos por representantes dos Sindicatos e de Associações de Economistas) favoreceu o Movimento de Renovação pela sua identificação com economistas mais jovens estimulados a se registrarem nos Corecons.<sup>2</sup> Em reunião do Plenário em novembro de 1987 foi anunciada a vitória do Movimento de Renovação nas eleições para a renovação do terço em todos

os Conselhos Regionais.<sup>3</sup> Com crescente presença nos Corecons, os economistas do Movimento de Renovação puderam também ampliar sua representação no Cofecon. Dada a própria origem do Movimento, era natural que seus representantes levassem ao Plenário as grandes questões nacionais que eram objeto da atenção de toda a sociedade. E não se tratava apenas de debater, no Plenário, os temas relevantes, mas também de participar, enquanto entidade, de diversos movimentos da sociedade em torno dessas questões. Vale lembrar algumas das iniciativas do Cofecon no ano de 1984.

Na última reunião do Plenário em 1983, José Maria Arbex foi eleito presidente para o exercício de 1984. Em Assembleia Geral dos Delegados Eleitores dos Corecons de 1º de dezembro de 1983, quando da renovação do terço do Cofecon, economistas identificados com a oposição, como Dércio Garcia Munhoz e Carlos Lessa, entre outros, foram eleitos como conselheiros. Desse modo, o Plenário do Cofecon iniciava o ano de 1984 com uma composição fortemente influenciada pelo Movimento de Renovação.

Já em maio, ofício do Corecon da 12ª Região (Alagoas) encaminhado ao Cofecon louvava a iniciativa da entidade em participar da luta pelas eleições diretas e solicitava que o tema fosse incluído na pauta do próximo SINCE (Simpósio dos Conselhos Regionais de Economia).<sup>4</sup> Em junho desse ano, o Cofecon recebeu convite da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) para comparecer à reunião a fim de discutir a formação de uma Comissão de Entidades “em busca de uma solução para o impasse político-institucional que afeta o País”.<sup>5</sup>

Em 22 de julho, em reunião dos Presidentes dos Conselhos Regionais foi redigida a “Declaração dos Conselhos de Economia” que propunha à sociedade o debate sobre questões econômicas cruciais para a transição democrática. Essa declaração foi enviada a vários senadores e deputados, reafirmando o engajamento das entidades no debate de temas críticos daquele momento.<sup>6</sup>

Nesse ambiente de intensa mobilização, o Cofecon também era convidado a participar de eventos promovidos por outras entidades: em novembro de 1984, o Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro enviou convite para a mesa “Sucessão Presidencial-Transição e Plano de Governo: Política Econômica e Constituinte” e para a Abrasco para o seminário “A crise e a transição democrática: Saúde e Previdência Social”.<sup>7</sup>

Na sessão de 14 e 15 de dezembro de 1984, o presidente do Cofecon, José Maria Arbex, informou ter visitado Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática, e ter entregue manifesto de apoio à sua candidatura

assinado por economistas de todo o País. Não se tratava, evidentemente, de um manifesto do Cofecon, porém o fato de seu presidente ser o portador do manifesto era bastante expressivo. Aliás, no início de fevereiro de 1985, o Plenário decidiu enviar um telegrama de felicitações a Tancredo Neves por sua eleição à Presidência da República.<sup>8</sup>

Com o início da Nova República, o foco da mobilização da sociedade se deslocou: apesar da derrota da emenda da eleição direta para a Presidência da República, a vitória do candidato da oposição encerrara o ciclo dos governos militares e agora cabia discutir como avançar no processo de democratização. No Cofecon, essa preocupação levou à criação de uma comissão de trabalho sobre a Constituinte. Essa Comissão sugeria, por um lado, levantar a importância e o papel do economista no encaminhamento da nova Constituição; e, por outro, propor a discussão de temas econômicos e sociais fundamentais (como a distribuição de renda, as relações internacionais do Brasil, a estrutura do setor financeiro, reforma agrária e urbanização, entre outros) dentro da realidade econômica e social do país.<sup>9</sup>

Embora desse continuidade a seus trabalhos, a Comissão da Constituinte sentia a falta de maior mobilização da sociedade, e também dos regionais, em torno dos temas mais importantes. Assim, em junho de 1987, sugeriu uma nova estratégia de ação pois diante da “...dificuldade que o Cofecon teria para organizar uma campanha de emenda popular à Constituinte (30 mil assinaturas), propõe que nos engajemos a campanhas de entidades afins, de mesma linha ideológica, e que já tenham dado início à campanha”.

Na mesma sessão do Plenário, “O Conselheiro Renato Ilgenfritz da Silva coloca que já existe demanda de Corecons cobrando o posicionamento do Cofecon frente a anunciadas tendências conservadoras na Constituinte e também quanto aos órgãos de fiscalização profissional”.<sup>10</sup>

Na sessão seguinte, o deputado Aldo Arantes fez exposição sobre temas críticos e polêmicos da Constituinte, em especial o capítulo reservado à Ordem Econômica. Ao fim da exposição e dos debates, o Plenário aprovou proposta para que o Cofecon se pronunciasse formalmente, por meio de nota divulgada a nível nacional, sobre as questões constituintes.<sup>11</sup>

Em outubro de 1987, a Comissão de Constituinte foi agregada a outra comissão do Cofecon – a de Política Econômica e Social – a indicar que o foco das discussões entre os economistas se situaria nos temas que lhes eram mais próximos. Mas essa decisão também expressava a crescente preocupação com a situação econômica brasileira que, em última instância,



condicionava a possibilidade de implantação de uma nova Ordem Econômica e Social que fosse aprovada na Constituinte.

### O Plano Cruzado

De certo modo, a inflação aparecia como uma síntese dos problemas econômicos brasileiros em meados da década de 1980. O Plano de Estabilização Econômica, que ficou conhecido depois como Plano Cruzado, foi objeto da avaliação do Cofecon em sessão de 7 de março de 1986, sob a presidência de Dércio Garcia Munhoz. O teor da nota distribuída à imprensa era favorável às medidas adotadas:

“Considerando altamente positiva a adoção do congelamento de preços, antiga aspiração do povo brasileiro, como meio de eliminar a componente inercial do processo inflacionário, a unanimidade dos Conselheiros ressaltou a importância do apoio popular à medida, numa eloquente demonstração da reconquista do pleno exercício de nossa cidadania. O Plenário destacou que somente a estabilização monetária – ao reduzir as distorções do funcionamento do sistema econômico – será capaz de conferir a necessária transparência a todo um elenco de problemas como a dívida interna, dívida externa, formação e distribuição da renda e taxa de juros, os quais passam a ser melhor compreendidos e, em conseqüência, convenientemente atacados em suas origens. Embora reconhecendo que há aspectos negativos ou mesmo não contemplados pelas recentes medidas, todos concordam quanto à importância do debate que vem sendo travado nacionalmente”.

No dia seguinte, o Plano Cruzado seria objeto de discussão com os presidentes dos Conselhos Regionais de todo o País e, para tanto, foram propostas algumas questões:

“a) O pacote de medidas econômicas será efetivo do ponto de vista do combate à inflação? Tudo indica que a inflação inercial será debelada mas indaga-se sobre os efeitos de suas causas estruturais e não equacionados como a dívida interna (que foi congelada num elevado patamar), dívida externa, a reforma agrária, a política agrícola e de abastecimento; b) As medidas garantem a continuação do processo de crescimento econômico? O processo de crescimento econômico pressupõe que capitais que estavam girando na ‘ciranda financeira’ se transformem em capitais produtivos. O fim da inflação inercial é um inegável desestímulo à especulação financeira mas teme-se que a ausência de estímulos do lado da demanda e a liberação

da taxa de juros não levem à retomada dos investimentos; c) Será justa a distribuição de renda que se terá no País após os efeitos do pacote? As medidas consolidaram um quadro de distribuição de renda herdado por uma política econômica concentradora praticada por governos passados. Isto ocorre como reflexo do congelamento dos salários na média dos últimos seis meses; também devido a não provável computação da inflação de 15 a 28 de fevereiro no cálculo do IPC de março, o que anulará os efeitos do abono de 8% sobre os salários...”.

Para a discussão com os presidentes dos Conselhos Regionais, o Cofecon ainda ressaltava os aspectos positivos do Plano Cruzado (acima indicados) e sugeria “comprometer a categoria profissional dos economistas para um acompanhamento permanente das medidas implementadas pelo recém-aprovado Plano de Estabilização Econômica, bem como municiar a sociedade brasileira com estudos e sugestões capazes de alimentar de maneira saudável o debate acerca das medidas econômicas”.<sup>12</sup>

Embora o foco do Cofecon fosse o Plano Cruzado, o teor da nota refletia a visão da economia predominante no Movimento de Renovação: além do apoio a uma terapia heterodoxa da inflação, havia a preocupação com questões estruturais, como a distribuição de renda, as condições para o crescimento econômico, a dívida externa e a interna, o sistema financeiro, a reforma agrária etc. Alguns desses temas também foram objeto de discussões específicas no Plenário do Cofecon. Em dezembro de 1984, o conselheiro Dércio Garcia Munhoz propôs que o Cofecon “...se posicionasse quanto ao envio de ofício à Fundação Getúlio Vargas, indagando sobre a revisão das contas nacionais, metodologia de sua apuração e distribuição funcional da renda; e às autoridades do Estado, manifestando a preocupação com as tentativas de implantar, na prática, uma reforma bancária, sem o exame pelo Congresso Nacional”.<sup>13</sup>

Nas reuniões do Plenário, as Comissões de Conjuntura e sua sucessora – a de Política Econômica e Social – traziam para discussão temas críticos de nossa economia: em fevereiro de 1985, a partir dessas discussões foi emitida uma nota com a posição do Cofecon sobre a 7ª Carta de Intenções enviada ao FMI; em maio de 1986, “...discutiu-se a constituição e a representatividade do Conselho Monetário Nacional. O Plenário foi unânime no sentido de julgar aquele Conselho como um órgão que representa os interesses restritos de um grupo social, necessitando, portanto, de um radical processo de mudanças que garanta paridade na sua composição e democratização nas suas decisões”.<sup>14</sup>

As dificuldades enfrentadas pelo Plano Cruzado e as medidas adotadas pelo Governo também foram objeto da preocupação do Cofecon. Em dezembro de 1986, foi enviado telegrama aos ministros da Fazenda e do Planejamento, Dilson Funaro e João Sayad, “repudiando a forma autoritária de implantação da política econômica, bem como a grosseira manipulação dos índices de preços”.<sup>15</sup>

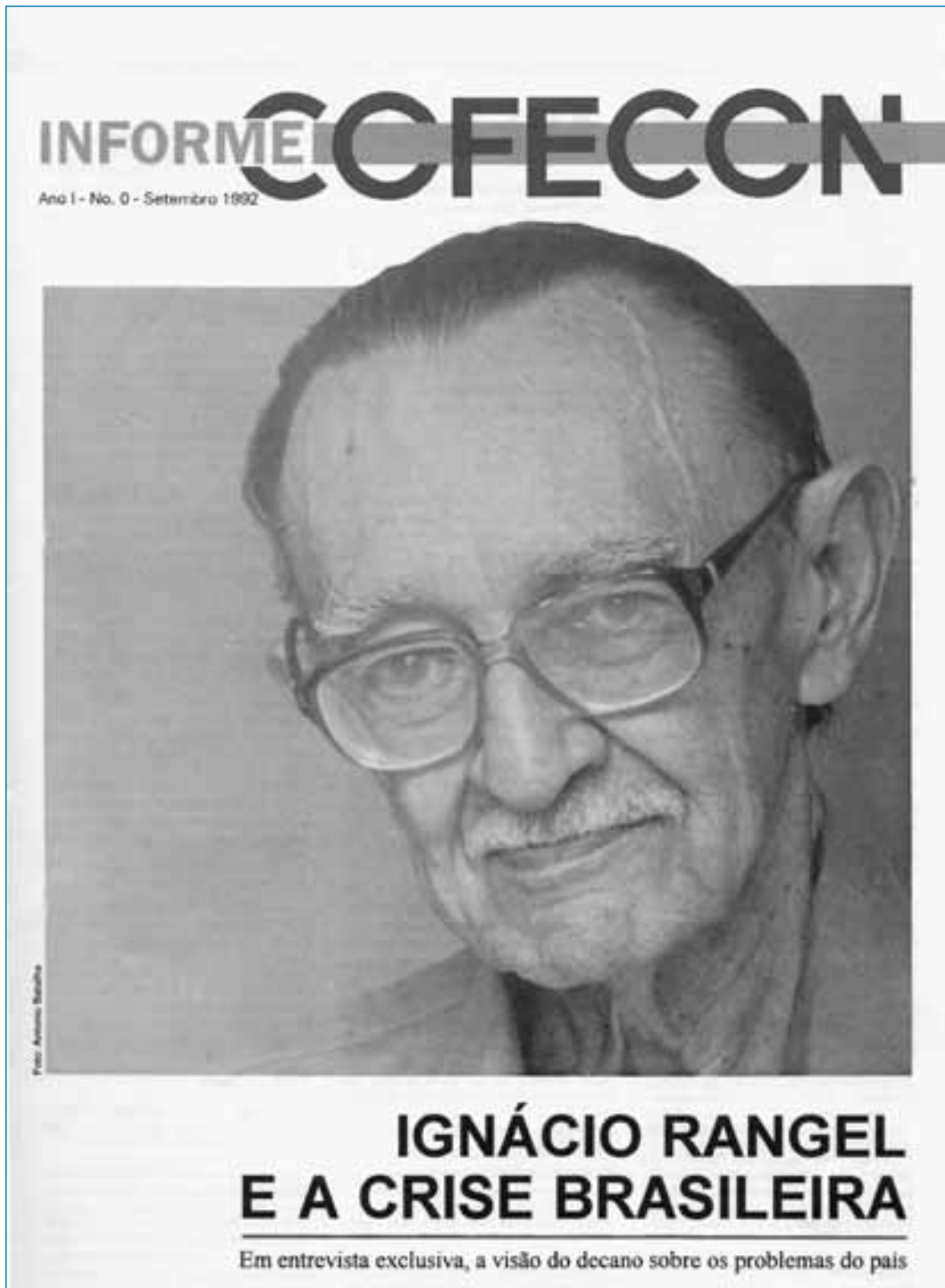
### O Plano Bresser

---

Em maio de 1987, após discussão proposta pela Comissão de Política Econômica e Social, os membros do Cofecon emitiram nota afirmando que “a sociedade brasileira não pode e não deve admitir a volta da recessão”.<sup>16</sup> Nos meses seguintes, o Plano Macroeconômico (conhecido como Plano Bresser), foi objeto de discussão no Plenário e de exposição pelo economista Paulo Nogueira Batista Júnior, a convite da Comissão de Política Econômica e Social: as circunstâncias macroeconômicas, o impacto do plano sobre os salários e o tratamento dado no plano à renegociação da dívida externa com o FMI, Clube de Paris e bancos privados foram os temas privilegiados nos debates.<sup>17</sup>

O Plano Verão também foi discutido no Plenário<sup>18</sup>, assim como diversos temas mais específicos: acordo da dívida externa com o FMI, privatização, reforma bancária, pacto social, déficit público, retomada do crescimento. Ao receber convite do ministro-chefe da Secretaria do Planejamento para a instalação do Conselho Federal de Desestatização, o Plenário deliberou enviar “telegrama acusando o recebimento do convite, no qual o Cofecon se posiciona contrário à forma como vem sendo conduzido o processo de privatização”.<sup>19</sup> Igualmente expressivo do momento pelo qual passava a economia brasileira foi o tema da solenidade de entrega do Prêmio Brasil de Economia no final de 1988: “Hiperinflação: um fenômeno inevitável?” que teve como convidados Antonio Kandir e Gustavo Franco.<sup>20</sup>

Este longo e, apesar disso incompleto, relato das atividades do Cofecon entre 1984 e 1989 atesta a intensa mobilização em torno de questões cruciais da sociedade brasileira desse período e o efetivo engajamento do Conselho, junto com outras entidades, nessa mobilização que buscava tanto a superação da crise econômica quanto a construção de um novo quadro institucional para a sociedade brasileira.



*Informe Cofecon de setembro de 1992 entrevista Ignácio Rangel, “decano” dos economistas brasileiros.*

## O Cofecon e as eleições diretas para presidente

O avanço dos trabalhos da Constituinte trouxe novamente à tona o tema da eleição presidencial: e novamente o Cofecon se postou na defesa da eleição direta para a Presidência da República ao participar do Comitê Suprapartidário Pró-Diretas. No dia 26 de abril de 1988, o Cofecon se fez representar em reunião do Comitê realizada em Brasília junto a entidades de fiscalização profissional, sindicatos, CUT, CGT, OAB, Andes, governadores e parlamentares a fim de reunir esforços para pressionar o Congresso para a realização de eleições diretas ainda em 1988, programando também manifestações de vulto em cidades com melhores condições para tanto.<sup>21</sup>

A tese da eleição direta foi vitoriosa na Constituinte, porém o mandato do presidente Sarney foi ampliado para cinco anos, de modo que a eleição presidencial se realizou apenas ao final do ano de 1989. A profunda deterioração das condições da economia, expressa pelos quase 1.800% de inflação nesse ano e por mais de 80% no último mês do Governo Sarney (fevereiro de 1990), causava preocupação aos conselheiros do Cofecon: ainda em agosto de 1989, o Plenário se manifestava “ênfatizando os problemas que devem ser imediatamente enfrentados sob pena de o presidente a ser eleito em 17 de dezembro do corrente receber o País em condições mais precárias que as atualmente verificadas”.<sup>22</sup>

A preocupação do Cofecon também se referia às propostas dos candidatos à Presidência. Para tanto, organizou o projeto “Brasil: eleja seu programa”: há o registro de comparecimento do candidato Fernando Collor de Mello no dia 18 de setembro e a confirmação da presença de Leonel Brizola no dia seguinte.<sup>23</sup>

A previsão de posse do novo presidente sob condições precárias da economia se confirmou: a edição do Plano Collor, pela amplitude das medidas adotadas, afetou profundamente a economia brasileira e também as finanças do Cofecon: no mês de abril de 1990, o presidente do Cofecon e de outros Conselhos Federais, em audiência com a ministra Zélia Cardoso de Mello, solicitaram a liberação dos cruzados novos bloqueados pelo Plano Collor, “o que felizmente ocorreu nos dias que se seguiram”.<sup>24</sup>

A avaliação das medidas do governo gerava algumas divergências entre os economistas que militavam no Cofecon e nos Conselhos Regionais, dificultando uma posição das entidades; é o que ocorria, por exemplo, em relação à política salarial:

“Com relação à discussão de conjuntura realizada em conjunto com os Regionais da Região Sul, percebeu-se que, pela ausência de consenso tanto entre os membros do Cofecon como dos demais participantes, dificilmente se chegaria a uma conclusão no que diz respeito às perdas salariais e a eventuais propostas para a implantação de uma nova política de salário no País. Não obstante, pelas solicitações que vem recebendo de parte da categoria, sentiu-se a Comissão compelida a manifestar-se contrariamente à forma como vem sendo executada a reforma administrativa governamental”.<sup>25</sup>

No entanto, em 1991, quando do lançamento do Plano Collor II, após debates com César Maia, Dércio Garcia Munhoz, Paulo Haddad e Benício Schmidt, o Plenário aprovou documento crítico às medidas econômicas do governo:

“Diante da deterioração do quadro socioeconômico recente, motivada por uma política econômica calcada em diagnóstico equivocado, medidas profundas faziam-se necessárias para reverter a situação, pois as políticas recessivas de combate à inflação, ao contrário do prometido, não só foram, mais uma vez, ineficazes para estancar o processo inflacionário, como aceleraram-no, promovendo, ao mesmo tempo, queda acentuada da produção, dos salários e elevação do desemprego. Ao lançar o Plano Collor II, o governo reconhece o fracasso das medidas adotadas e faz mais uma tentativa de estabilização da economia brasileira. Acredita-se que o congelamento de preços e a desindexação foram as alternativas que restaram à equipe econômica diante da perda de eficácia da política monetária e do controle do déficit público como instrumento de combate à inflação.(...) Dentro do conjunto de medidas tomadas, algumas se revestem de características importantes por buscarem atingir um dos problemas críticos da economia brasileira, qual seja, a reorientação do mercado financeiro, tirando-lhe o caráter meramente especulativo, criando condições para o financiamento adequado do sistema produtivo, para o que se aguarda a regulamentação pertinente. (...) O Cofecon alerta para as medidas que reduzem de modo acentuado o poder de compra dos assalariados, agravando o processo de empobrecimento da maioria da população. Cabe aqui chamar a atenção para a naturalidade com que as elites nacionais têm encarado o aumento da miséria, exacerbando o grau de concentração da renda no País.(...) Por fim, consideramos de fundamental importância a iniciativa no âmbito do Congresso Nacional na busca de definições mais amplas e estáveis para um Projeto Nacional, por entendê-lo como a única saída possível da crise que afeta a sociedade brasileira, com menores cus-

tos sociais e preservação das conquistas democráticas recentes. Assim, o Cofecon coloca-se solidário ao esforço de construção desse projeto, onde os economistas possam contribuir ética e democraticamente para o processo efetivo de ajuste da economia brasileira e garantia da retomada do desenvolvimento com justiça social”.<sup>26</sup>

A deterioração das condições da economia, somada à crise política detonada com as denúncias ao Presidente da República, reativou a mobilização das entidades da sociedade civil em 1992. Em junho daquele ano, o conselheiro Aldo Mendes representou o Cofecon em encontro promovido pela CNBB no qual foi criado o “Fórum contra a crise econômica do País”, que pouco depois passou a ser denominado “Forum pela Ética na Política”.

Além de participar das atividades do Fórum, o Cofecon elaborou nota sobre a CPI instaurada no Congresso com o título “Pelo fortalecimento da democracia”, nota encaminhada aos Corecons e à imprensa.<sup>27</sup> Mesmo após a posse de Itamar Franco, o Cofecon manteve sua participação no fórum que passou a se denominar “Movimento pela ética na política”: com grande participação de entidades da sociedade civil, o movimento formulava propostas de medidas emergenciais relacionadas à educação, reforma agrária, ao assentamento de sem-terras, à privatização, lei de patentes.<sup>28</sup> A presença do sociólogo Herbert de Souza (Betinho) nesse movimento levou-o a associar-se à campanha liderada por ele: Ação contra a fome e pela vida.<sup>29</sup>

Apesar de os anos de 1993 e 1994 concentrarem importantes medidas de política econômica que resultaram no Plano Real, o Plenário do Cofecon não dedicou a elas a mesma atenção que dera aos planos anteriores. Na verdade, nesses anos o Cofecon teve de se ocupar de modo mais intenso com questões relativas à regulamentação profissional no processo de revisão constitucional e à representatividade dos Conselhos Regionais no Conselho Federal. É disso que tratamos a seguir.

### O Cofecon e a profissão de economista numa década turbulenta

O Cofecon e os Corecons, assim como outros órgãos de fiscalização profissional, são vistos frequentemente como entidades corporativas na defesa dos interesses de seus filiados, pois, entre suas atribuições legais, está a fiscalização do exercício da profissão. É certo que os conselhos podem atuar visando impedir a invasão de sua área de competência por outros profissionais, criando uma espécie de reserva de mercado. Mas esta ação também pode ser vista sob outra perspectiva: trata-se de defender a sociedade con-

tra o exercício da atividade por pessoas não habilitadas para tanto. O caso exemplar é o da Medicina: não é raro que pessoas sem diplomas de médicos pratiquem a profissão clandestinamente (dando consultas e prescrevendo remédios) e até tentem se passar por médicos, inclusive trabalhando em hospitais. Mas os Conselhos, em sua ação fiscalizadora, também devem verificar se seus filiados exercem a profissão de forma ética e competente. Aos Conselhos de Economia também cabe essa tarefa: o exercício inadequado da profissão pode gerar perdas a muitas pessoas, por exemplo, clientes de uma instituição financeira, empresários mal orientados quanto a seus investimentos e mesmo à população de um país cuja política econômica equivocada possa gerar amplo desemprego.

Para cumprir a ação fiscalizadora nessa perspectiva mais ampla, e não meramente corporativa, os Conselhos de Economia têm a atribuição legal, estabelecida na Lei 1.411, de “contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores da economia nacional”. Trata-se de atribuição bastante ampla que envolve a divulgação dos assuntos econômicos para a sociedade e, especialmente, o acompanhamento do processo de formação dos economistas em cursos de graduação e pós-graduação. Se no período 1984-1994 o Cofecon e os Conselhos Regionais se ocuparam intensamente das grandes questões nacionais, no seu dia-a-dia não deixaram de cumprir com suas atribuições legais no sentido mais amplo inerente à sua ação fiscalizadora.

No Cofecon, a ação fiscalizadora *strictu sensu* era exercida por meio da análise de recursos interpostos contra decisões de Conselhos Regionais: estes eram os responsáveis legais por fiscalizar a profissão e, em geral, os recursos se referiam a empresas que exerciam “atividades técnicas de Economia e Finanças” (nos termos da Lei 1.411) e que não eram registradas nos Conselhos Regionais. Em alguns casos, a obrigatoriedade do registro era discutida em instâncias superiores: no caso dos bancos, o Cofecon defendia a necessidade do registro, mas o presidente do Banco Central se declarava contrário.<sup>30</sup> O mesmo ocorreu em relação às empresas de *factoring*: em consulta ao Banco Central, o Cofecon recebeu a resposta de que a questão estava em estudo e que não havia normas em vigor.<sup>31</sup> Em suma, apesar do que estabelecia a lei 1.411, a obrigatoriedade de registro de empresas era objeto de divergências, o que estimulava a interposição de recursos relativos a decisões dos Corecons.

Na esfera da fiscalização havia ainda alguns eventos que indicavam a existência de conflitos de competência entre diferentes profissões. Por



exemplo, em julho de 1984, o Plenário registrou o recebimento de dois estudos: um do Conselho Federal de Contabilidade sobre “invasão de área profissional” e outro, um parecer do Dr. José Rubens Costa com o título “Administração financeira – uma atividade do administrador”.<sup>32</sup> Em abril de 1985 surgiram novamente evidências de conflitos de competência: o Plenário aprovou o envio de ofício ao presidente do Conselho Federal de Técnicos de Administração propondo que se tentasse solucionar caso a caso os conflitos interprofissionais.<sup>33</sup>

No ano de 1992, projeto de lei foi apresentado pelo deputado Vitor Faccioni relativo à regulamentação da profissão de contabilista e de técnico de contabilidade. Procurando preservar áreas de atuação do economista, o Cofecon elaborou um substitutivo que foi encaminhado pelo conselheiro Aldo Mendes ao Deputado Paulo Rocha que, como relator do projeto, incorporou as sugestões em seu parecer.<sup>34</sup>

Outra preocupação relativa à profissão ganhou espaço no Plenário do Cofecon desde o final de 1990: com a tendência à desregulamentação da economia, surgiu a proposta de aplicá-la também a várias profissões, inclusive a de economista. Em Fórum dos Conselhos Federais profissionais, realizado em outubro de 1990 foi levantada a proposta do Ministério do Trabalho de desregulamentação das profissões. Em reunião do Plenário de dezembro desse ano, o conselheiro suplente Sergio Cutolo dos Santos, membro da Comissão de Desregulamentação Profissional do Ministério do Trabalho, informou que o Ministério estava “efetuando estudos para promover a desvinculação das entidades de fiscalização do exercício profissional do aparelho estatal e que as alterações serão propostas por projeto de lei a ser enviado ao Congresso e não por medida provisória”.<sup>35</sup>

A proposta de desregulamentação das profissões reaparece no processo de Revisão Constitucional de modo que o tema retorna ao Plenário do Cofecon. Em agosto de 1993, o conselheiro Roberto Smith alertava: “...a desregulamentação é preocupante e as entidades precisam preparar de forma rápida sua defesa. (...) Apesar do discurso desregulamentador ter ganho força com a onda neoliberal do governo Collor, até mesmo setores ditos progressistas entendem como positivo esse movimento de desregulamentação por julgarem, de forma preconceituosa, apenas os aspectos corporativos das entidades, esquecendo-se do importante papel que vem sendo desenvolvido na preservação e melhoria da qualificação profissional”.<sup>36</sup>

Em março de 1994, o Fórum dos Conselhos das Profissões Regulamentadas, reunido em Brasília, avaliou as propostas de emendas consti-

tucionais apresentadas ao Congresso Revisor a respeito da extinção dos Conselhos de Fiscalização Profissional. Propôs-se agendar uma reunião com o deputado Nelson Jobim, relator da Revisão Constitucional, para explicitar as preocupações dos Conselhos com as propostas apresentadas.<sup>37</sup> Dois meses depois, com o encerramento da Revisão Constitucional, em reunião do Fórum, considerou-se uma vitória o arquivamento das propostas de alteração das normas referentes às profissões regulamentadas, mas “alertando para o fato dos Conselhos necessitarem acompanhar o desenrolar final dos acontecimentos”.<sup>38</sup>

Superadas as propostas de desregulamentação, preservou-se o Fórum dos Conselhos Federais das profissões regulamentadas – o chamado “Conselhão” – como um espaço para a reflexão dos problemas comuns às diferentes profissões, em que prevalece o sentido de cooperação entre categorias com interesses, em princípio, bastante diferenciados. A permanência do “Conselhão” até os dias de hoje atesta a importância dos resultados obtidos por meio dessa cooperação.

## O trabalho das comissões

Os conflitos de competência com outras profissões e as propostas de desregulamentação exigiram a atenção do Cofecon no período em foco. Porém, há um esforço cotidiano desenvolvido pelas comissões constituídas pelos conselheiros e que se dedica às questões da profissão: Fiscalização, Valorização Profissional, Apoio e Articulação com os Regionais, Divulgação, Tomada de Contas são algumas das comissões em que se definiam as ações do Cofecon.<sup>39</sup>

As relações com os Corecons estavam entre as ações mais importantes no dia a dia do Cofecon: os Conselhos Regionais, como responsáveis pelo registro dos economistas e pela fiscalização da profissão, dependiam de recursos e de treinamento para essas tarefas. Os Conselhos mais antigos e com maior número de economistas registrados dispensavam o apoio do Cofecon; porém, aos menores e mais recentes faltavam, muitas vezes, as condições adequadas para seu bom desempenho. Numa conjuntura econômica particularmente difícil, diante do pedido de auxílio financeiro de vários Conselhos Regionais, em sessão de outubro de 1990 os conselheiros procuraram analisar a raiz das dificuldades do momento:

“O Plenário procurou avaliar o atual quadro, tentando mapear os problemas hoje existentes no sistema, tanto os de caráter estrutural quanto

aqueles de natureza conjuntural. Com a palavra, o conselheiro Carlos Eduardo Ferreira Lobo expôs ao Plenário sua preocupação, já há muito manifestada, acerca da deterioração dos serviços prestados por muitos Regionais, da desmobilização dos economistas no nível nacional e, por fim, da crise financeira por que atravessam vários Corecons. (...) Qualquer tentativa de reverter o quadro esboçado anteriormente passa, indubitavelmente, pela reestruturação dos Conselhos no que diz respeito à sua gestão administrativa e financeira e, ainda, por formas criativas que deverão ser buscadas, de acordo com as nuances e os contornos regionais”.<sup>40</sup>

A conjuntura desse ano – 1990 – parece ter sido particularmente difícil para os Conselhos. O impacto do Plano Collor levou muitos economistas a atrasarem o pagamento das anuidades. Aos Conselhos com menor número de inscritos, a redução da receita impedia arcar com despesas essenciais. Daí o pedido de auxílio financeiro ao Cofecon. Esses pedidos se repetem com relativa frequência e refletem, sem dúvida, as profundas disparidades regionais típicas do País à época em foco, amenizadas, no plano do sistema Cofecon/Corecons, pela redistribuição de parte da receita global do sistema.

Mas o Cofecon atuava também em outro plano para reduzir as deficiências dos Conselhos Regionais: em 1984, ao iniciar sua gestão, José Maria Arbex solicitou a designação do economista Tomio Nikaedo como Assessor da Presidência. Nessa função, e em conjunto com a Comissão de Apoio aos Pequenos Conselhos, organizou o Programa de Apoio e Treinamento Operacional cujos objetivos eram preparar o pessoal para as atividades de fiscalização do exercício profissional e para a gestão da estrutura operacional dos Conselhos. Ele próprio foi o instrutor desse programa, ministrado em vários Corecons: Ceará, Pará, Santa Catarina, Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Sergipe, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Piauí.<sup>41</sup>

Além deste programa, houve a oferta de cursos aos Conselhos Regionais e o apoio financeiro àqueles que apresentassem propostas de interesse para os economistas. Cabe lembrar que, nesse período, dois novos Corecons foram instalados: o do Acre (aprovado em setembro de 1984) e o de Rondônia (aprovado em janeiro de 1987). Pelas razões já apontadas – conselhos pequenos e novos – esses Corecons enfrentaram dificuldades financeiras e administrativas na década de noventa.<sup>42</sup> Em 1994, um grupo de economistas do Estado do Amapá solicitava a instalação de seu Conselho Regional, pois até então estavam sob a jurisdição do Corecon do Pará.<sup>43</sup>

O esforço de aprimorar o funcionamento dos regionais também era encetado no SINCE (Simpósio Nacional dos Conselhos Regionais de Economia), realizado bienalmente sob a responsabilidade de um Conselho Regional. As temáticas tratadas nos SINCES diziam respeito principalmente aos problemas da profissão e do sistema Cofecon/Corecons, constituindo um momento importante de reflexão dos economistas sobre as questões profissionais. Para o SINCE de 1988, realizado na Bahia, foram constituídos os seguintes grupos de trabalho cujas temáticas refletem alguns problemas da profissão peculiares ao momento: Formação Profissional e Salário Mínimo do Economista; Integração das Entidades; Processo Eleitoral e Registro de Pós-Graduandos; Responsabilidade Social e Ética Profissional; Objetivos e Avaliação do Sistema Cofecon/Corecons.<sup>44</sup>

Em suma, a gestão do sistema exigia um esforço permanente da parte do Cofecon para acompanhar os Conselhos Regionais e de aprimorar seu funcionamento. Essa tarefa se tornou mais difícil nesses anos de instabilidade econômica, pois ela se refletia negativamente sobre as finanças dos Conselhos Regionais e do próprio Cofecon.

### A valorização profissional dos economistas

Apesar das dificuldades, também se observa nesses anos outra linha de atuação que ganha crescente expressão no conjunto das atividades dos Conselhos: ela pode ser sintetizada na noção de Valorização Profissional. Trata-se do entendimento de que, mais importante do que a defesa corporativa da profissão, importa mostrar à sociedade a relevância da profissão de economista e de garantir que esses profissionais têm sólida formação para o exercício de suas atividades.

Um dos focos da valorização profissional é a formação acadêmica dos economistas. Embora não seja uma atribuição legal do Cofecon acompanhar o ensino ministrado nas faculdades de Economia, ao efetuar o registro de um bacharel os Conselhos Regionais, de certo modo, avalizam o diploma que lhe foi concedido.

A questão do Currículo Mínimo dos cursos de graduação em Economia – central para definir a qualidade da formação – foi acompanhada pelo Cofecon: em maio de 1984, o Plenário aprovou enviar ofício ao Conselho Federal de Educação e ao Dr. Armando Dias Mendes manifestando seu apoio à proposta de novo currículo mínimo. Cabe lembrar que, à época, o Prof. Flavio Versiani era conselheiro do Cofecon e participou ativamente

da elaboração do currículo que entrou em vigor no ano de 1985.<sup>45</sup> No novo currículo, procurava-se aprimorar o estudo da teoria econômica, ampliar a visão histórica e social e ainda estimular a pesquisa por meio da elaboração de Monografia. Tratava-se, sem dúvida, de substancial mudança em relação ao currículo em vigor que, em essência, era o estabelecido na legislação de 1945.

A preocupação com a qualidade dos cursos de Economia também foi manifestada com frequência no Plenário. Questão recorrente era a relativa aos chamados “cursos vagos” (sem exigência de frequência às aulas ou com aulas apenas nos fins-de-semana). Como alguns Conselhos Regionais recusavam o registro de economistas formados em “cursos vagos” (e outros aceitavam), esses processos chegavam ao Cofecon sob a forma de recursos dos que tiveram seus pedidos indeferidos. Um caso, em particular, havia sido objeto de uma resolução do Cofecon (nº 1.568/89): para os graduados no curso de Economia da Universidade de Marília foram estabelecidos requisitos adicionais além do diploma. Após visitar aquela universidade, o conselheiro Luiz Antonio Macedo concluiu não se tratar de um “curso vago” e sugeriu rever a resolução acima indicada.<sup>46</sup>

A preocupação com a proliferação de cursos com baixa qualidade também levou a manifestações no Plenário. Em 1986, o Plenário decidiu enviar ao ministro da Educação correspondência pedindo a suspensão por prazo mínimo de dois anos da abertura de novos cursos de graduação em Economia.<sup>47</sup> Em 1989, o presidente do Cofecon apresentou ao Plenário proposta de decreto que dispunha sobre a criação de novos cursos para assegurar um mínimo de qualidade.<sup>48</sup>

O interesse do Cofecon pela formação do economista também se fez pela colaboração com a Ange (Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia), principalmente pelo apoio financeiro aos congressos da entidade. Trata-se de outra forma de apoiar a formação dos economistas pelo incentivo à participação de estudantes em eventos com ampla temática econômica. À época, a Ange tinha dificuldade para levantar recursos, de modo que o apoio do Cofecon foi essencial para a realização das atividades. Outro estímulo aos estudantes foi a concessão do Prêmio Brasil de Economia: seu formato variou no período, premiando tanto monografias de estudantes quanto estudos de profissionais. Por tais iniciativas, o Cofecon trabalhava visando garantir que ao diploma de economista concedido pelas inúmeras faculdades correspondesse um profissional qualificado para o exercício de suas funções

Mas a valorização profissional aponta também em outra direção: a de mostrar à sociedade a relevância do economista. O Congresso Brasileiro de Economistas, realizado bienalmente, permitia divulgar à sociedade as reflexões dos economistas sobre os mais diversos problemas da economia brasileira. No âmbito regional, o Encontro das Entidades de Economistas do Nordeste, também anual, teria papel semelhante ao do Congresso no plano nacional.

### Crise e reestruturação

Este longo relato das atividades do Cofecon entre 1984 e 1994 atesta o intenso trabalho realizado por seus presidentes e conselheiros. No entanto, nos anos finais do período observa-se menor amplitude nos temas tratados. Em sessão de fevereiro de 1994, foi realizada “...intensa discussão sobre o trabalho das comissões de integração, valorização profissional e de política econômica, na qual foi identificado como causa da fraca atuação das comissões no ano de 1993 o reflexo da crise política instalada a partir do 2º semestre de 1992 e agravada no decorrer do ano seguinte”.<sup>49</sup>

Qual era a natureza dessa crise política? Na verdade, era uma crise que afetava as relações entre os Conselhos Regionais e o Cofecon e que encaminhava alguma modificação no esquema de representação dos Regionais no Federal. Em junho de 1992, o tema aparece sob o título “Reestruturação das Entidades”, porém a discussão não avança nessa sessão.<sup>50</sup> A questão ganha dimensão nos meses seguintes e em dezembro desse mesmo ano a reestruturação passou a ser tratada sob o nome de Processo Constituinte. O Cofecon indicou seus representantes na Comissão Coordenadora do Processo Constituinte, comissão que incluiria também representantes dos Regionais.<sup>51</sup> As discussões ocupam o ano de 1993, porém um acordo se mostrava difícil. A questão era colocada de forma bastante incisiva pelo Corecon-PR – 6ª Região em ofício encaminhado às demais entidades de economistas do País e anexo à ata da 471ª Sessão Plenária do Cofecon: nesse ofício, se reafirmava “a necessidade de se rever os critérios de representatividade dos Conselhos Regionais no plenário do Conselho Federal de Economia, bem como o processo de eleição desses representantes”.<sup>52</sup>

No SINCE, realizado em setembro de 1994, o Plenário aprovou, com divergências, uma proposta de alteração do regimento do Cofecon, ampliando o número de conselheiros de 12 para 15, sendo 5 do Rio de Janeiro e de São Paulo, 4 de Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Distrito

Federal e os seis restantes dos demais conselhos. Sugeria-se ainda que, no caso destes 6 conselheiros, houvesse a renúncia ao fim do primeiro ano do mandato a fim de permitir um rodízio mais rápido entre os representantes desses Conselhos Regionais. Levada ao Plenário do Cofecon, a proposta não foi votada por se julgar haver ilegalidades, em especial no rodízio proposto.<sup>53</sup>

Com o objetivo de se chegar a um acordo entre os Regionais, foi convocada uma reunião do Cofecon com os presidentes dos Conselhos Regionais e com os delegados-eleitores. Essa reunião, realizada em 30 de novembro daquele ano, contou com a participação de representantes de 17 Corecons e gerou um documento que indicava os termos do acordo estabelecido. Esse documento foi levado ao Plenário do Cofecon em sessão de 9 e 10 de dezembro de 1994. Após longo debate, em que o aumento do número de conselheiros foi aceito pela maioria, restavam dúvidas a respeito de outros aspectos da representação regional. Optou-se por deixar a decisão a respeito da alteração do regimento do Cofecon para o Plenário que, com nova composição, se reuniria em janeiro de 1995. Embora a alteração do regimento solicitada por muitos Conselhos Regionais não tivesse sido aprovada, o ambiente fora desanuviado com o acordo estabelecido.

Assim, o ano de 1994 encerrou um período de intensa atividade e alguma turbulência: na economia brasileira que, desde o início dos anos 1980, enfrentava graves problemas, como a crise da dívida externa e a inflação, e também no sistema Cofecon/Corecon que, além das dificuldades inerentes aos anos de instabilidade econômica e elevada inadimplência dos economistas registrados, passou por uma crise nas relações entre os Conselhos Regionais e o Cofecon.

Com a retomada de relativa estabilidade econômica e com a harmonia no sistema Cofecon/Corecon, o ano de 1995 abria novas possibilidades e sugeria novos caminhos para as entidades dos economistas brasileiros.

# 6

## O COFECON DIANTE DOS NOVOS DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA (1995-2011)







PÁGINA ANTERIOR  
E ACIMA

---

*Cerimônia de  
transferência da  
sede do Cofecon  
para Brasília, 9 de  
novembro de 2001.*

**A** longa convivência – por quase 20 anos – com elevados e crescentes índices inflacionários havia ocupado os economistas brasileiros nos mais diversos níveis. O acadêmico refletia sobre as causas da inflação e de suas peculiaridades no caso brasileiro; o gestor da política econômica tinha de propor medidas, muitas vezes emergenciais, para evitar a explosão inflacionária; e o economista que militava no setor público ou na área empresarial – na indústria, na agricultura, no comércio e na área financeira – era obrigado, quase diariamente, a buscar formas criativas de superar a instabilidade dos valores e a imprevisibilidade do futuro, próximo e distante.

A vitória contra o risco da hiperinflação e a relativa estabilidade dos preços alteraram o foco de atenção dos economistas em geral. É claro, impedir o retorno da inflação continuou a ser uma preocupação de todos; porém, novos problemas e novos desafios se colocaram para os economistas: a estabilidade dos preços não resolvia todos os problemas da economia brasileira e as transformações por que passava a economia mundial tinham reflexos inclusive no mercado de trabalho dos economistas. Essas preocupações também se fizeram presentes entre os conselheiros do Cofecon e dos Co-recons em suas sessões plenárias, nos SINCES e nos Congressos.

O sucesso do Plano Real no combate à inflação é inegável: diante da taxa anual verificada em 1993 – de cerca de 2.700% – os novos níveis eram irrisórios. No entanto, as pressões inflacionárias não foram totalmente neutralizadas de imediato: nos 12 meses seguintes à edição do Plano Real (julho de 1994 a junho de 1995), a inflação, com base no INPC (índice nacional de preços ao consumidor), foi de 33%. Mesmo nos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve flutuações expressivas das taxas de inflação, como nos mostra a variação anual do IGP (índice geral de preços) no período (Tabela 4).

Tabela 4. Variação anual IGP (1995-2002)

| Ano  | Variação | Ano  | Variação |
|------|----------|------|----------|
| 1995 | 14,8%    | 1999 | 20,0%    |
| 1996 | 9,3%     | 2000 | 9,8%     |
| 1997 | 7,5%     | 2001 | 10,4%    |
| 1998 | 1,7%     | 2002 | 26,4%    |

Essas flutuações expressavam desequilíbrios que, em parte, resultaram de medidas associadas ao combate à inflação, mas também refletiram a instabilidade financeira internacional (que, no período em foco, gerou crises no México, na Ásia, na Rússia, no Brasil e na Argentina). Embora o Plano Real tivesse sufocado o elemento inercial da inflação, pressões de diversas ordens podiam forçar novamente a elevação dos preços.

A rápida elevação do valor do real diante do dólar logo após a edição do Plano em junho de 1994 iniciou um período em que o controle da inflação tinha como importante componente a chamada “âncora cambial”: real valorizado significava importações baratas que dificultavam a remarcação dos preços por parte dos produtores nacionais.

Importações baratas induziam ao desequilíbrio externo da economia brasileira; em particular, uma economia superaquecida nos meses posteriores à edição do Plano Real reforçava a tendência ao aumento das importações. A Balança Comercial, que normalmente apresentava saldos positivos, tornou-se deficitária. Considerando o déficit habitual em Serviços, o resultado aparecia na ampliação do déficit em Contas Correntes que deveria ser coberto pelo fluxo de capitais do exterior. Embora o mercado financeiro internacional apresentasse elevada liquidez na década de 1990, sucessivas crises da dívida de países provocavam a redução (ou mesmo a interrupção temporária) dos fluxos de capitais internacionais para os países deficitários.

Para fazer frente ao desequilíbrio externo, em especial nos momentos de crise financeira internacional, o governo adotou dois tipos de medidas: primeiro, introduziu as bandas cambiais que permitiam pequenas flutuações do câmbio em torno de uma taxa básica. Evidentemente, descartavam-se grandes flutuações que comprometeriam a âncora cambial e afugentariam os capitais externos. Segundo, e mais importante, promovia-se a elevação da taxa de juros que, a um tempo, procurava “esfriar” a economia

(e, portanto, a demanda por importações) e atrair recursos externos estimulados pelo rendimento obtido no País, mais alto que em outros mercados.

Desse modo, se, de um lado, a âncora cambial segurava a inflação, de outro tendia a acentuar o desequilíbrio externo. O instrumento para enfrentá-lo – o aumento da taxa de juros – acabava tendo impacto recessivo sobre a economia. Delfim Netto assim sintetizava a dinâmica macroeconômica do período:

“Qual é o problema da forma adotada na condução do Plano Real? É que, por meio de mecanismos de restrição do crédito e da elevação necessária das taxas de juros, constrói-se a armadilha que impede o crescimento da economia. Cada vez que a economia começa a crescer, amplia-se o deficit em contas-correntes. Entramos no processo que se chama stop and go”.<sup>1</sup>

De 1995 a 1998 houve aumento do déficit da Balança de Transações Correntes (de 18,4 para 33,4 bilhões de dólares). Esses deficits eram compensados pelo ingresso de recursos externos, em grande parte atraídos por taxas de juros elevadas. As crises do México (1994-5) e dos países asiáticos (1997) já tiveram algum impacto sobre o desempenho da economia (expresso pelo crescimento do PIB); mas foi a crise russa (em 1998) que, de certo modo, anunciou o limite da possibilidade de utilização da âncora cambial (com a redução do crescimento do PIB para 0,8% no ano de 1999).

Nessa conjuntura, tornou-se inviável o financiamento de deficits anuais em transações correntes da ordem de 30 bilhões de dólares. Mesmo com taxas de juros nominais de mais de 40% não foi possível evitar o êxodo de recursos do País, temerosos de uma iminente desvalorização do real: em dois meses (agosto e setembro de 1998) as reservas internacionais do Brasil se reduziram em 30 bilhões de dólares. No final de 1998, o governo iniciou negociações com o FMI, o qual coordenou uma operação de apoio ao Brasil: vários organismos se comprometeram a abrir uma linha de crédito de 42 bilhões de dólares, de modo a garantir que as reservas brasileiras não caíssem abaixo de 20 bilhões de dólares. A contrapartida era o compromisso brasileiro com a política fiscal: o superavit primário deveria se elevar progressivamente de 0,0% em 1998 para 3,0% em 2000.

Nada disso foi suficiente para salvar a âncora cambial. Passadas as eleições do final de 1998, promoveu-se substancial mudança na política econômica. Em janeiro de 1999, o governo abandonou o regime de bandas cambiais e deixou o câmbio flutuar: em pouco mais de um mês, a taxa passou de R\$ 1,20 para R\$ 2,00/dólar. Paralelamente, nova elevação da taxa de juros procurava evitar a saída de capitais. E iniciou-se a implantação do regime de

“metas de inflação” cujo principal instrumento de política é a taxa de juros. A desvalorização do real reduziu substancialmente o deficit em transações correntes, porém o desempenho da economia entre 2000 e 2002 ainda foi relativamente instável (de 4,4% em 2000, 1,3% em 2001 e 1,9% em 2002).

O Plano Real, avaliado pelos resultados obtidos até o ano de 2002, apresentava um saldo extremamente positivo enquanto política de combate à inflação: diante de taxas que superaram 2.000% ao ano, a inflação do Plano Real era mínima. Embora não se conseguisse mantê-la em apenas um dígito (em 2002 ela atingiu 26,4%), a inflação não parecia mais estar fora de controle. No entanto, outros problemas ainda afligiam a economia brasileira: o reduzido crescimento médio do PIB indicava a questão crítica que, evidentemente, se refletia em níveis de emprego e de renda insatisfatórios.

Em grande parte, esse resultado expressava as dificuldades ainda enfrentadas pelo setor externo da economia, apesar da mudança da política cambial adotada em 1999. O período 1999-2002 foi marcado por eventos internacionais que afetavam as contas brasileiras: a crise argentina, o atentado às Torres Gêmeas em Nova York, a crise na bolsa Nasdaq, a contração do crédito nos mercados internacionais instabilizavam o setor externo brasileiro. Entre 1998 e 2002 o preço médio das exportações declinou 17%, dificultando a recuperação do saldo na Balança Comercial que reduziria a necessidade de financiamento externo para fechar o Balanço de Pagamentos.<sup>2</sup>

Com a aproximação das eleições presidenciais no final de 2002, às dificuldades no setor externo adicionou-se a desconfiança com o próximo governo, já que se antecipava a vitória de Lula e do Partido dos Trabalhadores. O discurso do partido questionava os fundamentos da política econômica adotada pelo governo FHC a partir de 1999, sintetizada no tripé: metas de inflação, austeridade fiscal (superavit primário elevado), câmbio flutuante. A possibilidade de uma alteração radical da política econômica levou à retração dos capitais externos com reflexo imediato e profundo na taxa de câmbio: se em março de 2002 seu nível era em torno de R\$ 2,30/US\$, em dezembro chegou a atingir quase R\$ 4,00/US\$.

No entanto, antes mesmo das eleições, o PT, ao divulgar a “Carta ao Povo Brasileiro”, se comprometia com as regras de política econômica vigentes no segundo governo de FHC (em especial, o de gerar o superavit primário necessário para evitar o aumento da dívida pública). As medidas adotadas pela equipe econômica de Lula, tão logo este assumiu a presidência, indicavam a continuidade da política econômica de modo a recuperar a confiança dos agentes do mercado financeiro internacional.

Tabela 5. Brasil: Reservas internacionais (bilhões de dólares)

| Ano  | Reservas | Ano  | Reservas |
|------|----------|------|----------|
| 2001 | 36       | 2006 | 86       |
| 2002 | 38       | 2007 | 180      |
| 2003 | 49       | 2008 | 207      |
| 2004 | 53       | 2009 | 239      |
| 2005 | 54       | 2010 | 289      |

Tabela 6. Brasil: Produto Interno Bruto (Taxa de crescimento anual – %)

| Ano  | PIB | Ano  | PIB   |
|------|-----|------|-------|
| 2001 | 1,3 | 2006 | 4,0   |
| 2002 | 2,7 | 2007 | 6,1   |
| 2003 | 1,1 | 2008 | 5,2   |
| 2004 | 5,7 | 2009 | - 0,6 |
| 2005 | 3,2 | 2010 | 7,5   |

É importante notar a notável mudança ocorrida no ambiente internacional. O crescimento do comércio de mercadorias foi especialmente favorável para o Brasil: a demanda impulsionada principalmente pela exponencial expansão da economia chinesa permitiu o rápido aumento das exportações brasileiras (concentrado em alguns produtos como minério de ferro, soja, açúcar, petróleo e carnes). Se em 2000 o valor das exportações era de 55 bilhões de dólares, em 2005 já alcançava 118 bilhões e em 2010, 202 bilhões. O saldo em transações correntes, tradicionalmente negativo, tornou-se positivo de 2003 a 2007; somado a ingressos de capitais externos (investimento direto, investimento em carteira, empréstimos) permitiu a acumulação de um volume substancial de reservas internacionais (Tabela 5).

A situação favorável das contas externas permitiu ao Brasil superar uma nova crise financeira internacional – a que explodiu em 2008 no mercado hipotecário norte-americano e que se difundiu para a Europa – com impacto relativamente reduzido. Ainda assim, o ritmo de expansão do PIB, que se elevava nos anos anteriores, sofreu forte impacto no ano de 2009 (Tabela 6).

A conjuntura econômica extremamente favorável desde 2004 (exceto em 2009) estimulou um grande otimismo em relação à economia brasi-

leira. Não se trata apenas de registrar números e índices positivos (como crescimento do PIB, baixa inflação, reservas internacionais crescentes etc.); trata-se de reconhecer que houve sensível melhora do padrão de vida de amplos segmentos da população brasileira, seja pela expansão do emprego, seja por políticas sociais (como o Bolsa Família).

No entanto, a euforia com o desempenho da economia brasileira deve ser ponderada pela presença de algumas questões polêmicas que polarizam as opiniões dos economistas. Uma questão central diz respeito à valorização da moeda nacional diante do dólar e de outras moedas. Se o real valorizado é um instrumento para evitar o aumento dos preços, ele cobra um preço elevado: primeiro, por penalizar a produção manufatureira para o mercado interno (que concorre com importações baratas) e a produção de mercadorias para a exportação (cuja receita se vê reduzida a cada movimento de valorização do real). As exportações de produtos básicos, como os lembrados acima, se beneficiaram de substancial elevação de seus preços nos últimos anos e conseguem ingressar competitivamente no mercado internacional. No entanto, muitos manufaturados perderam a condição de competir com a produção de outros países, em grande medida pela contínua valorização do real.

Em segundo lugar, essa mesma valorização do real tem sido responsável, nos últimos anos, pelo aumento do valor das importações e a consequente redução do saldo da Balança Comercial, com seu impacto sobre a Conta de Transações Correntes. Esta foi superavitária de 2003 a 2007; porém, a partir de 2008 passou a registrar déficits crescentes – chegando a mais de 47 bilhões de dólares em 2010. Embora as condições de financiamento desse déficit ainda sejam bastante favoráveis, ele passou a ser um motivo de preocupação pela situação de crise do mercado financeiro internacional que se arrasta desde 2008.

Todas estas questões são polêmicas, opiniões divergentes se multiplicam no debate cotidiano e mobilizam os economistas que militam no governo, na academia, nas instituições financeiras, nas empresas em geral, pois elas têm impacto decisivo sobre as atividades a que estão vinculadas. E ao Cofecon, assim como aos Conselhos Regionais, também cabe participar da reflexão sobre essas questões que se colocam a cada dia para os economistas brasileiros.

## O economista brasileiro no fim do século 20 e começo do século 21

Não foi apenas a política de estabilização do Plano Real que propôs grandes desafios aos economistas nos anos 1990. Profundas reformas também alteraram o ambiente da economia brasileira, por exemplo: abertura comercial e financeira, privatização de empresas estatais, fim de monopólios estatais em setores de petróleo e telecomunicações, reforma da previdência social, criação de agências reguladoras de serviços de utilidade pública, mudança no tratamento do capital estrangeiro, sistema de metas de inflação como modelo de política monetária.

Essas reformas criaram um ambiente altamente favorável ao ingresso do capital estrangeiro. Com a abertura comercial e financeira, os capitais externos ingressaram em volumes crescentes para aproveitar oportunidades que se ofereciam: além de taxas de juros elevadas, a privatização de grandes empresas estatais atraía recursos disponíveis no mercado internacional.

Desse modo, o Brasil se inseria progressivamente na chamada “globalização”. Na esfera produtiva, a globalização teve forte impacto pela concorrência que as empresas industriais instaladas no Brasil passaram a enfrentar em função da abertura comercial: muitas sucumbiram diante das dificuldades enfrentadas para elevar a produtividade e diminuir custos; outras puderam vencer a concorrência, apesar do impacto negativo da valorização do real (que foi a tônica do câmbio em quase todo o período). Dentro das empresas ou fora delas, como consultores ou como analistas, os economistas se defrontaram com as questões colocadas por essas mudanças.

Mas certamente foi a chamada “globalização financeira” que, a um tempo, criou novas oportunidades mas também impôs novas exigências aos economistas. O sistema monetário internacional estruturado em Bretton Woods, ao fim da Segunda Guerra Mundial, ruiu entre 1971 e 1973: um sistema fundado em taxas de câmbio fixas e na conversibilidade do dólar em ouro cedeu lugar a taxas de câmbio flutuantes após a suspensão, pelo governo do presidente norte-americano Richard Nixon, da conversão do dólar em ouro. Desse modo, a economia mundial, caracterizada até então por relativa estabilidade dos valores, passou a ostentar forte instabilidade, não apenas nas taxas de câmbio, mas também nos valores das mercadorias e dos ativos em geral.

Essa instabilidade induziu importantes inovações na esfera financeira: os chamados “derivativos” são o melhor exemplo dessas inovações. Por outro lado, o sistema financeiro brasileiro, cujo núcleo se situava nos bancos,





ACIMA

*XII Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste, realizado em Recife, 1995.*

À DIREITA

*Entrega do XI Prêmio Brasil de Economia no XX Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia – SINCE, realizado em Belém, 2004.*





IV ENCONTRO DE ECONOMISTAS DA REGIÃO SUL  
FLORIANÓPOLIS 24 E 25 JUNHO DE 1999



ACIMA

iv Encontro dos Economistas da Região Sul, realizado em Florianópolis, 1999.

À ESQUERDA

Cofecon Notícias destaca os 50 anos da regulamentação da profissão de economista, 2001.

também passou por mudanças na década de 1990, associadas à ideia de desintermediação financeira. Ao lado da relação de crédito típica (depósito-banco-empréstimo), surgiram novos instrumentos financeiros (como derivativos, fundos de investimento, “securitização” das dívidas etc.) e também novas instituições (como empresas de gestão de ativos, fundos de pensão, agências de classificação de risco).

Evidentemente, os economistas que militam na esfera financeira tiveram de se adaptar a essas inovações, num processo de permanente reciclagem. Mas, além do domínio dos novos instrumentos em seus aspectos operacionais, aos economistas cabe cada vez mais a responsabilidade pela previsão dos rumos da economia (internacional e brasileira), pois, num mundo em que a instabilidade dos valores é a regra, pequenas variações podem representar grandes ganhos ou perdas. Nas empresas, nas instituições financeiras, nas consultorias, o economista assumiu um papel de crescente importância, expresso, por exemplo, na criação do cargo de economista-chefe (que lidera um grupo de economistas voltado principalmente a análises macroeconômicas e setoriais).

Na verdade, até alcançar o patamar atual, o perfil do economista brasileiro passou por importantes mudanças ao longo do tempo, conforme mostram os capítulos deste livro. Devemos lembrar, retomando o percurso histórico da profissão, que os primeiros bacharéis em Ciências Econômicas – aqueles que se formaram nos cursos de Administração e Finanças – eram obrigatoriamente egressos do Ensino Comercial. Ou seja, já eram contadores, muitos estabelecidos por conta própria, outros empregados em bancos, empresas comerciais ou industriais e mesmo em órgãos do governo. Nos anos 1930 e 1940 do século 20, a área de atuação do economista era relativamente restrita e, de certo modo, se definia pelo próprio nome do curso – Administração e Finanças. Por isso, encontramos, entre os economistas que fundaram associações de economistas nessas décadas, e mesmo entre os primeiros conselheiros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, profissionais que se notabilizaram na área de Contabilidade como professores universitários e como dirigentes de importantes firmas de auditoria.

Mas havia outras áreas de atuação em que, além de graduados em Administração e Finanças, militavam profissionais formados em outros cursos: isso ocorria principalmente na gestão dos negócios públicos que se ampliara desde a organização do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público – no primeiro governo de Getúlio Vargas. Muitos desses profissionais obtiveram seu registro nos Conselhos de Economia, pois, com

base na Lei 1.411, era permitido solicitar a habilitação como economista aos não portadores dos diplomas de bacharel em Ciências Econômicas, satisfeitas determinadas exigências. Assim, entre os primeiros economistas registrados nos Conselhos na década de 1950 há, além daqueles que se dedicavam profissionalmente à área de Contabilidade, principalmente gestores de negócios públicos e privados.

A preocupação com o desenvolvimento econômico no pós-guerra, no plano mundial e também no Brasil, abriu novos campos para a atuação do economista. A elaboração de planos de desenvolvimento se tornou quase obrigatória para cada novo governo e o processo de planejamento exigia a presença do economista. Como o planejamento envolvia a realização de investimentos na esfera produtiva (frequentemente com incentivos governamentais), criou-se um novo campo de atuação para o economista: a análise e elaboração de projetos.

Desse modo, nos anos 1950 e 1960 a imagem do economista ficou crescentemente associada às funções de planejador e de analista de projetos. Paralelamente, com a criação dos cursos de Administração de Empresas e com a regulamentação da profissão de Técnico de Administração, reduziu-se o espaço do economista como gestor de empresas privadas. Embora a competição com os técnicos em Administração pudesse restringir o espaço profissional para o economista, o próprio crescimento da economia brasileira se incumbia de criar novos campos de trabalho.

De um lado, o setor financeiro, até então caracterizado por grande número de bancos comerciais em geral de pequeno porte, ganhou nova dimensão: as Reformas Bancária e do Mercado de Capitais (de 1964 e de 1965) deram origem a novos tipos de instituições (bancos de investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito, financiamento e investimento, além do Banco Central do Brasil e dos Bancos de Desenvolvimento regionais e estaduais). Nos anos 1970, um forte processo de fusões e aquisições de instituições financeiras (em parte estimulada pelo governo) gerou a formação de grandes conglomerados financeiros. Essa transformação do sistema financeiro também ampliou o mercado de trabalho para o economista.

De outro lado, a expansão da economia alterou a escala das empresas industriais e comerciais. A típica empresa familiar deu lugar a sociedades anônimas ou a multinacionais que, por sua dimensão, envolviam atividades de planejamento e gestão financeira mais complexa. Além disso, nos anos 1960 e 1970 houve a criação de grande número de empresas

estatais que, por sua natureza e dimensão, também exigiam a colaboração de economistas em muitos de seus departamentos. Foram anos em que um mercado de trabalho particularmente favorável estimulou a criação de faculdades de Economia e a expansão das matrículas nesses cursos.

Nos anos 1980 observou-se significativa reversão das condições do mercado para o economista e mesmo algum abalo no prestígio da profissão. O rótulo de “década perdida” sintetiza os agudos problemas econômicos desses anos: crise da dívida externa, inflação crescente, reduzido crescimento da economia, desemprego etc. acabaram sendo atribuídos, muitas vezes, aos economistas. Afinal, eles deveriam ter o conhecimento necessário para resolver os problemas apontados. Era natural que os economistas fossem apontados como culpados de uma situação que, na verdade, não resultara de “erros” dos economistas, pois dizia respeito à forma de inserção do Brasil na economia mundial. Aliás, os economistas também sofreram o impacto da década perdida: os que se formaram nesses anos não tiveram a mesma facilidade de se inserir no mercado de trabalho como seus colegas das décadas anteriores.

Nos anos 1990, superado o risco da hiperinflação, o prestígio do economista foi progressivamente se recuperando. E o campo de trabalho para o economista também voltou a se ampliar. É certo que, na esfera governamental, o planejamento não mais se fez com a amplitude dos anos 1960 e 1970 e muitos órgãos foram desativados. A privatização das empresas estatais também afetou muitos economistas, pois, embora as novas empresas ainda demandassem seu conhecimento, tratava-se de uma outra cultura empresarial com exigências e procedimentos substancialmente diferentes.

Em contrapartida, como já notamos, a esfera financeira, em expansão acelerada, ampliou o campo de trabalho para o economista. As inovações financeiras exigem o domínio de técnicas cada vez mais sofisticadas e a formação do economista o habilita a executar essas tarefas. Mas, acima de tudo, a instabilidade inerente à economia mundial, crescentemente globalizada e financeirizada, revalorizou o papel do economista. A cada crise econômico-financeira – e estas foram muitas entre 1994 e 2011: México, Ásia, Rússia, Brasil, Argentina, bolsa Nasdaq e mercado hipotecário nos Estados Unidos, na Islândia, Irlanda, Grécia – os economistas são chamados.

A imprensa os procura para informar ao público as previsões sobre os rumos da economia; mas governos, empresas, instituições financeiras demandam análises e informações que permitam se posicionar diante dos riscos inerentes ao desenrolar da crise. Desse economista se exige, mais

do que habilidades técnicas específicas, amplo domínio das teorias macroeconômicas e a permanente atualização sobre os rumos da economia mundial (em relação à produção, ao comércio, à esfera financeira privada e às finanças dos governos dos principais países).

Esta longa digressão sobre o perfil do economista procura evidenciar as profundas mudanças por que passou a profissão desde a criação dos cursos de Administração e Finanças: não se trata apenas da necessidade de atualizar conhecimentos e sim de novas habilidades que são exigidas para dar conta de realidades econômicas absolutamente novas. Aos economistas se impõe a contínua reciclagem de seus conhecimentos; aos cursos de graduação e de pós-graduação em Economia, a busca da fronteira do conhecimento econômico; e às entidades dos economistas, a vigilância permanente para evitar que a profissão se apresente defasada em relação às exigências da própria economia.

Vejamos, pois, como as ações do Cofecon se encaminharam nessa direção.

### O Cofecon diante dos desafios da profissão e dos dilemas da economia brasileira

Na história da economia brasileira da década de 1990, a explosão inflacionária e o sucesso do Plano Real ocupam posição de relevo. No entanto, isso não deve ocultar as profundas transformações ocorridas, em grande parte promovidas por ações dos governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso: abertura comercial e financeira, desregulamentação, extinção de monopólios estatais, privatização, reforma da previdência social etc., se inserem numa tendência mais ampla de redução da presença do Estado na economia. Foram ações polêmicas que mobilizaram a opinião dos economistas, tanto a favor como contra essa tendência geral. O caráter polêmico dessas mudanças repercutiu, é claro, nas entidades dos economistas em geral e, em particular, no Cofecon.

Nesse ambiente, a própria regulamentação da profissão de economista foi objeto de discussões. Por exemplo, o governo federal propôs, por medida provisória transformada na Lei 9.649/98, mudança na natureza jurídica dos conselhos de fiscalização profissional: em seu artigo 58, a lei transformava os conselhos em pessoas jurídicas de direito privado sem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com órgãos da administração pública. Em junho desse ano, o plenário do Cofecon aprovou mudanças no

Regimento Geral da entidade para atender à lei aprovada no mês anterior, mas manifestava, na primeira edição do *Cofecon Notícias*, a discordância das entidades de economia em relação à alteração imposta pela Lei 9.649.<sup>3</sup> Os Conselhos de fiscalização profissional propuseram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 1717-DF) contra o artigo 58 da lei, obtendo, no Supremo Tribunal Federal, a suspensão cautelar de seus efeitos.

Em 2001, o deputado Pedro Henry apresentou Proposta de Emenda à Constituição (PEC 328/2001) que reiterava o disposto no artigo 58 da Lei 9.649: o artigo 5º – inciso XIII – da Constituição Federal passaria a ter a seguinte redação: “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais estabelecidas em lei, cujo cumprimento somente poderá ser objeto de fiscalização por entidade de direito privado constituída pelos profissionais interessados, legalmente autorizada e disciplinada”.

Em reunião com o deputado, o presidente do Cofecon, Carlos Roberto de Castro, argumentou que, sendo a fiscalização profissional uma atividade de caráter público, era incompatível que os Conselhos fossem entidades de direito privado. Em resposta, o deputado justificou-se dizendo que o objetivo da PEC era evitar que os funcionários dos Conselhos fossem considerados funcionários públicos.<sup>4</sup> Como em novembro de 2002, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade do artigo 58 da Lei 9.649, a proposta de transformar os Conselhos em entidades de natureza privada foi superada.

Da parte dos economistas havia demandas para mudanças na regulamentação da profissão: em 1995 foi criada uma Comissão Especial no Cofecon para propor alterações na Lei 1.411 a fim de atualizar os dispositivos referentes ao campo profissional do economista.<sup>5</sup> A questão das profissões no Mercosul<sup>6</sup> e o surgimento de novos campos de atuação do economista (como a perícia judicial) eram indicados como alguns dos temas a serem tratados. Na verdade, havia a preocupação de preservar determinadas atividades como prerrogativas dos economistas, evitando que fossem consideradas exclusivas de outras profissões.

É interessante notar que no XVIII SINCE, realizado em Ouro Preto em setembro de 2000, foi aprovada proposta para criação de comissões, nos Conselhos Regionais, para traçar, definir e implementar critérios para defesa do mercado de trabalho do economista em áreas compartilhadas com profissões correlatas<sup>7</sup>, sugerindo a emergência de uma nova perspectiva no tratamento dos conflitos de competência. Essa preocupação

também estava presente na proposta de projeto de lei para a reforma da Lei 1.411, entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, em abril de 2002. O breve relato acima indica que o período em foco exigiu grande atenção do Cofecon para temas relacionados à regulamentação da profissão, com gestões junto ao Legislativo e mesmo com ações na Justiça. Ao fim, não se verificou uma mudança radical nas principais normas relacionadas à profissão, porém as discussões em torno do tema certamente contribuíram para que os economistas atualizassem sua visão dos problemas da regulamentação.

Já o sistema Cofecon/Corecons passou por mudanças significativas, anunciadas ao fim do período anterior com a decisão de elevar o número de conselheiros do Cofecon de 12 para 15. Mais importante do que o número de conselheiros era a sua distribuição regional, pois esse aumento respondera à demanda dos médios e pequenos Conselhos Regionais. No SINCE de 2000 houve acordo para distribuição das vagas no Conselho com base em critério proporcional ao número de economistas em condições de voto por conselho regional:

Grandes Conselhos (com mais de 8.000 economistas): São Paulo e Rio de Janeiro, sendo 3 vagas para São Paulo e 2 vagas para Rio de Janeiro.

Conselhos médios (de 1.001 a 8.000 economistas): Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia e Santa Catarina, sendo uma vaga para cada.

As quatro vagas restantes seriam distribuídas entre demais Conselhos (com até 1.000 economistas), num sistema de rodízio previamente estabelecido. Desse modo, procurava-se garantir a representação de todos os Conselhos Regionais, mantendo o respeito à proporcionalidade do número de economistas de cada um.

Essa mudança expressa também a crescente importância dos SINCES como um espaço de reflexão sobre os problemas da profissão: por meio de grupos de trabalho previamente estabelecidos, cada SINCE debatia temas relevantes que davam origem a propostas de ação. O Plenário do Cofecon, recebidas as propostas, procurava implementá-las, ponderadas sua viabilidade legal e material. Um exemplo, não o mais importante, mas expressivo do peso das deliberações dos SINCES, foi a mudança da sede do Cofecon para Brasília. Há muitos anos se considerava essa possibilidade, tanto que o Cofecon havia adquirido algumas salas na capital do País. Utilizava-as em parte para a representação da entidade, alugava as demais para o Corecon-DF e para terceiros. No SINCE do ano 2000, realizado em Ouro Preto,



deliberou-se pela mudança da sede do Rio de Janeiro para Brasília, o que foi efetivado no ano seguinte. Em novembro de 2001 ocorreu a primeira reunião do Plenário na nova sede.

As questões relativas à regulamentação da profissão e ao funcionamento do sistema Cofecon/Corecons constituíram um foco central das preocupações no Plenário do Cofecon e nos SINCEs. No entanto, outro tema ganhou espaço crescente nas reflexões dos economistas sob a ótica de que a defesa da profissão envolvia outros aspectos. A noção de “valorização profissional” (nome de uma das comissões do Plenário do Cofecon) indica que a formação sólida do economista é um dos principais instrumentos de defesa da profissão. Um claro exemplo dessa preocupação está nos resultados do XVIII SINCE (do ano 2000): dos sete temas levados à Plenária Final do Simpósio, quatro se relacionavam à formação do economista: Avaliação da qualidade (Provão) e métodos alternativos; Requalificação profissional; Flexibilização dos currículos; Interdisciplinaridade e novos requisitos do mercado de trabalho.<sup>8</sup>

Nas sessões plenárias do Cofecon, questões relativas à formação do economista também estavam presentes regularmente. Questão central e um dos focos de atenção nesses anos foi a proposta do Ministério da Educação de alteração do currículo mínimo do curso de graduação em Economia. A questão ganhou vulto no ano de 1998, diante da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que também definia diretrizes gerais para o ensino superior. Em relação ao curso de graduação em Economia, a manifestação de diversas entidades era pela manutenção do currículo mínimo estabelecido em 1984.

No Cofecon, a Comissão de Articulação e Melhoria do Ensino promoveu ações na defesa desse currículo. Na presidência de Luiz Carlos Delorme Prado, a comissão contou com a participação dos professores José Rubens Garlipp (da Ange), Antonio Maria da Silveira (da Anpec) e Armando Dias Mendes (que participara da elaboração do currículo de 1984) para redigir um documento enviado ao Ministro da Educação e Desporto, Paulo Renato de Souza, “defendendo a manutenção integral da Resolução CFE nº II/84, que fixa as normas de operação dos cursos de graduação em economia”.<sup>9</sup> Ainda no ano de 1998, o Cofecon, em audiência com o Ministro da Educação, obteve a promessa de participar da preparação do Exame Nacional de Cursos (o “Provão”). O Cofecon indicaria cinco nomes, assim como a Ange, o Crub (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras) e a Comissão de Especialistas do MEC. Uma comissão de sete membros seria escolhida a

partir dessa lista de vinte nomes.<sup>10</sup> Desse modo, o Cofecon pôde participar da elaboração das provas que avaliavam o desempenho dos alunos que concluíam o curso de graduação em Economia.

Já a questão das diretrizes curriculares se arrastou no tempo: no ano de 2002, o Cofecon ainda faz gestões junto ao MEC e ao Conselho Federal de Educação no sentido de evitar a descaracterização do curso de Economia. Na Plenária de 23 de fevereiro daquele ano, o presidente do Cofecon, Carlos Roberto de Castro relatou a reunião que teve com o Prof. José Carlos Almeida da Silva, relator do curso de Economia no Conselho Federal de Educação, manifestando sua preocupação com a manutenção da monografia e com a maior autonomia para a organização da grade curricular. No dia 28 desse mês, Cofecon, Fenecon, Ange e Anpec elaboraram, em Brasília, o documento “Manifestação das Entidades Profissionais e Acadêmicas representativas dos Economistas sobre as novas diretrizes curriculares do curso de Ciências Econômicas”, e o encaminharam ao Conselho Federal de Educação em 11 de março de 2002.<sup>11</sup> A atenção dada pelo Cofecon nos dois casos – diretrizes curriculares e Provão – se insere nas ações destinadas a garantir uma sólida formação aos economistas como condição fundamental para a valorização e defesa da profissão.

Várias outras ações do Cofecon tinham o mesmo objetivo. Um parecer contrário ao registro de profissionais com diplomas de cursos sequenciais, aprovado pelo Plenário, evitava que a formação deficiente desses profissionais, com cerca de metade de número de horas de um curso de graduação regular, comprometesse a imagem do economista diante da sociedade.<sup>12</sup> A questão da qualidade dos cursos de graduação em Economia também era levantada, embora se reconhecesse que a avaliação feita por meio do Provão já avançara nessa direção.

O estímulo aos estudantes de Economia e aos economistas era efetivado pela concessão do Prêmio Brasil de Economia. Inicialmente destinado a contemplar monografias de graduação, o Cofecon ampliou o escopo do Prêmio ao abrir novas categorias, como dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, artigos e livros. O Convênio com a Cepal – Comissão Econômica para a América Latina – facilitou o acesso dos economistas às importantes publicações desse organismo da ONU e também propiciou a participação de representantes dessa entidade em atividades organizadas pelo Cofecon. O apoio a cursos e encontros realizados pelos Conselhos Regionais também se inscreve nessa mesma política: se o foco inicial é a formação do economista no curso de graduação, todas as atividades que



*Evento de apresentação dos Programas Econômicos dos partidos políticos em 2002; nas fotos, as apresentações do PT e do PSDB.*





*Cofecon participa de órgão do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, liderado pelo ministro das Relações Institucionais e da Justiça, Tarso Genro 2003.*



enriquecem o conhecimento dos economistas atuam no sentido da valorização profissional da categoria.

Um evento emblemático da preocupação do Cofecon com a formação acadêmica do economista foi a concessão a Celso Furtado do título de Economista Emérito do Brasil, em cerimônia realizada no dia 9 de novembro de 2001 na sede do Cofecon em Brasília. O título resultou de uma moção apresentada ao XIV Congresso Brasileiro de Economistas (setembro de 2001 – Recife). Como esclarecia o então presidente do Cofecon, José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos, o título de Economista Emérito não era objeto de qualquer regulamento: “Ele é o resultado singular de uma unanimidade. Todos os economistas que se fizeram presentes ao XIV Congresso Brasileiro de Economistas concordaram nessa homenagem”.<sup>13</sup>

Essa homenagem a Furtado, enquanto economista, encerra um duplo significado: ele é o economista acadêmico cujas obras fazem parte da formação dos economistas brasileiros; mas ele é também o homem público permanentemente preocupado com os rumos do desenvolvimento da economia brasileira. E esta foi outra preocupação presente nas atividades do Cofecon: Se nos Congressos Brasileiros de Economistas, realizados a cada dois anos, os temas relativos à economia brasileira ocupavam lugar central, no Plenário do Cofecon as discussões sobre as questões mais relevantes e mais urgentes tinham espaço privilegiado. Além disso, os Encontros organizados pelos Regionais (de Economistas do Nordeste, do Sul e do Centro Oeste) tratavam principalmente dos temas relacionados às economias de cada região. Desse modo, o sistema Cofecon/Corecons se tornava um fórum permanente para o debate dos grandes temas econômicos e sociais nacionais e regionais.

Em maio de 1996, a Comissão de Política Econômica e Social trazia dois textos para discussão no Plenário: “Programa de desestatização do setor elétrico” e “Níveis atuais de desemprego gerados pela política econômica do governo federal”.<sup>14</sup> Em setembro do mesmo ano, dois dias da reunião plenária foram reservados para a realização do Seminário Internacional “Balanço das Políticas Liberais”.<sup>15</sup> Uma palestra do Prof. Rio Nogueira expôs os “Dilemas e Alternativas para a Previdência no Brasil”.<sup>16</sup>

A crise financeira que, de 1997 a 1999, afetou a Ásia, a Rússia e o Brasil motivou várias discussões no âmbito do Cofecon. Em janeiro de 1999, os conselheiros do Cofecon e representantes de Corecons participaram de debate sobre “O Brasil diante da crise: avaliação e alternativas”; em março, o economista e jornalista José Carlos de Assis apresentou uma proposta

alternativa de política econômica, mas sugerindo a importância de articulação de grandes fóruns de debates sobre o tema.

Na Plenária de maio de 1999, a conselheira Tânia Bacelar de Araújo relatou sua participação no “Tribunal da dívida externa”, evento realizado em abril no Rio de Janeiro com a presença dos economistas Maria da Conceição Tavares, Reinaldo Gonçalves e Theotônio dos Santos. No mês seguinte, no âmbito da Comissão de Política Econômica, a mesma conselheira conduziu debate sobre a política cambial com base em textos especialmente produzidos (“position papers”), tendo como comentaristas Otaviano Canuto e Carlos Antonio Luque. Ainda no ano de 1999, o Cofecon participou da organização do seminário “Sistema Financeiro Brasileiro e alternativas de desenvolvimento para o país”, realizado na Câmara dos Deputados em 20 de outubro; e em 5 de novembro, no Plenário do Cofecon o debate versou sobre a “Retomada do Crescimento”.<sup>17</sup>

As preocupações do Cofecon com os rumos da economia brasileira apareciam também nos documentos aprovados ao final de cada Congresso Brasileiro de Economistas. Entre 1995 e 1999, a tônica dominante era contrapor ao sucesso da política anti-inflacionária diversos problemas que afligiam a população brasileira. O documento aprovado no XI Congresso (Salvador, novembro de 1995), “Em defesa de um desenvolvimento participativo”, admitia o “relativo sucesso do plano de estabilização”, porém questionava vários aspectos da política econômica: taxas de juros elevadas; política cambial; política de privatizações “regida por óticas meramente financeira e fiscal, de curto prazo; ausência de política agrícola consistente e inexistência de políticas de desenvolvimento regional, entre outras questões”. Ao fim, concluía afirmando: “Devemos trabalhar na construção de um projeto de desenvolvimento novo, com justiça social e sem exclusão. É nesse sentido que fazemos um chamamento à totalidade dos economistas e à sociedade em geral para o debate e a construção de um projeto alternativo”.<sup>18</sup>

A “Carta de Fortaleza”, divulgada em 12 de setembro de 1997, ao fim do XII Congresso Brasileiro de Economistas, reafirmava o exposto na declaração de Salvador:

“Em Salvador (1995) já chamávamos atenção para diversos problemas do Plano Real. Agora ficou mais explícita a natureza excludente da ação econômica em curso, cujas políticas de compensação ficaram reduzidas ao Comunidade Solidária. Ficou, também, muito transparente como a riqueza pública está sendo transferida para grupos que estão se constituindo em

grandes monopólios privados. Privatizações de empresas e concessões têm sido a forma principal de enriquecimento aberta ao capital pelo governo”. E acrescentavam:

“Os economistas reunidos em Fortaleza retomam a ideia de que é fundamental reavivar o sentido da construção de um projeto de desenvolvimento nacional solidário e justo, firmado na democracia, que só é possível com a eliminação da exclusão social. Projeto capaz de articular preponderantemente os grandes interesses nacionais como forma de ganhar expressão e autonomia face aos interesses de outras nações”.<sup>19</sup>

Não era diferente o tom da Carta do Rio de Janeiro, aprovada no XIII Congresso Brasileiro de Economistas em 12 de setembro de 1999. Certamente, a conjuntura de crise aguda que atingiu o Brasil nesse momento tornava mais incisivas algumas críticas à condução da política econômica. O XIII Congresso Brasileiro, realizado conjuntamente com o VII Congresso de Economistas da América Latina, ressaltava que a crise não era um problema brasileiro pois afetava os demais países latino-americanos:

“O VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe e XIII Congresso Brasileiro de Economistas se realizam numa região mergulhada em recessão econômica, com índices de desemprego alarmantes e submetida, mais uma vez, a uma grande vulnerabilidade externa. Essa situação resulta da aplicação de políticas econômicas que, nas últimas décadas, submeteram os países do continente a “ajustes estruturais” receitados como remédio único e inevitável para enfrentar os problemas de suas sociedades”.

Na Carta, os economistas reconheciam que a inflação havia sido controlada na maior parte da região, mas arrolavam os efeitos perversos das políticas que haviam sido adotadas: recessão, desemprego, aumento dos encargos da dívida externa e interna, modelo de privatização, desregulamentação financeira e juros elevados são alguns dos tópicos discutidos na Carta. As propostas enfatizam a possibilidade de inserção soberana dos países da região na ordem mundial, a importância da construção de instituições democráticas, a subordinação das políticas monetária, cambial e fiscal à promoção do crescimento e à busca do pleno emprego e:

“Sugerem, enfim, a erradicação da miséria e o combate à pobreza enquanto bases constitutivas de um novo projeto de desenvolvimento, a ser financiado por reformas tributárias orientadas para a progressividade, para a distribuição de renda e da riqueza, e onde o incremento dos investimentos em seguridade social incluindo-se os programas de renda mínima, recebiam a prioridade necessária”.<sup>20</sup>

No XIV Congresso Brasileiro de Economistas, realizado em Recife de 10 a 14 de setembro de 2001, a mesma perspectiva estava presente: o mote do Congresso foi “Inserção soberana e inclusão social”, tema central explorado pela Carta do Rio de Janeiro.<sup>21</sup>

O agravamento da crise no ano de 2002 propôs ao Cofecon a necessidade de refletir regularmente sobre os problemas da economia brasileira. Em reunião de dezembro, o presidente comunicou que a Comissão de Política Econômica passaria a apresentar textos sobre temas da conjuntura (position papers) que seriam discutidos pelo Plenário e, aprovados, enviados à imprensa como contribuição do Cofecon ao debate econômico e publicados no *Cofecon Notícias*. Nessa reunião de dezembro, o conselheiro João Paulo de Almeida Magalhães apresentou o sumário do texto “A retomada do desenvolvimento e os constrangimentos cambial e fiscal”, cuja tese era de que o problema cambial do Brasil (cujo corolário é o déficit fiscal) é do tipo estrutural tendo resultado de vinte anos de política neoliberal.<sup>22</sup>

Estes exemplos mostram que o debate dos principais temas da economia brasileira – tanto da conjuntura quanto do desenvolvimento – absorveu o Cofecon, especialmente nos momentos em que crises provocavam estrangulamentos de diversas ordens (cambial, fiscal, desemprego, recessão etc.). Embora não se tratasse de uma atribuição legal da entidade, essa reflexão se impunha como contribuição para a melhor compreensão dos problemas econômicos e das alternativas possíveis às diretrizes então em vigor. Em meio às suas atividades estatutárias quotidianas, o Cofecon não pode se furtar a uma imposição inerente à sua condição de entidade representativa dos economistas brasileiros.

Logo no segundo mês do primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, o Cofecon se posicionou com um “manifesto” aprovado pelo Plenário do órgão em 22 de fevereiro de 2003, que criticava a política econômica seguida pelo primeiro presidente eleito do PT. O texto dava continuidade à modalidade dos “position papers”, elaborados a partir de uma análise da condução da política econômica realizada pela Comissão de Política Econômica, depois divulgada aos economistas e à sociedade em geral. O manifesto expressava a preocupação com os rumos da economia e a manutenção de uma política de desenvolvimento:

“O Presidente Lula foi eleito com base na promessa de proporcionar ao País uma nova política econômica. Diante do expresso compromisso de mudanças, críticas vêm se generalizando no sentido de que o Governo continua a agir exatamente como seu antecessor.



“A experiência concreta e a literatura especializada têm demonstrado que no período imediatamente posterior à vitória eleitoral as medidas duras e difíceis são mais facilmente aceitas. Embora o comportamento conservador de parte da equipe econômica seja justificável, ele não deixa de conter aspectos negativos em termos de oportunidade perdida.

“O quadro existente é, de fato, preocupante inclusive pela ameaça de escapar ao controle. Do ponto de vista social temos, além do nível inaceitável de concentração de renda, a incapacidade da economia absorver 1,5 milhão de novos trabalhadores que se apresentam anualmente ao mercado.

“As políticas monetária e fiscal restritivas tomadas nas últimas semanas reproduzem a estratégia fracassada do governo anterior. Nesse sentido, o período de transição deve ser entendido como início de mudanças e transformações graduais e significativas, e não de simples pretexto para o medo de ousar.

“Nossos problemas atuais resultam, fundamentalmente, da ruptura do processo de desenvolvimento que já se prolonga há duas décadas. Eles, portanto, só serão resolvidos no contexto de política econômica que assegure a retomada do desenvolvimento. A nova política econômica deve ser julgada essencialmente em função do atendimento a esse requisito”.<sup>23</sup>

Com este posicionamento, nas palavras do presidente Carlos Roberto de Castro – eleito para um segundo mandato –, o Cofecon “vai buscar sua participação de maneira mais efetiva nos debates mais relevantes e que dizem respeito à sociedade, de modo geral, e aos economistas, de forma mais particular. Queremos inserir os economistas, institucionalmente representados pelo Sistema Cofecon/Corecons, nos grandes debates deste país para informar, esclarecer, elaborar e difundir as ideias econômicas. Os economistas não pecarão por omissão”.<sup>24</sup>

O lançamento desta nova modalidade de atuação, resultado de acompanhamento e avaliação sistemáticos da política governamental e a tomada pública de posição, estava integrada em uma estratégia ampla de tornar os economistas presentes de forma mais acentuada nos debates no País. Nesta direção, o Cofecon organizou em 2003 seminários nacionais sobre “Reforma da Previdência em Debate”, “Reforma Tributária e Autonomia do Banco Central”, além de apoiar, em julho de 2003, o já tradicional Encontro das Entidades de Economistas do Nordeste.

“Ultimamente, temos ouvido muito falar em ‘protagonismo’. Diz-se, por exemplo, que o Brasil deve assumir maior protagonismo no cenário mundial; ou que o Governo deve (ou não deve) assumir maior protagonismo na

ordem econômica”, escreveu o presidente do Cofecon, Carlos Roberto de Castro, em editorial da revista do órgão federal, acrescentando: “A palavra não é nova. Mas o seu uso, relacionado a medidas de política econômica, é, de certa forma, recente. E se tal vocábulo, que vem do grego ‘protagonistés’ e significa a personagem principal de uma peça teatral, de um romance ou de um filme, nada mais razoável que seu emprego se amplie, pois utilizamos a palavra ‘cenário’ para referência ao ambiente econômico”.<sup>25</sup>

Em julho de 2003 o Cofecon se manifestou de forma mais contundente em relação à política econômica com a divulgação de um Manifesto intitulado “Crescimento Econômico e Justiça Social”, no qual afirmou: “Tendo em vista o aumento do desemprego, a contínua queda da renda das famílias, o rigoroso contingenciamento do orçamento federal, o acirramento da violência, a manutenção das altas taxas de juros e a real ameaça de se estabelecer no País uma crise econômica sem precedentes, provocando um maior esgarçamento do nosso já combalido tecido social, consideramos urgentes providências no sentido de”, entre outras, “abandono das práticas do fundamentalismo econômico de mercado, que se estabeleceu no governo anterior e vem sendo reforçado no atual” e uma série de outras medidas.<sup>26</sup>

Em setembro de 2003 foi realizado em Brasília o xv Congresso Brasileiro de Economistas, cujos eixos temáticos eram: “Um Novo Projeto para o Brasil”, “Os Desafios da Transição” e a “Retomada do Desenvolvimento”, evidenciando a preocupação do Cofecon com o que considerava a necessidade de novos rumos na política econômica. Em manifesto intitulado “Carta de Brasília”, os economistas reiteraram a crítica ao governo:

“Estabilizar primeiro e aumentar o emprego depois parece ser a orientação do governo Lula nos seus primeiros meses. Entretanto, juro alto, arrocho fiscal e apreciação cambial não garantem a queda sustentável da inflação. Essas políticas reduzem a taxa de crescimento econômico, aumentam o desemprego e a exclusão social. Assim, o Governo comete um erro estratégico ao condicionar a retomada do desenvolvimento à prévia consecução dos equilíbrios, cambial, fiscal e monetário, dado que estes só poderão ser obtidos, de forma segura e permanente, com o crescimento acelerado da economia”.<sup>27</sup>

O xv Congresso Brasileiro de Economistas dedicou ainda amplo espaço à discussão do currículo, já que o sistema Cofecon/Corecons entendia que as propostas de novas diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação, apresentadas em 2002, não atendiam ao que as entidades consideravam como adequado à formação dos economistas. Entre as propostas

do ministério para vários cursos de graduação estavam a flexibilização do currículo, que levaria ao fim do currículo mínimo, o fim da monografia e a redução da duração do próprio curso.

Contra estas propostas, consideradas inaceitáveis, o Cofecon propunha: obrigatoriedade da monografia para a conclusão do curso, fixação de pelo menos 50% da carga horária destinada a um currículo mínimo comum a todos os cursos de Ciências Econômicas do País, pluralismo metodológico, carga mínima de 2.700 horas e quatro anos de curso. Num esforço conjunto que uniu diversas entidades representativas da profissão, o órgão máximo dos economistas atuou nesta discussão junto com a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange), a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec) e a Federação Nacional dos Economistas (Fenecon). A defesa da monografia como parte importante do currículo foi enfatizada na entrega do Prêmio Brasil Economia em 9 de maio de 2003, nas palavras do presidente do Cofecon: “Não existe possibilidade de sucesso para os profissionais de Economia sem que lhes sejam propiciadas as oportunidades para se tornarem ‘teóricos’ no melhor sentido dessa palavra”.<sup>28</sup>

O Cofecon encomendara ao professor Armando Dias Mendes um documento que analisava as propostas curriculares e que foi intitulado de “Andaimos (e Tapumes) que Cercam a Edificação dos Ecônomos”, apresentado no VIII Encontro dos Economistas da Região Sul, realizado em Porto Alegre em 10 e 11 de julho de 2003 e em diversos outros fóruns de economistas. Em 6 de novembro de 2003 o Cofecon entregou ao Conselho Nacional de Educação uma proposta alternativa ao currículo proposto por aquele órgão do Ministério da Educação.

### O Nordeste no quadro mundial

Em julho de 2003 foi realizado o xx Encontro de Entidades de Economia do Nordeste, em Salvador, tendo como tema “O Nordeste no quadro mundial”. Conforme a Carta divulgada ao final do encontro, em 4 de julho de 2003, os economistas presentes avaliavam que, sob a pressão da globalização, o Nordeste estava superando uma posição subordinada. É interessante conhecer a íntegra da Carta, que analisou e apontou o horizonte de uma transformação econômica e social que estava apenas começando:

“Há um dinamismo próprio da inserção internacional a ser avaliado, compreendendo a participação de capitais internacionais e locais, que pas-

sam a operar com referenciais transnacionais, diferenciando-se dos padrões de participação na economia nacional que se estruturaram desde a década de 1950. Dessa forma, o Nordeste passa a ter papel específico no contexto dos relacionamentos do Brasil com América do Norte, a Europa, a África e com países do Oriente, inserindo-se no mapa mundial, ampliando atividades sustentadas pelo mercado internacional, que se desenvolvem separadamente do modelo exportador comandado pelos centros industriais do país.

“Nestas condições, torna-se necessário superar a visão condescendente e paternalista das regiões mais ricas, assim como a concepção simplista da Região, como um conjunto de Estados atrasados, irmanados por problemas comuns, para entendê-la diversificada, com variadas condições de formação de capital e de crescimento, principalmente abrigando novas tendências de dinamismo no novo ambiente de internacionalidade, cujos capitais olham para o mercado externo como prioridade frente ao mercado do sul do país, e aspiram a um desempenho de exportações.

“A despeito disso, ocorre a continuidade do poder político e de suas articulações na esfera federal que tem sido um elemento decisivo em aspectos tais como no preenchimento de cargos públicos significativos na concentração do crédito. O controle político do Nordeste sempre foi moeda de troca, que garantiu às oligarquias vantagens econômicas da esfera pública, permitindo-lhes posições vantajosas de formação de capital e de renda.

“A leitura do quadro político do Nordeste mostra tendências de renovação política, justamente a partir dos menores Estados. Além de contrastar com as lideranças regionais, essa renovação mostra-se como representação de forças locais que não dependem das articulações nacionais. A política regional, concebida para o Nordeste desde o início da década de 1990, oscila entre meros desdobramentos de políticas nacionais concentradoras. Assim, houve propostas irrelevantes que não levaram em conta seriamente os processos de transformação e os conflitos na região. Nesse aspecto, até agora, nada parece ter mudado e não se vislumbra qualquer proposta inovadora.

“No momento, apenas se pretende recriar a Sudene, sem considerar a visão atualizada da realidade e sem discutir amplamente o planejamento regional à luz das novas estratégias adotadas para o desenvolvimento dos Estados nordestinos. Desconsidera-se a autonomia federativa, as novas lideranças políticas e do setor privado da economia do Nordeste, sem esquecer que a subordinação à política econômica que se mantém no País, significa o risco de frustrar, mais uma vez, a oportunidade de instituir-se um processo real de modernização socioeconômica do Nordeste”.<sup>29</sup>

## Poucas profissões têm tantas possibilidades

Entre as ações relativas à valorização profissional do economista, vale destacar a iniciativa aprovada no Simpósio Nacional dos Conselhos de Cuiabá em 2002 e que desencadeou, em 2003, uma campanha incluindo cartazes, folders, banners e adesivos de carro, tendo slogans como: “Economista. Poucas profissões têm tantas possibilidades” e as frases: “Do mercado financeiro ao supermercado”, “Do banco da cidade ao banco da universidade” e “Da ponta do lápis à tecnologia de ponta”.

No plano político, o Cofecon pleiteou participar institucionalmente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado pelo governo Lula com 83 integrantes e, em resposta, foi convidado a integrar o Grupo Temático Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento e, depois, o Grupo de Acompanhamento de Conjuntura Econômica.

No final de 2003, para se tornar mais eficiente e ágil, o Cofecon decidiu empreender uma reforma da estrutura administrativa do sistema dos Conselhos e elaborou o Manual de Procedimentos e o Plano de Cargos e Salários, Progressão Funcional e Funções de Confiança.<sup>30</sup> A reforma, implementada em 2004, incluiu a criação do cargo de superintendente, profissional que deveria coordenar e supervisionar todas as ações técnicas e administrativas do Cofecon.

Uma pesquisa realizada sobre a estrutura e o funcionamento dos Corecons de todo o País revelou que, dos 26 Corecons, 14 possuíam sede própria e nove estavam em prédio alugado (dois de outra forma e um não respondeu). Seis Conselhos Regionais mantinham delegacias regionais, perfazendo um total de 41 delegacias. Vinte dos Conselhos mantinham algum tipo de informativo dirigido aos economistas. Dez Corecons mantinham um a dois funcionários. Em relação à fiscalização, ficou constatado que 12 Corecons não a realizavam e, dos que a faziam, em nove Regionais era uma atividade diária.

Em relação às atividades, um total de 84% dos Corecons programava uma Semana do Economista, 72% dos Corecons ofereciam palestras técnicas, 64% ministrava cursos de capacitação e 60% promovia um concurso de monografias. Havia 84 mil economistas registrados nos Conselhos Regionais, dos quais apenas 13% inativos, o que representa quase 74 mil economistas em atividade; destes, 42 mil estavam quites com a anuidade.<sup>31</sup>

A defesa da profissão seguia uma constante entre as prioridades de atuação do órgão federal e o Cofecon enviou uma solicitação à Polícia Fe-

deral para que os economistas fossem incluídos como profissão habilitada a frequentar o curso de perito, especialmente para tratar de assuntos como crimes de ordem financeira, o que foi atendido pela PF. Segundo pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, em 85% dos processos que utilizavam perícia estava envolvida matéria de natureza econômica ou financeira, mesmo que em geral envolvesse perícia contábil ou fosse assim denominada.<sup>32</sup>

### Construção da Cidadania e Inserção Social

O XX SINCE, realizado em Belém, em 7 de setembro de 2004, durante a presidência de Humberto Tannús Júnior, teve como tema “Construção da Cidadania e Inserção Social”. Segundo o presidente Tannús: “De Norte a Sul do País, os economistas se fizeram representar. Os sotaques eram muitos e diversos, mas ao final do evento foi com satisfação que percebemos falar todos uma mesma língua. No que pesem as divergências de opinião, conseguimos votar propostas que apontavam no sentido da melhoria do Sistema. Houve sim muita polêmica e momentos de acalorada discussão – como no caso da eleição direta para presidentes do Federal e dos Regionais – mas nem por isso deixamos que os interesses individuais falassem mais alto que os da categoria”.<sup>33</sup>

O XX SINCE aprovou o sistema de eleições diretas para eleger os presidentes dos Corecons junto à eleição anual que renova os Plenários, mas manteve a forma eleitoral existente para o órgão federal, conforme a composição definida no SINCE de Ouro Preto em 2000. O encontro de 2004 aprovou ainda que as duas vagas de suplentes ocupadas por conselheiros de São Paulo e do Rio de Janeiro passariam, ao término dos mandatos, a ser ocupadas por representantes dos Estados do Amapá e de Tocantins; também foram realizadas reclassificações de grupos de Conselhos Regionais segundo os critérios que haviam sido definidos em 2000.

O XX SINCE homenageou o economista Celso Furtado “pelo conjunto de sua obra e inestimável contribuição à formação do pensamento econômico”. Furtado, de 84 anos, foi representado por seu filho André Furtado, economista e professor, mas agradeceu à plateia em Belém por meio de um telão. Celso Furtado faleceria pouco mais de dois meses após a homenagem, em 20 de novembro de 2004.

O XVI Congresso Brasileiro de Economistas foi realizado em outubro de 2005, tendo como tema central “Gastos Sociais, Crescimento e Distribuição de Renda”. Além da presença, na abertura do evento, do vice-presi-



*XIX Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia – SINCCE realizado em Cuiabá, 2002.*



*Entrega do XI Prêmio Brasil de Economia no XX Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia – SINCCE realizado em Belém, 2004.*



*Entrega do Anteprojeto de Lei ao presidente da Câmara Federal, Aécio Neves, 2002.*



À ESQUERDA

*Vice-presidente da República, José de Alencar, discursa no XVI Congresso Brasileiro de Economistas, em Florianópolis, 2005.*

ABAIXO

*Estande do Cofecon no XVI Congresso Brasileiro de Economistas, em Florianópolis, 2005.*





dente da República, José de Alencar, a conferência inaugural foi proferida por Carlos Lessa, com o título de “Projeto Nacional de Desenvolvimento”. Sobre o Congresso, o presidente do Cofecon, Sidney Pascoutto da Rocha, afirmou:

“Esse Congresso, para nós, tem um significado muito especial. Nós estamos há 20 anos com um debate econômico interditado. A mídia impressa e falada funciona como o grande veículo da hegemonia da ideia de a que política econômica que vem sendo executada no país, nos últimos 15 anos, e que continua em curso, é a única possível. (...) Ano após ano ouvimos ‘vamos apertar hoje, porque o aperto de hoje vai garantir um ano que vem melhor. Mais um aperto esse ano porque o ano que vem vai ser melhor’. E nessa trajetória estamos há 25 anos com uma taxa média de crescimento de 2%”.

O presidente Pascoutto reafirmou a necessidade de um projeto de desenvolvimento nacional que gere empregos<sup>34</sup> e reiterou que o grande desafio que se apresentava ao Brasil era “construir um Projeto Nacional de Desenvolvimento”; disse ainda ter ficado perdida em um passado cada vez mais distante a época em que a juventude podia sonhar com mobilidade social: “O Brasil precisa oferecer perspectivas aos jovens e os economistas têm um papel fundamental neste processo de mudança – que conduza o País à justiça social – com menos exclusão e violência”.<sup>35</sup>

Ao fazer o balanço de sua gestão em 2005, Sidney Pascoutto da Rocha ressaltou a realização do primeiro curso de formação de fiscais da profissão realizado em dezembro daquele ano. O curso foi frequentado pelos profissionais que já trabalhavam na fiscalização e também pelos recém-aprovados nos concursos para fiscais nos Conselhos Regionais.

Em 2005 foram finalmente regulamentadas as Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Econômicas pelo CNE e o resultado final acolheu a maior parte das sugestões do Cofecon e outras entidades de economistas, com a manutenção de 50% de currículo mínimo obrigatório e também da obrigatoriedade da monografia.

Em 2005 o Corecon-RS outorgou à ministra Dilma Rousseff o título de “Economista do Ano 2005” em solenidade realizada em Porto Alegre que contou com a presença da atual Presidenta da República.

O XXI SINCE, realizado em Vitória, entre 27 e 29 de julho de 2006, sob a presidência de Synésio Batista da Costa, teve como tema central o “Desenvolvimento Sustentável”. A abertura da Plenária contou com a participação de representantes dos 26 Corecons, mantendo-se, no entanto, o sistema de

votação com 15 integrantes de 12 Estados: São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Rondônia, Bahia e Mato Grosso. No SINCE, os 29 conselheiros, um por Conselho Regional, compunham o fórum deliberador, mantendo-se três representantes para São Paulo e dois para o Rio de Janeiro.<sup>36</sup>

Ainda em 2006 o Cofecon transformou o antigo Fórum de Presidentes no Conselho Consultivo Superior do Sistema Cofecon/Corecons. Naquele ano, o Fórum manteve encontros com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e com o ex-secretário de Política Econômica do governo federal, Luiz Gonzaga Belluzo. O Cofecon também lançou em setembro de 2006 a publicação “Um Projeto para o Brasil: a força da unidade na diversidade”, com propostas de desenvolvimento para o País.

Em 4 de maio de 2006 se deu, em Brasília, o 1º Encontro das Faculdades de Economia do País com o Cofecon e os Conselhos Regionais. A pauta principal foi a necessidade de melhoria da qualidade do ensino de Economia no País; o Cofecon assumiu a responsabilidade de liderar a discussão para tornar compatível a formação de economista com o mercado de trabalho, levando em conta a diversidade regional. Um mapeamento do sistema Cofecon/Corecons em todo o País revelou que 25% do total de registros ativos (63.680) encontrava-se na faixa de 56-65 anos e apenas 11,8% na faixa de 20-35 anos, que concentra os recém-formados, o que indicava o afastamento entre os Corecons e as faculdades de Economia.

Ainda em 2006 foi inaugurada a galeria de fotografias de ex-presidentes do Cofecon, “como forma de valorizar e divulgar a história e o importante papel social que teve o Cofecon não só para a categoria de profissionais economistas como também à sociedade em geral, nesse pouco mais de meio século de existência”.<sup>37</sup> No plano administrativo foi realizado o I Workshop de Contadores do Sistema Cofecon/Corecons”, um workshop de gerentes e secretários executivos dos Corecons, o I Encontro dos Assessores Jurídicos e o I Encontro de Assessores de Imprensa do Sistema Cofecon/Corecons. Em maio de 2006, em Brasília, foi realizado o I Encontro de Coordenadores de Cursos de Economia. No ano seguinte foram realizados sete Encontros Regionais de coordenadores de cursos.

Uma ampla reforma realizada em duas etapas, 2006 e 2007, na sede do Cofecon em Brasília, implicou na completa readequação do espaço físico, a derrubada das paredes existentes, a aquisição de arquivo deslizante, a troca de estações de trabalho e de equipamentos de informática, a aquisição de

um servidor para atender à demanda interna e a troca da central telefônica para a tecnologia digital.

Em 2007, o Cofecon implantou o programa “Transparência 100”, disponibilizando no site e enviando aos conselheiros as contas mensais da entidade. Ainda em 2007 o Cofecon forneceu sites semiprontos, nos mesmos moldes do site do Cofecon, para Corecons que não dispunham desta ferramenta: Acre, Amapá, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

Em 2007 questões de reconhecimento da profissão continuavam na pauta e exigiam a atuação do Cofecon e de outras entidades, como a Federação Nacional dos Economistas, entre elas pleitos à Caixa Econômica Federal, que extinguiu o quadro de economistas do seu Plano de Cargos; à Escola de Administração do Exército, que limitava o direito de os economistas participarem de seus concursos e seleções públicas, e à Infraero, que admitia poucos economistas em relação a outras categorias profissionais.<sup>38</sup>

Retomando uma discussão sobre a representação dos Corecons na Plenária do órgão federal – embora estivesse em vigência a Lei 6.537/78, que instituiu a Assembleia de Delegados-Eleitores –, em 2007 o Cofecon “federalizou” seu Plenário, realizando a eleição de 18 conselheiros efetivos e 27 conselheiros suplentes a partir da representação dos 26 Conselhos Regionais de Economia. Em 2008 o processo conhecido como “federalização” deu mais um passo, com a instituição do “Plenário Federalizado”, composto de 29 conselheiros efetivos, sendo três representantes do Estado de São Paulo, dois do Rio de Janeiro e um para cada um dos demais 24 Conselhos Regionais.

O debate sobre a representação dos Corecons no Plenário no Cofecon desencadeou um impasse político e jurídico após a eleição de final de 2007, que levou a liminares, a nova eleição e, por fim, em abril de 2008, à posse de Pepeu Garcia como presidente e de Edivaldo Teixeira de Carvalho como vice-presidente. Em 2008, na gestão de Pepeu Garcia, com o intuito de implantar uma Gestão Compartilhada, foi instituída a Comissão de Gestão e Planejamento Estratégico, grupo criado para subsidiar e fornecer dados e elementos necessários para a tomada de decisões da diretoria do Cofecon. O Cofecon e o Corecon-SP promoveram em 26 e 27 de setembro de 2008 o 11 Encontro Brasileiro de Perícia, Avaliação e Auditoria Econômico-Financeira.

O XVIII Congresso Brasileiro de Economia, realizado no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, entre 16 e 18 de setembro de 2009, reuniu cerca de mil economistas. A sessão de abertura teve a presen-

ça do governador José Serra e da vice-prefeita Alda Marcantonio. O presidente Pepeu Garcia, ao dar as boas-vindas ao público, lembrou das eleições de 2010 e “falou da importância dos candidatos à presidência da República nas eleições do próximo ano de receberem os resultados das propostas dos economistas brasileiros, ouvirem e considerarem suas reflexões e projetos, contribuições de extrema importância para o País, dada a qualidade dos estudos de que são capazes”.<sup>39</sup>

Em 2009 mais um Corecon foi instalado: trata-se do Conselho Regional de Economia de Roraima, o Corecon-27ª Região, completando a presença de órgãos profissionais em todos os Estados da Federação. O novo Corecon, cuja aprovação se deu na 616ª sessão plenária em janeiro de 2009, foi desmembrado do Corecon-AM/RR. Na instalação do Corecon-RR, o presidente Pepeu Garcia destacou que “com a criação do Corecon-RR consolida-se o pacto federativo, uma vez que todos os Estados brasileiros contam com sua respectiva representação”, e conclamou os economistas de Roraima a “serem promotores do desenvolvimento sustentável”.<sup>40</sup>

Na capital, Boa Vista, existia desde 1981 uma Associação dos Economistas de Roraima, que, em vias de encerrar suas atividades, prometeu doar um terreno. Havia na cidade 630 economistas, dos quais 191 adimplentes com sua representação profissional, além de duas faculdades de ciências econômicas. O processo de criação tramitou durante dois anos e meio para garantir que o novo Corecon fosse sustentável.

### Programa Despachos Executivos

Entre as inovações de gestão introduzidas durante a presidência de Waldir Pereira Gomes, em 2010, está o “Programa Despachos Executivos”, por meio dos quais o presidente e seus assessores se reúnem com os presidentes dos Corecons para apresentar suas propostas de trabalho, discutir situações específicas regionais e buscar soluções de forma conjunta, propiciando um diálogo direto entre a presidência do Cofecon e cada um dos órgãos regionais.

“É uma inovação que agiliza a resolução de questões importantes para os Regionais. Os presidentes dos Corecons podem ter contato direto com a presidência do Conselho Federal”, afirmou o presidente Waldir. “Eles podem contar com o nosso apoio para seus trabalhos, dentro das necessidades locais e possibilidades do sistema”, explicou o vice-presidente Mário Sérgio Sallorenzo. O Programa incluiu todos os Conselhos Regionais a partir de

22 de abril de 2010, quando os presidentes dos Corecons de Santa Catarina, Paraíba e Rondônia se reuniram com a presidência do órgão federal em Brasília. Foram discutidos temas tais como fiscalização profissional, educação econômico-financeira, planos de cargos e salários, regimento interno, normas e procedimentos, auxílios financeiros e eventos regionais.

As reuniões se deram na capital federal, mas também em diferentes sedes dos Regionais, como as cidades de Salvador, Natal e Belém. Na capital paraense, por exemplo, além dos aspectos institucionais, o Corecon reuniu economistas para discutir questões gerais, incluindo a presidente do Sindicato dos Economistas do Estado do Pará, professores de Economia e um estudante da Universidade Federal do Pará. Coerentemente com o Programa Despachos Executivos, a revista do Cofecon abriu um espaço especial em suas páginas para noticiar atividades de cada Corecon do País.

O XXII SINCE foi realizado entre 1 e 3 de setembro de 2010 em Brasília, tendo como tema central “Desenvolvimento Econômico com Justiça Social”. Em seu discurso de abertura, o presidente Waldir Pereira Gomes afirmou:

“Quando o Cofecon discute as questões relativas à formação do economista, como discutirá neste evento, contribui para entregar à sociedade um cientista social mais capaz de atuar em sua transformação e na melhoria da qualidade de vida da população em geral.

“Isto é o que nós temos nos debruçado ao longo da própria atividade profissional e acadêmica. O economista busca o desenvolvimento econômico. E, para nós, o que significa desenvolvimento econômico? Elevação do padrão de vida da população. Nós economistas não podemos de forma alguma retardar a economia da educação, da saúde, do saneamento. Isso é inerente à própria condição do economista. A formação que nós recebemos, teórica, quantitativa, é sólida, o que nos dá um papel muito importante neste momento da história do Brasil, defendendo aquilo que talvez seja a maior preocupação de todos os governantes”.<sup>41</sup>

Os SINCEs se tornaram encontros tradicionais do Sistema Cofecon/ Corecons para discutir a formação profissional e o mercado de trabalho, a organização do próprio sistema e realizar uma análise do panorama econômico do País. Para tal, os presentes dividiram-se em três grupos de trabalho que apresentaram propostas concretas em cada uma das áreas. Ao final do encontro, a Carta de Brasília elogiou a taxa de crescimento ancorada na expansão do mercado interno, reconheceu os avanços econômicos e sociais realizados no País, incluindo o Programa Bolsa Família e a geração

de empregos formais, e mostrou preocupação com as taxas de crescimento e a vulnerabilidade das contas externas enfatizando:

“Importantes mudanças têm se processado na sociedade brasileira com progressos econômicos e institucionais de grande influência no seu horizonte de bem-estar: a estabilização dos preços e controle da inflação; a recuperação da confiança externa na economia brasileira e um novo paradigma da política econômica com regime de metas de inflação, taxa de câmbio flexível e austeridade fiscal, mediante o superávit primário”.<sup>42</sup>

Em outro trecho, diz a Carta: “A sociedade brasileira alcançou um patamar de criticidade tal que não aceitará adiar mais a superação do subdesenvolvimento. Por tal razão, acreditamos que o foco da política econômica deve ser o desenvolvimento econômico e social. (...) Essencial é que todo o processo de desenvolvimento econômico se dê de forma sustentável, com irrestrita obediência ao uso racional dos recursos naturais e à conservação e preservação ambiental. Do mesmo modo, o país só estará rumando para o pleno desenvolvimento se reduzir de forma substancial as enormes desigualdades entre suas regiões”.<sup>43</sup>

Em 2010, o Prêmio Personalidade do Ano, entregue pelo Cofecon desde 2004, foi concedido à economista Maria da Conceição Tavares. Antes dela já haviam recebido a honraria: Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, Armando Dias Mendes, Márcio Pochmann e Antônio Delfim Netto.

Para aprimorar a formação de seus próprios funcionários, em outubro de 2010 o Cofecon realizou em Pirenópolis, Goiás, o Programa de Desenvolvimento Humano para todos os funcionários. No plano político e educacional, o Cofecon apoiou o Projeto de Lei do Senado 232-10 que propõe alterar a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional para incluir no currículo do ensino fundamental e médio das escolas estudo de temas como noções de Economia. “No momento histórico que o Brasil está vivendo, é preciso pensar o que nós ensinamos às nossas crianças”, afirmou o senador Belini Meurer (PT-SC) ao se reunir com o presidente do Cofecon, acrescentando: “Aprendemos o que é oração coordenada sindética, aprendemos a altura do monte Everest, o nome dos Faraós do antigo Egito e nada de economia, sendo que a nossa vida é regida por processos econômicos”.<sup>44</sup>

Entre notícias do órgão federal e dos Corecons, artigos de análise e entrevista, a revista do Cofecon apresenta regularmente visões e perspectivas da profissão do economista, valorizando a diversidade de posturas e opi-

niões. Ao apresentar uma visão atual do perfil que deve ser o economista, Clélio Campolina Diniz, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, afirma:

“A economia é uma ciência humana, uma ciência social e, portanto, ela tem que ser capaz de interagir com as demais áreas disciplinares da humanidade, não se pode ser um bom economista sem uma boa formação em história, economia, política e outras disciplinas. Quer dizer, não podemos reduzir o campo da economia a algo muito técnico, quantificável e modelável, ou seja, não sou contra quantificação e a modelagem, mas elas não dão conta das várias dimensões de natureza social.

“O economista deve ter a capacidade de entender o funcionamento do sistema econômico, em suas diferentes dimensões e complexidades, a relação internacional, como se estrutura uma sociedade do ponto de vista do governo, do sistema empresarial, da sociedade capitalista e dos diferentes segmentos da sociedade civil. Então, esta é uma tarefa complexa, árdua e que exige do economista muita humildade e não arrogância, como normalmente acontece. Além disso, tentar interagir com as demais áreas de conhecimento e ter o foco voltado para a ideia de que a economia e a produção devem estar a serviço do interesse da sociedade e não simplesmente da geração de riqueza por si”.<sup>45</sup>

Com outra visão, ao analisar as perspectivas profissionais dos economistas, Marcelo Pereira de Mendonça, professor da PUC Minas, afirma: “Temos uma nova oportunidade para recuperar o nosso espaço no mercado de trabalho. Este novo ciclo de crescimento econômico que o País projeta para os próximos anos demandará diversos profissionais, inclusive muitos economistas. De acordo com os dados do Ministério do Trabalho (RAIS/CAGED), a criação de novos postos de trabalho para economistas (registrados em carteira) entre 2005 e 2008 cresceu na ordem de 124%. Entre os administradores de empresa o aumento foi de 57% e para os contadores de 89%. Em 2009, a crise econômica mundial provocou forte retração no mercado de trabalho para admissão e elevação dos desligamentos”.<sup>46</sup>

Segundo dados do Ministério da Educação, havia em 2008 um total de 6.685 estudantes de Economia no País, número expressivo mesmo diante do arrefecimento da procura pela carreira e do surgimento de vários cursos novos que apresentam intersecções com o de economia. Uma situação é certa, acrescenta Marcelo Pereira de Mendonça: “Os economistas continuarão a trabalhar com grandes temas macroeconômicos, mas temos também a oportunidade de trabalhar junto a outros agentes econômicos – empre-

sas e famílias. Mas para isso precisaremos tomar decisões imediatas que venham a derrubar mitos, tabus e preconceitos. Que os projetos pedagógicos dos cursos de Economia precisam ser atualizados de forma a abrir espaço para disciplinas de caráter mais técnico ou de prática econômica como: perícia econômica; arbitragem; direito tributário; avaliação financeira de empresa; estratégias de investimentos e gestão de riscos; operação de fusões, aquisições e incorporação de empresas; análise custo/benefício aplicável ao meio ambiente, e outras”. E conclui o autor: “Que o sistema Cofecon/Corecons, além da atuação legal, deve voltar-se prioritariamente para a competência profissional dos economistas, aumentando a fiscalização e valorização profissional. O sistema deve mostrar aos jovens e à sociedade o que o economista faz e sua real capacidade contributiva para o desenvolvimento de uma nação e que sem ele não há desenvolvimento humano, econômico e social”.

O XIX Congresso Brasileiro de Economistas realizou-se entre 7 e 9 de setembro de 2011 em Bonito, Mato Grosso do Sul, tendo como tema “Desenvolvimento: inovação, tecnologia e sustentabilidade”. Foi também um evento comemorativo dos 60 anos da regulamentação da profissão. Nas palavras do presidente Waldir Pereira Gomes, o evento é “reconhecido como um dos principais encontros sobre Economia do País e reúne profissionais da área, empresários, autoridades, estudantes de economia e representantes dos principais segmentos da sociedade para o debate de temas fundamentais para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do país, com o objetivo de apresentar análises, alternativas e perspectivas de solução para importantes questões que influenciam no bem-estar de toda a sociedade”.<sup>47</sup>

A “Carta de Bonito”, aprovada ao final do Congresso, enfatizava a preocupação com os rumos da política industrial. Sendo o documento aprovado pelo Cofecon, órgão máximo representativo dos economistas do País, ao se celebrar seis décadas de regulamentação da profissão, cabe transcrever na íntegra o pensamento, as concepções e preocupações da categoria:

“Por ocasião da comemoração dos 60 anos de regulamentação da profissão, os Conselhos de Economia, como instância de representação múltipla da Categoria, visando esclarecer e promover uma reflexão sobre o assunto central do Congresso, vêm manifestar-se à opinião pública a respeito do debate recente sobre desindustrialização no Brasil.

“Os critérios e as circunstâncias com base nos quais se caracteriza o que é em geral entendido como desindustrialização são diversos. O processo





*Cofecon participa de mesa no Fórum Social Mundial, 2005.*

não é novo na História Econômica, mas, de modo geral, pode ocorrer em países que já alcançaram um alto grau de desenvolvimento. Sua caracterização vai desde a redução do nível e da capacidade de produção em termos absolutos até à perda de participação relativa da atividade industrial na geração de renda. Desindustrialização também pode ser entendida como redução da abrangência e da complementaridade dos setores industriais entre si e com o restante da economia. Assim, a inexistência ou fragmentação das cadeias produtivas pode ser vista como uma limitação ao ciclo da industrialização e como uma restrição à alavancagem do desenvolvimento consistente.

“Numa perspectiva de longo prazo, o Brasil não pode continuar com o atual processo de aumento da dependência da importação de produtos industrializados. A atual substituição da produção interna por produtos importados ocorre antes que o País tenha alcançado o domínio dos processos tecnológicos estratégicos para assegurar a sustentabilidade de seu desenvolvimento soberano.

“A questão se reveste de mais riscos ainda quando à situação antes descrita se associa uma recomposição das pautas de exportação, dependentes, crescentemente, da demanda internacional por produtos primários e de modesto valor agregado. Como é sabido, estes produtos são mais facilmente substituíveis, têm baixo conteúdo tecnológico e as cotações são muito mais voláteis. Esta crescente especialização do padrão de exportação é a chamada reprimarização.

“Este é, presentemente, um dos grandes desafios da economia brasileira, ainda mais nas circunstâncias em que o binômio câmbio sobrevalorizado e juros elevadíssimos está fortemente associado, e pesadas resistências e interesses internos se opõem à desativação dessa armadilha, cujos efeitos a médio prazo podem ser devastadores para o projeto nacional de desenvolvimento autônomo, continuado e vigoroso, capaz de tornar o Brasil emergente, enfim, no País do presente.

“No entanto, o problema da desindustrialização não se restringe à natureza das políticas macroeconômicas. A questão central é a escolha de estratégias de desenvolvimento que impliquem mudanças estruturais efetivas, inclusive quanto ao deslocamento da fronteira de produção. A simples correção do câmbio real e do juro real não impede, necessariamente, o redirecionamento dos investimentos na direção da ‘linha de menor resistência’ que, no caso brasileiro, é na direção da produção de bens intensivos em recursos naturais.

“A correção da gestão macroeconômica deve vir acompanhada de políticas estruturantes de novo padrão de acumulação e alocação de recursos. Os objetivos são impedir o viés na direção da especialização em produtos intensivos em recursos naturais e promover o deslocamento mais equilibrado e abrangente da fronteira de produção. Somente estruturas de produção mais abrangentes, robustas e competitivas permitem a melhora permanente de renda, consumo e distribuição, ou seja, o desenvolvimento econômico no longo prazo.

“Nesta perspectiva, cabe considerar que os desafios das medidas macroeconômicas não sejam restritivos à sustentabilidade do desenvolvimento econômico”.<sup>48</sup>



Economistas, revista do Cofecon, agosto 2010.

# NOTAS

## Notas Introdução

1. Ferrari, Fernando. "A Profissão de Economista". *Revista de Ciências Econômicas*, Ano XIII, nº 68, setembro de 1952, pp. 25-26; Conselho Regional de Economistas Profissionais da 1ª Região. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP/1ª Região, s/d, pp. 200-201. O texto do memorial entregue a Vargas está reproduzido nesta obra, pp. 49-53.
2. Zogaib, Ubirajara Dib. "Discurso proferido na solenidade de instalação do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região no dia 16 de novembro de 1953" in CREP/1ª Região, *op. cit.*

## Notas Capítulo 1

1. Parecer do dr. Vasco de Andrade sobre o reconhecimento da Ordem dos Economistas in Ordem dos Economistas de São Paulo, *Documentos da Fundação de Relatórios da Diretoria*, 1935 a 1938.
2. Bueno, Luiz de Freitas. *Coletânea de Legislação do Interesse das Faculdades de Ciências Econômicas. Tomo 11, Legislação Federal, Volume 1º, Brasil Império*. São Paulo: FCEA-USP, 1964 (Boletim nº 38).
3. Bueno. *Coletânea...Brasil Império*, *op.cit.*
4. Sobre o ensino de Economia Política nas escolas de Direito e de Engenharia: Gremaud, Amaury Patrick. *Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)*. S.Paulo: FEA-USP, 1997.
5. Uma síntese das questões monetárias no Império e na República é apresentada em Vieira, Dorival Teixeira. *Evolução do Sistema Monetário Brasileiro*. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1962 (Boletim nº 24).
6. Bueno, *Coletânea...Brasil Império*. Para uma exposição minuciosa da evolução do ensino comercial no Império: Castro, Nivalde José de. *O Economista: a história da profissão no Brasil*. Rio de Janeiro: Cofecon; Corecon-RJ; Corecon-SP, 2001, pp. 72-77.
7. Castro, *op. cit.*, pp. 81-82.
8. Bueno, Luiz de Freitas. *Coletânea de Interesse das Faculdades de Ciências Econômicas. Tomo 11. Volume 2º. Brasil República*. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1964 (Boletim nº 38).
9. Bueno, Luiz de Freitas. *Coletânea ... Brasil República*, *op. cit.*
10. Bueno. *Coletânea...Brasil República*.
11. Garcia, Lafayette Belfort. "O Bacharel em Ciências Econômicas". Ordem dos Economistas de São Paulo. *Recortes de Jornais*. 1940.

12. Conselho Regional de Economistas Profissionais da 1ª Região. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP/1ª Região, s/d, p. 20-21.
13. Saes, F. A. M. e Cytrynowicz, R. *História da Ordem dos Economistas de São Paulo (1935-2000)*. São Paulo: Narrativa Um, 2000, p. 21-22.
14. Conselho Regional de Economistas Profissionais da 1ª Região. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP/1ª Região, s/d, p. 48-50.
15. Bueno. *Coletânea...Brasil República*.
16. Sobre as faculdades de Ciências Econômicas no Rio de Janeiro: Castro, *op.cit.*, pp. 48-67. Sobre a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo: Canabrava, Alice P. (org.). *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo: FEA-USP, 1984.
17. Segundo Castro, *op.cit.*, p. 66, as bases do currículo proposto pelo decreto-lei de 1945 foram formuladas por Eugênio Gudin e Octavio Gouveia de Bulhões, curiosamente um engenheiro e um advogado que foram identificados com a profissão de economista no Brasil.
18. Bueno. *Coletânea....República*.
19. Menezes, Djacyr. "Mais doutores para o Brasil". *Correio Popular*, Campinas, 3 de julho de 1940. Ordem dos Economistas de São Paulo. *Recortes de Jornais*, 1940.

## Notas Capítulo 2

1. *Normas da profissão do economista*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Economistas Profissionais, 1972, pp. 27-31.
2. As informações fatuais sobre os primeiros anos do CREP são das publicações *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro, CREP – 1ª Região, s/d; *Normas da profissão do economista*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Economistas Profissionais, 1972, e Livro de Resoluções do CREP 001 a 200. Este último é a única fonte primária de documentação do CREP destes anos. A série de atas disponível para pesquisa no CREP inicia-se apenas no ano de 1976.
3. "Ata da reunião para a constituição do Conselho Federal de Economistas Profissionais". *Normas da profissão do economista*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Economistas Profissionais, 1972, pp. 171-173.
4. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP – 1ª Região, s/d.
5. Um registro curioso, publicado em um livro do Conselho Regional do Rio de Janeiro em 1972, informa que a fundação do Conselho Federal foi envolta em um conflito logo na sua origem. Antes das reuniões de 15 e 22 de dezembro, registra a obra, "realizou-se realmente a primeira [reunião] no dia 27 de outubro de 1951, às 15

- horas, na sede do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro com o maior número de delegações estaduais, inclusive do norte do país (...) tendo sido escolhido presidente do Conselho o Dr. Reynaldo de Souza Gonçalves. Depois da eleição, o tumulto dominou a reunião, retirando-se a delegação de São Paulo. A delegação de Pernambuco exerceu ação decisiva na primeira reunião de constituição do Conselho Federal de Economistas, pelo seu dinâmico líder Dr. Francisco José de Souza”. Independentemente da isenção deste relato, é interessante observar que as disputas revelam que já havia efetivamente entidades de economistas organizadas em muitos Estados e regiões do País e, igualmente, grupos em conflito eleitoral, o que demonstra estágio de organização e amadurecimento profissional naquele ano de 1951.
6. *Normas da profissão do economista*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Economistas Profissionais, 1972, pp. 28 e 29.
  7. Prefácio de W. de Freitas André. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP – 1ª Região, s/d, pp. 12 e 13.
  8. Baer, Werner. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1983, 5ª ed.
  9. Saes, Flávio Azevedo Marques de; Gremaud, Amaury Patrick e Toneto Júnior, Rudinei. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Atlas, 1997.
  10. Furtado, Celso, *A Fantasia Organizada*. In: *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. São Paulo, Paz e Terra, 1997, pp. 136 e 137.
  11. Furtado, Celso, *A Fantasia Organizada*. In: *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. São Paulo, Paz e Terra, 1997, pp. 136 e 137.
  12. *Normas da profissão do economista*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Economistas Profissionais, 1972, pp. 105 e 106.
  13. Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 29/5/1953 para a constituição do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região e Ata da 1ª Reunião do Conselho em 30/5/1953, citados em Saes, Flávio A. M. de e Saes, Alexandre Macchione. *História do Conselho Regional de Economia 2ª Região São Paulo*. São Paulo, Narrativa Um, 2009.
  14. *Normas da profissão do economista*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Economistas Profissionais, 1972, pp. 27 e 28.
  15. *Normas da profissão do economista*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Economistas Profissionais, 1972, pp. 33 a 47.
  16. Resolução n. 67 de 14-10-1957, *Normas da profissão do economista*. Conselho Federal de Economistas Profissionais, 1972, pp. 119-120.
  17. Resolução no 41, de 26-08-1955. Livro de Resoluções do CREP 001 a 200.
  18. Saes, Flávio A.M. de e Saes, Alexandre Macchione. *História do Conselho Regional de Economia 2ª Região São Paulo*, op.cit.
  19. Resolução no 4, de 27-06-1953. Livro de Resoluções do CREP 001 a 200.
  20. Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 4/8/1954, citado em Saes, Flávio A. M. de e Saes, Alexandre Macchione. *História do Conselho Regional de Economia 2ª Região São Paulo*, op.cit.
  21. *Normas da profissão do economista*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Economistas Profissionais, 1972, p. 48.
  22. Para uma análise de como os economistas ascenderam na administração pública e na política, ver Loureiro, Maria Rita. “Economistas e elites dirigentes no Brasil”, em [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_20/rbcs20\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_06.htm).
  23. Campos, Roberto. *A lanterna na popa. Memórias*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994, pp. 53 e 54.
  24. Campos, Roberto. *A lanterna na popa. Memórias*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994, pp. 53 e 54.
  25. Campos, Roberto. *A lanterna na popa. Memórias*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994, p. 63.
  26. Furtado, Celso, *A Fantasia Organizada*. In: *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. São Paulo, Paz e Terra, 1997, pp. 137 e 138.
  27. Furtado, Celso. *Obra Autobiográfica*. 30 volume. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, p. 23.
  28. Biderman, Ciro; Cozac, Luis Felipe L. e Rego, José Marcio. *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 1996, p. 91.
  29. Sachs, Ignacy, *A Terceira Margem*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pp. 65 a 67.
  30. Furtado, Celso, *A Fantasia Organizada*. In: *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. São Paulo, Paz e Terra, 1997, p. 291.
  31. Ordem dos Economistas de São Paulo, Livro de Atas de reuniões da Diretoria, Ata da Reunião de 3 de março de 1958.
  32. Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Atas das Reuniões de 30/6/1953; 21/10/1953; 25/9/1957; 27/8/1958; 3/9/1958; 4/11/1959, citado em Saes, Flávio A.M. de e Saes, Alexandre Macchione. *História do Conselho Regional de Economia 2ª Região São Paulo*, op.cit.
  33. Resolução n. 82, de 05-09-1958. Livro de Resoluções do CREP 001 a 200.
  34. Campos, Roberto, op. cit., p. 196.

### Notas Capítulo 3

1. Hermann, Jennifer. “Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico (1964-1973) in Giambiagi, F., Villela, A., Castro, L. B. de; Hermann, J. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Campus, 2005, p. 75.
2. Martins, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 62.
3. Todas as resoluções citadas neste capítulo estão transcritas em: Conselho Federal de Economistas Profissionais. *Normas da Profissão do Economista*. Rio de Janeiro: CFEP, 1972.
4. Com a transferência da capital da República para Brasília em 1960, o antigo Distrito Federal, que abarcava a cidade do Rio de Janeiro, transformou-se no Estado da Guanabara ao qual correspondia o CREP da 1ª Região. O Estado da Guanabara existiu até 1975 quando houve a fusão com o Estado do Rio de Janeiro (cuja capital era Niterói). Pela resolução do CFEP de 1971, os economistas do então Estado do Rio de Janeiro (que não incluía a cidade do Rio de Janeiro) passaram para a jurisdição da 20ª Região, e não mais da 1ª Região, o que foi revertido quando da fusão dos dois Estados em 1975.
5. *Tribuna do Economista*. Ano III, jan-mar 1971, p. 5.
6. *Idem*. pp. 7-8.
7. “11 Simpósio dos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais”. *Revista de Ciências Econômicas*, 1970, p. 42.
8. Citado por Consiglio, Vespasiano. “Nota sobre os problemas do ensino brasileiro, principalmente de Ciências Econômicas”. *Revista de Ciências Econômicas*. nº 1, 1º semestre de 1968, pp. 36-37.
9. “11 Simpósio dos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais”. *Revista de Ciências Econômicas*, 1970, p. 47.
10. *A Revolução*, p. 24; pp. 168-169; pp. 152-153
11. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: crep/1ª Região, s/d, pp. 7-8.

Notas Capítulo 4

1. "A Revolução dos Economistas", prefácio em *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP – 1ª Região, s/d, p. 17.
2. Mantega, Guido e Rego, José Marcio. *Conversas com Economistas Brasileiros II*. São Paulo, Editora 34, 1999, p. 34.
3. Mantega, Guido e Rego, José Marcio. *Conversas com Economistas Brasileiros II*, op. cit., p. 217.
4. Mantega, Guido e Rego, José Marcio. *Conversas com Economistas Brasileiros II*, op.cit., p. 281.
5. Mantega, Guido e Rego, José Marcio. *Conversas com Economistas Brasileiros II*, op. cit., pp. 355 e 356.
6. Biderman, Ciro; Cozac, Luis Felipe L. e Rego, José Marcio. *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 1996, p. 402.
7. Ata da 283ª sessão ordinária em 19-2-1976.
8. Ata da 310ª sessão ordinária em 12 e 13-5-1977.
9. Ata da 351ª sessão ordinária em 12-10-1979.
10. Ata da 341ª sessão ordinária em 30 e 31-8-1977; o deputado era Francisco Libardoni.
11. Ata da 317ª sessão ordinária em 10 e 11-11-1977.
12. Ata da 309ª sessão ordinária em 11-5-1977.
13. Ata da 348ª sessão em 6-7-1979.
14. Ata da 291ª sessão ordinária em 11 e 12-6-1976.
15. Ata da 317ª sessão ordinária em 10 e 11-11-1977.
16. Ata da 351ª sessão ordinária, em 12-10-1979.
17. Ata da 283ª sessão ordinária em 29-1-1976.
18. Ata da 341ª sessão ordinária em 12-1-1979.
19. Ata da 344ª sessão ordinária em 23-3-1979.
20. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro, CREP – 1ª Região, s/d, pp. 55 e 56.
21. Ata 323ª sessão ordinária em 17-3-1978.
22. Ata da 282ª sessão ordinária em 9-1-1976.
23. Ata da 324ª sessão ordinária em 27-4-1978.
24. Ata da 300ª sessão ordinária em 11-12-1976.
25. Ata da 303ª sessão ordinária em 25-2-1977.
26. Ata da 314ª sessão ordinária em 12-8-1977.
27. Ata da 320ª sessão ordinária em 6-1-1978.
28. Ata da 309ª sessão ordinária em 11-5-1977.
29. Ata da 341ª sessão ordinária em 12-1-1979.
30. Ata da 341ª sessão ordinária em 30 e 31-8-1977.
31. Ata da 323ª sessão ordinária em 17-3-1978.
32. Ata da 314ª sessão ordinária em 12-8-1977.
33. Ata extraordinária em 29 e 30-11-1979 / Deliberação 226 de 30-11-1979 Dispõe sobre instituição da Assessoria de Estudos de Adequação de Currículos. Livro Deliberações 201 a 250.
34. 351ª sessão ordinária, em 12-10-1979.
35. Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Atas das Reuniões de 5/1/1977 e de 10/7/1978.
36. Ata da 338ª sessão ordinária em 10-11-1978.
37. Ata da 320ª sessão ordinária em 6-1-1978.
38. Ata da 341ª sessão ordinária em 12-1-1979.
39. Ata da 353ª sessão ordinária em 14-12-1979.
40. Ata da 371ª sessão em 2-10-1981.
41. Ata da 371ª sessão em 2-10-1981.
42. Ata da 368ª sessão em 12-6-1981.
43. Ata da 369ª sessão em 10-6-1981.
44. Ata da 381ª sessão em 13 e 14-1-1983.
45. Ata da 382ª sessão ordinária em 11 e 12-3-1983.

Notas Capítulo 5

1. Havia várias teses fundadas na hipótese da inflação inercial, correspondendo a cada uma diferentes propostas de políticas anti-inflacionárias. Entre os economistas que exploraram essa hipótese podemos lembrar Francisco Lopes, André Lara Resende, Pêrsio Arida, Luiz Carlos Bresser Pereira, Yoshiaki Nakano.
2. Lei nº 6.537 de 19 de junho de 1978.
3. Ata da 419ª Sessão Ordinária. 5 e 6 de novembro de 1987.
4. Cofecon. Ata da 393ª Sessão Ordinária. 4 e 5 de maio de 1984.
5. Cofecon. Ata da 394ª Sessão Ordinária. 15 e 16 de junho de 1984.
6. Cofecon. Ata da 396ª Sessão Ordinária. 14 e 15 de setembro de 1984.
7. Cofecon. Ata da 397ª Sessão Ordinária. 7 de novembro de 1984.
8. Cofecon. Atas da 398ª Sessão Ordinária (14 e 15 de dezembro de 1984) e da 399ª Sessão Ordinária (1º e 2 de fevereiro de 1984).
9. Cofecon. Ata da 406ª Sessão Ordinária. 24 e 25 de janeiro de 1986.
10. Ata da 416ª Sessão Ordinária. 11, 12 e 13 de junho de 1987.
11. Ata da 417ª Sessão Ordinária. 30 e 31 de julho; 1º de agosto de 1987.
12. Ata da 407ª Sessão Ordinária. 7 de março de 1986.
13. Ata da 398ª Sessão Ordinária. 14 e 15 de dezembro de 1984.
14. Ata da 399ª Sessão Ordinária. 1º e 2 de fevereiro de 1985; Ata da 408ª Sessão Ordinária. 9 e 10 de maio de 1986.
15. Ata da 412ª Sessão Ordinária. 12 e 13 de dezembro de 1986.
16. Ata da 415ª Sessão Ordinária. 7, 8 e 9 de maio de 1987.
17. Atas da 416ª e da 417ª Sessões Ordinárias. 11, 12 e 13 de junho e 30, 31 de julho e 1º de agosto de 1987.
18. Ata da 430ª Sessão Ordinária. 15, 16 e 17 de fevereiro de 1989.
19. Ata da 426ª Sessão Ordinária. 18, 19 e 20 de agosto de 1988.
20. Ata da 428ª Sessão Ordinária. 17 e 18 de novembro de 1988.
21. Ata da 423ª e da 424ª Sessões Ordinárias. 14 e 15 de abril; 19, 20 e 21 de maio de 1988.
22. Ata da 436ª Sessão Ordinária. 22, 23 e 24 de agosto de 1989.
23. Ib.
24. Ata da 440ª Sessão Ordinária. 18, 19 e 20 de abril de 1990.
25. Ata da 441ª Sessão Ordinária. 7 e 8 de junho de 1990.
26. Ata da 447ª Sessão Ordinária. 21 e 22 de fevereiro de 1991.
27. Ata da 460ª e da 461ª Sessão Ordinária. 26 de junho e 6 de agosto de 1992.
28. Ata da 466ª Sessão Ordinária. 21 de janeiro de 1993.
29. Ata da 468ª Sessão Ordinária. 5, 6 e 7 de maio de 1993.
30. Ata da 412ª Sessão Ordinária. 12 e 13 de dezembro de 1986.
31. Ata da 444ª Sessão Ordinária. 28,29 e 30 de novembro de 1990.
32. Ata da 395ª Sessão Ordinária. 20 e 21 de julho de 1984.
33. Ata da 400ª Sessão Ordinária. 12 de abril de 1985.
34. Atas das Sessões Ordinárias 458ª (3 de abril), 460ª (26 de junho) e 465ª (17 e 18 de dezembro de 1992).
35. Ata da 443ª e da 445ª Sessão Ordinária. 25 e 26 de outubro; 13 e 14 de dezembro de 1990.
36. Ata da 470ª Sessão Ordinária. 24 e 25 de agosto de 1993.
37. Ata da 473ª Sessão Ordinária. 24 e 25 de março de 1994.
38. Ata da 474ª Sessão Ordinária. 12 e 13 de maio de 1994.
39. A cada gestão, comissões podiam ser extintas ou criadas. Por exemplo, diante da convocação próxima da Assembléia Constituinte, o Plenário criou uma Comissão da Constituinte, voltada à discussão da reforma constitucional. Mais tarde, esta Comissão foi absorvida pela de Política Econômica e Social. Os trabalhos das comissões eram levados ao Plenário para deliberação.
40. Ata da 443ª Sessão Ordinária. 25 e 26 de novembro de 1990.
41. Ata da 393ª Sessão Ordinária. 4 e 5 de maio de 1984.

42. Atas das 396<sup>a</sup>, 406<sup>a</sup> e 471<sup>a</sup> Sessões Ordinárias de, respectivamente, 14 e 15 de setembro de 1984; de 22, 23 e 24 de janeiro de 1987; de 15 e 16 de dezembro de 1993.
43. Ata da 476<sup>a</sup> Sessão Plenária. 4 e 5 de agosto de 1994.
44. Ata da 424<sup>a</sup> Sessão Ordinária. 19 a 21 de maio de 1988. Convém lembrar que a questão do registro de pós-graduandos fora levantada por causa de um projeto de lei de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso que autorizava o registro nos Conselhos de mestres e doutores em Economia que não fossem bacharéis em Economia. Ata da 412<sup>a</sup> Sessão Ordinária. 12 e 13 de dezembro de 1986.
45. Ata da 393<sup>a</sup> Sessão Ordinária. 4 e 5 de maio de 1984.
46. Ata da 461<sup>a</sup> e da 469<sup>a</sup> Sessões Ordinárias. 6 de agosto de 1992 e 24-25 de junho de 1993.
47. Ata da 411<sup>a</sup> Sessão Ordinária. 17 e 18 de outubro de 1986.
48. Ata da 436<sup>a</sup> Sessão Ordinária. 22, 23 e 24 de agosto de 1989.
49. Ata da 472<sup>a</sup> Sessão Ordinária. 3 e 4 de fevereiro de 1994.
50. Ata da 460<sup>a</sup> Sessão Plenária. 26 de junho de 1992.
51. Ata da 465<sup>a</sup> Sessão Plenária. 18 de dezembro de 1992.
52. Ata da 471<sup>a</sup> Sessão Plenária. 15 e 16 de dezembro de 1993/7
53. Ata da 478<sup>a</sup> Sessão Plenária. 27 e 28 de outubro de 1994.
15. Cofecon. Ata da Sessão Plenária de 3 a 5 de setembro de 1996.
16. Cofecon. Ata da Sessão Plenária de 24 a 26 de julho de 1997.
17. Cofecon. Atas das Sessões Plenárias de 29 e 30 de janeiro de 1999; 5 e 6 de março de 1999; 7 e 8 de maio de 1999; 18 e 19 de junho de 1999; 5 e 6 de novembro de 1999.
18. “Em defesa de um desenvolvimento participativo”. Salvador, 9 de novembro de 1995. Documento aprovado na Plenária Final do XI Congresso Brasileiro de Economistas.
19. “Carta de Fortaleza”. XII Congresso Brasileiro de Economistas, 12 de setembro de 1997.
20. “Carta do Rio de Janeiro”. XIII Congresso Brasileiro de Economistas, 17 de setembro de 1999.
21. Cofecon Notícias. Ano 4, nº 10, setembro/outubro de 2001.
22. Cofecon. Ata da Sessão Plenária de 13 e 14 de dezembro de 2002.
23. Cofecon notícias, Ano 6, no 17, Março/Abril 2003, p. 1
24. Editorial de Carlos Roberto de Castro, Presidente do Cofecon, Cofecon notícias, Ano 6, no 17, Março/Abril 2003, p. 2.
25. “Protagonistas e cenários”, Cofecon notícias, Ano 6, no 18, Maio/Junho 2003, p. 2
26. Cofecon notícias, Ano 6, n. 19, Julho/Agosto 2003, p. 1.
27. Cofecon notícias, ano 6, n. 20, setembro/outubro de 2003, p. 1
28. Cofecon notícias, Ano 6, n. 18, Maio/Junho 2003, p. 3.
29. Cofecon notícias, Ano 6, n. 19, Julho/Agosto 2003, p. 5.
30. Cofecon notícias, Ano 6, n. 21, novembro/dezembro de 2003, p. 5.
31. Cofecon notícias, Ano 6, n. 19, Julho/Agosto 2003, p. 12.
32. Cofecon Notícias, ano 6, n. 22, janeiro/fevereiro de 2004, p. 3.
33. Cofecon Notícias, Ano 6, n. 24, 2006, p. 2.
34. *Jornal do Cofecon*, ano 7, n. 28, 2005, p. 4.
35. *Jornal do Cofecon*, ano 7, n. 28, 2005, p. 3.
36. Relatório de Gestão, 2006.
37. Relatório de Gestão 2007. Exercendo uma Política de Transparência.
38. Relatório de Gestão 2007. Exercendo uma Política de Transparência, pp. 34 e 35.
39. *Jornal Cofecon*, ano 11, n. 3, novembro 2009.
40. *Jornal Cofecon*, Ano 11, n. 2, Setembro de 2009.
41. Relatório 2010, p. 17.
42. *Economista*, Ano 11, n. 4, Outubro/Novembro 2010.
43. *Economista*, Ano 11, n. 4, Outubro/Novembro 2010.
44. “Cofecon apoia senador em projeto para ensinar economia nas escolas”. *Economia. Revista do Conselho Federal de Economia – Cofecon*, ano 11, n. 4, Outubro/Novembro 2010, p. 11.
45. *Economistas, Revista do Cofecon*, Ano 11, n. 3, agosto 2010.
46. Mendonça, Marcelo Pereira de. “Economista: Realidade Profissional e Mudanças para Melhorar a Empregabilidade”. In: *Economistas, Revista do Cofecon*, Ano 11, n. 3, agosto 2010, pp. 12 e 13.
47. *Economistas, Revista do Cofecon*, Ano 11, n. 5, Maio de 2011.
48. Disponível em [http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2371&Itemid=5](http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2371&Itemid=5).

#### Notas Capítulo 6

1. Delfim Netto, Antonio. “O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico” in Mercadante, Aloízio. *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas: IE-Unicamp, 1998, p. 94.
2. Giambiagi, F. et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. 2<sup>a</sup> Ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p.190.
3. Cofecon. Ata da Sessão Extraordinária em 20 de junho de 1998; Cofecon Notícias, Ano 1, nº 1, junho de 1998, p.1.
4. Cofecon. Ata da Sessão Plenária de 9 e 10 de agosto de 2002.
5. Cofecon. Ata da Sessão Plenária de 26 e 27 de maio de 1995.
6. O problema da atuação dos profissionais dos países do Mercosul foi objeto de longas discussões, dando origem mesmo a um grupo – o GIMCEA – que tratava das questões referentes aos contadores, economistas e administradores, com grande dificuldade para se chegar a um acordo amplo.
7. Relatório da Plenária Final do XVIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia – since (6 a 9 de setembro de 2000 – Ouro Preto/MG).
8. Relatório da Plenária Final do XVIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia – since (6 a 9 de setembro de 2000 – Ouro Preto/MG).
9. Cofecon Notícias, Ano 1, nº 1, junho de 1998, p.5; Cofecon, Ata da Sessão Plenária de 24 e 25 de abril de 1998.
10. Cofecon. Ata da Sessão Plenária de 31 de julho e 1<sup>o</sup> de agosto de 1998.
11. Cofecon. Atas das Sessões Plenárias de 23 de fevereiro e de 13 de abril de 2002.
12. Cofecon. Ata da Sessão Plenária de 6 e 7 de outubro de 2000.
13. Cofecon. *Cerimônia de instalação da sede do Cofecon; Concessão do título de Economista Emérito do Brasil ao Professor Celso Furtado*. Brasília, 9 de novembro de 2001.
14. Cofecon. Ata da Sessão Plenária de 9 e 10 de maio de 1996.

# FONTES DE PESQUISA E BIBLIOGRAFIA

## I – DOCUMENTOS DO ACERVO DO COFECON

Coleção de Livros de atas de sessões ordinárias e extraordinárias 9-1-1976 a 13-12-2002.  
Coleção de Livros de Resoluções  
Coleção de Livros de Deliberações  
Coleção de Livros de Portarias  
Livro de Atas de Assembleia Geral de Representantes Eleitores para Eleição - Relatórios de Gestão 2006 a 2001

## II – LEGISLAÇÃO

Bueno, Luiz de Freitas. *Coletânea de Legislação do Interesse das Faculdades de Ciências Econômicas. Tomo 11. Legislação Federal, Volume 1º, Brasil Império e Volume 2º, Brasil República*. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1964.

## III – PERIÓDICOS DO COFECON

*Cofecon Informativo • Cofecon Notícias • Economista • Informe Cofecon • Jornal Cofecon • Revista do Cofecon*

## IV – BIBLIOGRAFIA

Baer, Werner. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1983.  
Bideman, Ciro; Cozac, Luis Felipe L. e Rego, José Marcio. *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 1996.  
Canabrava, Alice P. (org.). *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo, FEA-USP, 1984.  
Campos, Roberto. *A lanterna na popa. Memórias*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994.  
Castro, Nivalde José de. *O Economista: a história da profissão no Brasil*. Rio de Janeiro, Cofecon; Corecon-RJ/Corecon-SP, 2001.  
Consiglio, Vespasiano. “Nota sobre os problemas do ensino brasileiro, principalmente de Ciências Econômicas”. *Revista de Ciências Econômicas*. nº 1, 1º semestre de 1968, pp. 36-37.  
Delfim Netto, Antonio. “O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico”. In: Mercadante, Aloízio. *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas: IE-Unicamp, 1998.  
Ferrari, Fernando. “A Profissão de Economista”. *Revista de Ciências Econômicas*, Ano XIII, nº 68, setembro de 1952, pp. 25-26.  
Furtado, Celso, *A Fantasia Organizada*. In: *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.  
Garcia, Lafayette Belfort. “O Bacharel em Ciências Econômicas”. *Ordem dos Economistas de São Paulo. Recortes de Jornais*. 1940  
Gremaud, Amaury Patrick. *Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e*

*na Primeira República (1840-1930)*. São Paulo, Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1977.  
Gremaud, A., Saes, F., Toneto Jr., R. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Atlas, 1997.  
Giambiagi, F. et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. 2ª Ed., Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.  
Hermann, Jennifer. “Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico (1964-1973) in Giambiagi, F., Villela, A., Castro, L. B. de; Hermann, J. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2000)*. Rio de Janeiro, Campus, 2005.  
*Legislação do Economista. Leis. Decretos. Código de Ética. Resoluções*. Cofecon, 2000.  
Loureiro, Maria Rita. “Economistas e elites dirigentes no Brasil”, em [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_20/rbcs20\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_06.htm)  
Mantega, Guido e Rego, José Marcio. *Conversas com Economistas Brasileiros II*. São Paulo, Editora 34, 1999.  
Martins, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985  
*Normas da profissão do economista*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Economistas Profissionais, 1972.  
Menezes, Djacyr. “Mais doutores para o Brasil”. *Correio Popular*, Campinas, 3 de julho de 1940. *Ordem dos Economistas de São Paulo. Recortes de Jornais*, 1940  
Racy Netto, Joaquim. “Esboço histórico do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo, 1935-1945”. In: Conselho Regional de Economistas Profissionais – 1ª Região. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP-1ª Região, s/d.  
*A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP-1ª Região, s/d.  
Sachs, Ignacy, *A Terceira Margem*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.  
Saes, F.A.M. e Cytrynowicz, R. *História da Ordem dos Economistas de São Paulo (1935-2000)*. São Paulo: Narrativa Um, 2000.  
Saes, F.A.M. e Saes, Alexandre Macchione. *História do Conselho Regional de Economia 2ª Região São Paulo*. São Paulo, Narrativa Um, 2009.  
Vieira, Dorival Teixeira. *Evolução do Sistema Monetário Brasileiro*. São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1962 (Boletim nº 24).  
Zogaib, Ubirajara Dib. “Discurso proferido na solenidade de instalação do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região, realizada em 16 de novembro de 1953 na Biblioteca Municipal de São Paulo”. In: Conselho Regional de Economistas Profissionais – 1ª Região. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP-1ª Região, s/d.

## CONSELHEIROS COFECON (1951-2012)

E = Efetivo

s = Suplente

1. Reynaldo de Souza Gonçalves (1951-1957 E, 1963-1964 s, 1965 E, 1966-1968 s, 1975-1977 s)
2. Lafayette Belfort Garcia (1951-1961 E)
3. Manuel Francisco Lopes Meirelles (1951-1957 E, 1962-1969 E)
4. Jamil Zantut (1951-1958 E, 1961-1969 E, 1973-1981 E, 1983-1985 s)
5. Eugênio Lefevre Neto (1951-1958 E)
6. Luiz Fernando Mussolini (1951-1953 E)
7. Fernando Ferrari (1951-1955 E)
8. Hélio Benedito Fiori (1951-1955 E)
9. Heitor Campelo Duarte (1951-1955 E)
10. Dorillo Queiroz Vasconcellos (1951-1953 s, 1954-1956 E, 1957 s, 1958-1962 E, 1963-1968 s)
11. Genival de Almeida Santos (1951-1953 s)
12. Manuel Ferre (1951-1955 s, 1956-1967 E)
13. Umberto Montano (1951-1955 s, 1956-1958 E)
14. Álvaro Porto Moitinho (1951-1955 s, 1956-1958 E)
15. Mauricio de Magalhães Carvalho (1951-1957 s, 1958-1960 E)
16. Antônio Lourenço Cabral (1951-1957 s)
17. Eduardo Lopes Rodrigues (1951-1957 s)
18. José Oscar de Abreu Sampaio (1956-1959 s)
19. Mário Sinibaldi Maia (1956-1958 s, 1959 E, 1960-1962 s, 1963-1971 E)
20. Marcial Dias Pequeno (1956-1958 s)
21. Jorge Bonaride (1956-1959 s)
22. Jose Fernandes Cabrera (1956 s, 1957 E)
23. Salvador Nogueira Diniz (1956-1959 s)
24. Alberto Jesus Zeballos (1957 E)
25. Oliver Gomes da Cunha (1957 s, 1958-1962 E)
26. Fernando Ramiro Martins (1957-1958 s)
27. Rubens Ohl (1958-1960 E)
28. Nilo Nemi (1958-1960 s, 1961-1963 E)
29. Arnaldo Moreira (1958-1960 s)
30. Iberê Gibson (1959-1983 E)
31. Guido Mondim (1959-1961 E)
32. Álvaro Ribeiro (1959-1961 s)
33. Ulysses Pereira do Lago Filho (1959-1961 s)
34. Fernando da Cruz Lopes (1959-1963 s, 1970-1972 E)
35. Joaquim Racy Neto (1960-1965 E)
36. Francelino de Araújo Gomes (1960-1962 s, 1965-1969 s, 1970 E, 1971-1978 s)
37. Mário Di Pierro (1960-1962 s)
38. Jose Joaquim de Augusto Miranda (1960 s)
39. Noemio Veloso Souza e Silva (1961 s)
40. Jarbas de Lorenzi Costa (1961-1966 s)
41. João Batista Pedro Lodi (1961-1964 s, 1965-1966 E)
42. Milton Chagas (1962-1963 s)
43. Joaquim Soter (1962-1970 E, 1971-1973 s, 1974-1979 E)
44. Jayme de Mello Fonseca (1962-1967 s)
45. Eduardo Quintiliano Sobral (1962-1964 s)
46. Clodomir Alcoforado Leite (1963-1965 E)
47. José Smith Braz (1963-1968 s)
48. Augusto Graeff (1964 E)
49. Olympio Guilherme (1964-1965 s)
50. João Martins Heleno (1965 s)
51. William Zeraick (1965-1966 s)
52. Heleno de Santiago (1965-1966 s, 1967-1969 E)
53. Júlio Gomes Berra (1966-1971 E)



54. Luiz Pedro Baster Pilar (1966-1971 E)
55. Pedro José de Souza Pires (1966-1969 s)
56. Antônio Jorge da Silva Teixeira (1966-1967 s, 1977-1978 s)
57. Francisco Cândido da Cunha Carneiro (1967-1969 s, 1974-1976 E)
58. Sérgio Roperto (1967-1969 s)
59. Américo Matheus Florentino (1968-1970 E, 1973-1975 s)
60. Rogério da Silva França (1968-1970 s)
61. Sulim Fainziliber (1968-1970 s)
62. Pedro Berwanger (1969-1970 s, 1971 E)
63. Leósthene Christino (1969-1970 s)
64. Walter Bloise (1969-1970 s)
65. Affonso Armando de Lima Vitule (1970-1975 E)
66. Carlos Viacava (1970-1972 E)
67. Eloy Teixeira Azeredo (1970-1972 s)
68. José Rômulo Pifano (1970-1972 s)
69. José de Queiroz Mesquita (1970-1972 s)
70. José Roberto Faria Lima (1971-1973 E)
71. Floriano Cavalcanti da Silva Martins (1971-1973 E)
72. Victório Carlos de Marchi (1971-1973 s, 1974-1982 E)
73. Edson Ferreira de Medeiros (1971 s)
74. Reginald Uelze (1972-1974 E)
75. Daniel Soriani dos Santos (1972-1977 E)
76. Nelson Gomes Teixeira (1972-1974 E)
77. Paulo de Souza Menniti (1972-1974 s)
78. Carlos Gastaud Gonçalves (1972-1974 s)
79. Antônio Carlos de Carvalho de Moraes (1972-1974 s)
80. Hilton Liviero Pezzoni (1973-1981 E)
81. Mário Guimarães Nunes Pinto (1973-1981 s)
82. Niemeyer Almeida (1973-1975 s)
83. Rubélio Queiroz (1974 s, 1975-1977 E, 1978-1980 E)
84. Vicente da Costa Silva (1974-1976 s, 1978-1980 s)
85. José Lanzelloti Amorim (1975-1976 s)
86. Osmar Danilo Don Braga (1975 s, 1976-1981 E)
87. José Laredo (1975-1976 s)
88. José Frugis (1975 s)
89. Henrique Dittmar Filho (1976-1978 s)
90. Sebastião Rabello Mendes Filho (1976-1978 s, 1980-1982 s)
91. José Augusto Guimarães (1976-1977 s, 1978-1980 E)
92. Gunther Klaus Greeb (1977-1982 E)
93. Mauro dos Santos Fiuza (1977-1979 s)
94. Waldilson Rodrigues da Cruz (1977-1983 s)
95. Nelson Rinaldi (1978-1980 s)
96. Ronaldo Correia Farias (1978-1980 s)
97. Divaldo Suruagy (1978-1979 s)
98. Luiz Carlos Cordeiro Galvão (1979 s, 1980-1981 E)
99. Sylvio Ruiz Colle (1979-1981 s)
100. Octávio Salgado Ferreira (1979 s)
101. Nirceu da Cruz César (1980-1982 E)
102. Paulo Cezar Timm (1980-1982 E)
103. Nelson Abbud João (1980-1982 s)
104. Ney da Silva Pinheiro (1980-1982 s)
105. Genésio Cláudio Suêne (1980-1982 s)
106. Antônio Augusto da Silveira (1980-1981 s)
107. Gildo Guimarães de Carvalho (1980-1981 s)
108. Reynaldo Rubem Ferreira (1981-1983 E)
109. Carlos Augusto Schlabititz (1981-1983 E)
111. Paulo Cezar Juffo (1981-1983 s)
112. Reinaldo Fonseca dos Reis (1981-1983 s)
113. Jose Ribamar Silva Campos (1981-1983 s, 1996-2001 s)
114. Edson Benedito Roffé Borges (1982-1984 E, 1985-1987 s)
115. José Maria Arbex (1982-1984 E)
116. Cristiano Roberto Tatsch (1982-1984 E)
117. Jairo Simões (1982-1984 E)
118. Virgílio Guimarães de Paula (1982 s)
119. Joviano Nóbrega (1982-1983 s, 1984-1986 E)
120. Marcos Antônio de Melo (1982-1984 s)
121. Flávio Rabelo Versiani (1982 s, 1983-1985 E)
122. Kleber Antonio de Campos (1983-1985 E)
123. Silvando da Silva Cardoso (1983-1985 E)
124. Pedro José Mansur (1983-1986 E)
125. Osvaldo Goeldner Moritz (1983-1985 s)
126. Antônio Alberto Teixeira (1983-1985 s)
127. Jeferson Vaz Morgado (1983-1985 s)
128. Odilon Guedes Pinto Júnior (1983-1984 s, 1985-1987 E)

129. Carlos Francisco T. M. R. Lessa (1984 E, 1991-1992 E)  
 130. Dércio Garcia Munhoz (1984-1986 E)  
 131. Pedro Eugênio Cabral (1984-1986 E)  
 132. Paulo Bertran Wirth Chaibud (1984-1986 s)  
 133. Ana Maria Cavalcanti (1984-1986 s)  
 134. Orlando Sabino da Costa Filho (1984-1986 s)  
 135. Renato Ilgenfritz da Silva (1984 s, 1985-1987 E, 1988-1990 E)  
 136. Maria Celeste Ribeiro Pupa (1984 s)  
 137. Mario Tinoco da Silva (1985-1986 s, 1987-1989 E)  
 138. Ricardo Regis Saunders Duarte (1985-1987 E)  
 139. Antônio Alberto Machado Pires Valença (1985-1987 E, 2008 s, 2009-2011 E)  
 140. Edgard Luiz Gutierrez Alves (1985-1987 s)  
 141. Breno Ferreira de Araújo (1985-1987 s)  
 142. Romar Teixeira Nogueira (1985-1987 s)  
 143. João Tertuliano A. L. Neto (1986-1988 E)  
 144. Ignácio Mourão Rangel (1986-1988 E)  
 145. Luis Alberto G. Oliveira (1986-1988 E)  
 146. Ricardo Caçado G. Souza (1986-1988 E)  
 147. Martinho Leal Campos (1986-1988 s, 1990-1992 s, 1998-2000 s, 2001-2003 s)  
 148. Raimundo Aguiar Figueiredo Filho (1986-1988 s)  
 149. Luis Eduardo R. Parreiras (1986-1988 s, 1989-1990 E)  
 150. Gladis Constança Mantelli (1986-1988 s)  
 151. Isaac Kerstenetzky (1987-1989 E)  
 152. Wilson Cano (1987-1989 E)  
 153. Dirceu Murilo Pessoa (1987 E)  
 154. Jorge Madeira Nogueira (1987-1989 s)  
 155. Luis Marcos de Magalhães Gomes (1987-1989 s)  
 156. Luciano Fernandes Moreira (1987-1989 s)  
 157. Marco Aurélio Barzan (1987-1989 s)  
 158. Reginaldo Muniz Barreto (1988-1989 E)  
 159. Carlos Eduardo Ferreira Lobo (1988-1990 E, 1991-1993 E)  
 160. Agamenon Tavares de Almeida (1988-1990 E)  
 161. Carlos Artur Kruger de Almeida (1988-1990 E)  
 162. Marcos Geraldo Cavalcanti Vasconcelos (1988-1990 s)  
 163. Olavo Bezerra Lemos (1988 s, 1989-1991 E, 1992-1997 s)  
 164. Robson Antônio da Rocha Braga (1988-1991 s)  
 165. Alexandre Firmino de Melo Filho (1988-1990 s, 1992-1994 E, 1996-1998 s)  
 166. Jafete Abrahão (1989-1991 E)  
 167. Dulce Nazaré de Lima Leony Souza (1989-1991 E)  
 168. Dicezar de Paula Rosa Filho (1989-1991 s)  
 169. Gilson Domingues Cardoso (1989-1991 s)  
 170. Humberto Tannus Júnior (1989-1991 s, 1997-1999 s, 2002-2004 E)  
 171. Maria Aparecida Grendene de Souza (1989-1990 s, 1991-1994 E)  
 172. Jacques Ernest Levy (1990 s)  
 173. Lia Haguenuer (1990 E)  
 174. Cláudio Freire Cavalcanti (1990-1992 E, 1993-1995 s)  
 175. João Policarpo Rodrigues de Lima (1990-1992 E)  
 176. Aldo Luiz Mendes (1990-1992 E)  
 177. José Moraes Neto (1990 s, 1991-1993 E)  
 178. Sérgio Cutolo dos Santos (1990-1992 s)  
 179. Pedro Moreira Filho (1990-1992 s, 1994-1996 s, 2002-2005 E, 2008-2010 s)  
 180. Paulo E. Magiano Pinto (1991 s)  
 181. Ana Amélia da Costa Moraes (1991-1992 s)  
 182. Carlos Alberto Nunes Cosenza (1991-1993 E)  
 183. Roberto Smith (1991-1993 E)  
 184. José Matias Neto (1991-1993 s)  
 185. Pedro César Dutra Fonseca (1991-1993 s)  
 186. Juarez Varallo Pont (1991-1993 s, 1998-2000 E)  
 187. Cândido Luiz de Lima Fernandes (1991-1993 s, 2010-2012 s)  
 188. Luiz Antônio Macedo (1992-1994 E)  
 189. Aluizio Lins Leal (1992-1994 E)  
 190. Arthur Câmara Cardozo (1992-1994 s)  
 191. Marconi Jacarandá Lakiss (1992-1994 s)  
 192. Marcio Luiz Mesquita (1992-1994 s)  
 193. Sideval Francisco Aroni (1993-1995 E, 2002-2004 E)  
 194. Marivaldo Soares da Silva (1993-1995 E)  
 195. Carlos Augusto Callou (1993-1994 E)

196. Marcio Henrique Monteiro de Castro (1993-1995 E)  
 197. Ana Cláudia Miranda Ayres (1993 s, 1994-1996 E)  
 198. Ilson Fernandes Sanches (1993-1995 s)  
 199. Carlos Cezar Guterres C6 (1993-1995 s)  
 200. Carlos José Gevaerd (1994-1996 E)  
 201. Reginaldo Conceição Amorim (1994-1996 E)  
 202. Nivaldo José Mendes (1994-1996 E)  
 203. Sérgio Cimatti (1994-1996 s)  
 204. Moacir da Silva Filho (1994-1996 s)  
 205. Jose Leite Loureiro (1994-1996 s)  
 206. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado (1996-1998 E)  
 207. Fernando Bastos Costa (1995-1998 s, 1999-2001 E)  
 208. Francisco de Borja Baptista Magalhães Filho (1995-1997 E)  
 209. Jose Luiz Pagnussat (1995-1997 E)  
 210. Álvaro Antonio Louzada Garcia (1995-1997 E)  
 211. Júlio Ribeiro Pires (1995-1997 E)  
 212. Tânia Bacelar Araújo (1995 s, 1996-1998 E, 1999-2001 E)  
 213. Jefferson Praia Bezerra (1994-1996 E, 1997-1999 s)  
 214. Carlos Henrique Tibiriça Miranda (1995-1997 s, 1998-2000 s, 2008-2010 s, 2012-2014 s)  
 215. Thomaz de Aquino Gomes de Matos (1996 s, 1997-1999 E, 2000-2002 E)  
 216. Antônio Carlos da Silva Barreto (1995-1997 E, 1998-2000 E)  
 217. Lúcia de Fátima Corrêa de Castro (1995-1997 s)  
 218. Maria Teresa de Oliveira Audi (1996-1998 E)  
 219. Odair Nigoski (1996-1998 E)  
 220. Eduardo Mendes Calado (1996-1998 E)  
 221. Sérgio Roberto Bacury de Lira (1996 s, 1997-1999 E, 2003-2005 E)  
 222. Paulo Salvatore Ponzini (1996-1998 s, 1999-2001 s, 2002-2004 s, 2008-2010 s, 2011-2013 s)  
 223. Eduardo Luis Lundberg (1995-1997 s)  
 224. Sidney Pascoutto da Rocha (1995-1997 s, 2004-2006 E, 2009-2011 s)  
 225. Carlito Roberto Zanetti (1997-1999 E, 2000-2002 E)  
 226. José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos (1997-1999 E, 2000-2002 E)  
 227. Alejandro Kuajara Arandia (1997-1999 E, 2003-2005 E)  
 228. José Rafael de Oliveira (1997-1999 s)  
 229. Paulo César Brusqui de Almeida (1997-1998 s, 1999-2001 E)  
 230. Luiz Alberto Souza Aranha Machado (1997-1999 s, 2002-2004 E, 2011-2013 E)  
 231. Eugênio de Oliveira Fraga (1996-1998 s)  
 232. Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos (1998-2000 E)  
 233. Luiz Antonio Rodrigues Elias (1998-2000 E)  
 234. Antônio Corrêa de Lacerda (1998-2000 E)  
 235. Leila Andrade Metello (1998-2000 s)  
 236. Antônio Pádua Carvalho (1998-2000 s, 2001-2003 s)  
 237. Ermes Tadeu Zapelini (1998-2000 s, 2008-2010 E, 2011-2013 E)  
 238. Celso Mário Zift (1997-1999 s)  
 239. Cezar Augusto Martins Costa (1999-2001 E)  
 240. Adhemar dos Santos Mineiro (1999-2001 E)  
 241. Maria Virginia Ferreira Lopes (1999-2001 s)  
 242. Reginaldo Fernando Ferreira de Castela (1999-2001 s)  
 243. Antônio Carlos Brites Jaques (2000-2002 E, 2009-2011 s)  
 244. Mauricio Aucar Seffair (2000-2002 E, 2003-2005 E)  
 245. Edson Pozes da Silva (2000-2002 s)  
 246. Joaquim Garcêis de Araújo (2000-2002 s)  
 247. Jose do Carmo Marques da Silva (2000-2002 s)  
 248. Marcelo Danton da Silva (2000-2002 s)  
 249. Nilton Pedro da Silva (2000-2002 s, 2003-2005 E, 2006-2008 s)  
 250. Carlos Roberto de Castro (2001-2003 E)  
 251. Carlos Herval de V. Laranjeira Barbosa (2001-2003 E)  
 252. Antônio Brites Jacques (2000-2002 E, 2009-2011 E)

253. João Paulo de Almeida Magalhães (2002-2004 E)  
 254. Luís Eduardo da Veiga Sebastiani (2001-2003 E)  
 255. Reinaldo Gonçalves (2001-2003 E)  
 256. Rodrigo Barrozo Fernandes (2001-2003 E)  
 257. Aurelino Levy Dias de Campos (2001-2003 s, 2005-2007 E)  
 258. Liduíno Cunha (2002-2004 s)  
 259. Luiz Augusto Lopes Espíndola (2002-2004 s)  
 260. Marcos Antonio Moreira Calheiros (2002-2004 s, 2004-2005 s, 2008-2010 s)  
 261. Régis Norberto Cintra Alimandro (2001-2003 s)  
 262. Sebastião José Balarini (2002-2004 s, 2008-2010 E)  
 263. Vilmar Carneiro Wanderlei (2001-2003 s)  
 264. Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo (2003-2005 E, 2009-2011 E)  
 265. Robespierre do O'Procópio Barreto (2003-2005 E)  
 266. Leandro Domingos Teixeira Pinto (2003-2005 s)  
 267. Iberê Luiz Di Tizio (2003-2005 s)  
 268. Célio Fernando Bezerra Melo (2003-2005 s)  
 269. Nei Jorge Correia Cardim (2004-2006 E, 2009-2011 s, 2012-2014 s)  
 270. Marco Aurélio Loureiro (2004-2006 E)  
 271. Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos (2004-2006 E, 2007-2009 s)  
 272. Edson Francisco Stein (2004-2006 E)  
 273. Carlos Theobaldo de Souza (2004 s)  
 274. Edivaldo Teixeira de Carvalho (2004-2006 s, 2007-2009 E)  
 275. Eriksom Teixeira Lima (2004-2006 s)  
 276. Paulo Roberto de Magalhães Guedes (2003-2005 s)  
 277. Pedro Andrade de Oliveira (2004-2005 s, 2007-2009 E)  
 278. Wagner Borges (2004-2006 s, 2007-2009 E)  
 279. Nelson Castello Branco Nappi (2005-2007 E)  
 280. Paulo Brasil Corrêa de Melo (2005-2007 E, 2010-2012 E)  
 281. Ronaldo Raemy Rangel (2005-2007 E)  
 282. Synésio Batista da Costa (2005-2007 E, 2008-2010 E)  
 283. Hermann Braga de Lyra Júnior (2005-2007 s)  
 284. Letícia Pitanga Bertocchi (2005-2007 s)  
 285. Valdemar Camata Júnior (2005 s, 2006-2008 E)  
 286. Antônio Cláudio Ferreira Lima (2006-2008 E)  
 287. Humberto Vendelino Richter (2006-2008 E)  
 288. Paulo Roberto Lucho (2006-2008 E, 2009-2011 E, 2012-2014 s)  
 289. Pedro Rafael Lapa (2006-2007 E)  
 290. Alberto Jorge de Oliveira (2006-2008 s)  
 291. Eduardo Lima Bentes (2006-2007 s, 2007-2008 s, 2008-2010 E)  
 292. Idelbrando da Rocha Menezes (2006-2007 s, 2008 E)  
 293. José Cursino Raposo Moreira (2006-2007 s)  
 294. Luíz José de Oliveira Bezerra (2006 s, 2007-2008 E)  
 295. Marcos Moreschi de Faria (2006-2007 s, 2008-2009 s)  
 296. Martinho Luís Gonçalves Azevedo (2006-2007 s, 2008 E)  
 297. Omar Corrêa Mourão Filho (2006-2008 s, s, 2008-2009 s, 2010-2012 s)  
 298. Ricardo José Senna (2007-2008 s, 2008-2010 E)  
 299. Heron Carlos Esvael do Carmo (2007-2009 E)  
 300. João Manoel Gonçalves Barbosa (2007-2009 E, 2010-2012 E)  
 301. Kanitar Aymoré Sabóia Cordeiro (2007-2009 E, 2010-2012 E)  
 302. Osmar Gonçalves Sepúlveda (2007-2009 E, 2010-2011 E)  
 303. Paulo Eduardo Rocha Brant (2007 E)  
 304. Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana (2008-2010 E)  
 305. André Luiz de Miranda Martins (2008 E)  
 306. Antonio Melki Júnior (2008-2010 E, 2011-2013 E)  
 307. Cláudio Bahia da Silva (2006-2008 E)  
 308. Lion Rodrigues Schuster (2006-2008 E)  
 309. Maria Dirlene Trindade Marques (2007-2009 E)

310. Raimundo Rocha Júnior (2008-2010 E)  
 311. Teobaldo Contente Bendelak (2006-2008 E)  
 312. Wilson Roberto Villas Boas Antunes (2008-2010 E)  
 313. Alessandro Callil Castro (2006-2008 S)  
 314. Antonio Luiz de Queiroz Silva (2008-2010 S, 2010 S)  
 315. Carlos Sales Cardoso (2006-2008 S)  
 316. Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro (2008-2010 S)  
 317. Édson Peterli Guimarães (2007-2009 S, 2011-2013 S)  
 318. Erivaldo Lopes do Vale (2006-2008 S)  
 319. Francisco Aroldo Vasconcelos de Oliveira (2006-2008 S)  
 320. Gustavo Francisco Fanaya Dluhosch (2007-2009 S)  
 321. João Batista Soligo Soares (2006-2008 S, 2009-2011 S)  
 322. João Eduardo Resende (2008-2010 S)  
 323. Júlio Flávio Gameiro Miragaya (2006-2008 E, 2009-2011 E, 2012-2014 S)  
 324. Juscelino Tomaz Soares (2007-2009 E)  
 325. Nilson Tavares Morais (2006-2008 S)  
 326. Paulo Hermance Paiva (2007-2009 S)  
 327. Robson Borges Salazar (2007-2009 S)  
 328. Suely Salgueiro Chacon (2006-2008 S)  
 329. Valmir Martins Falcão Sobrinho (2007-2009 S)  
 330. Waldir Pereira Gomes (2008 S, 2009-2011 E)  
 331. Ario Zimmermann (2009-2011 E)  
 332. Carlos Alberto Gandolfo (2009-2011 E)  
 333. Cesar Homero Fernandes Lopes (2010-2012 E)  
 334. Fabíola Andréa Leite de Paula (2009-2011 E, 2012-2014 E)  
 335. Jin Whan Oh (2010-2012 E)  
 336. José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho (2010-2012 E)  
 337. José Luiz Amaral Machado (2010-2012 E)  
 338. Marcelo Pereira de Mendonça (2009-2011 E)  
 339. Maximo Porto Seleme (2009-2011 E)  
 340. Paulo Dantas da Costa (2010-2012 E)  
 341. Wellington Leonardo da Silva (2009-2011 E)  
 342. Wilson Benício Siqueira (2010-2012 E)  
 343. Antonio Agenor Denardi (2010-2012 S)  
 344. Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior (2010-2012 S)  
 345. Daniel Rodrigues Poit (2009-2011 S)  
 346. Fernando da Silva Ramos Filho (2010-2012 S)  
 347. Hamilton Peluso (2009-2011 S)  
 348. João Pedro da Silva (2010-2012 S)  
 349. João Rogério Sanson (2010-2012 S)  
 350. José Roberto de Lacerda Santos (2010-2012 S)  
 351. Maria Cristina Araújo (2009-2011 S)  
 352. Max Leno de Almeida (2010-2012 S)  
 353. Newton Ferreira da Silva Marques (2009-2011 S)  
 354. Pedro Afonso Gomes (2008-2010 S)  
 355. Roberto Carlos Quintela Alcântara (2009-2011 S)  
 356. Virgílio Pacheco de Araújo Neto (2010 S, 2011-2012 E)  
 357. Celina Martins Ramalho (2011-2013 E)  
 358. Odisnei Antonio Bega (2011-2013 E)  
 359. Roberto Bocaccio Piscitelli (2011-2013 E)  
 360. Marcelo Martinovich dos Santos (2011-2013 S)  
 361. Carlos Alberto Safatle (2011-2013 S)  
 362. Charles Schneider (2011-2013 S)  
 363. Denivaldo Targino da Rocha (2011-2013 S)  
 364. Edson Peterli Guimarães (2011-2013 S)  
 365. Antonio Eduardo Poleti (2012-2014 E)  
 366. Eduardo José Monteiro da Costa (2012-2014 E)  
 367. Júlio Alfredo Rosa Paschoal (2012-2014 E)  
 368. Róridan Penido Duarte (2012-2014 E)  
 369. Wellington Leonardo da Silva (2012-2014 E)  
 370. Antonio Eduardo Nogueira (2012-2014 S)  
 371. Lourival Batista de Oliveira Júnior (2012-2014 S)

## PRESIDENTES COFECON (1951-2012)

|   |             |
|---|-------------|
| 01. Heitor Campelo Duarte – RJ                    | 1951 a 1952 |
| 02. Eugênio Lefevre Neto – RJ                     | 1953        |
| 03. Lafayette Belfort Garcia – RJ                 | 1954 a 1961 |
| 04. Manuel Ferreira Neto – RJ                     | 1962 a 1963 |
| 05. Mário Sinibaldi Maia – RJ                     | 1964 a 1971 |
| 06. Affonso Armando de Lima Vitule – SP           | 1972 a 1973 |
| 07. Jamil Zantut – SP                             | 1974 a 1979 |
| 08. Iberê Gilson – RJ                             | 1980        |
| 09. Osmar Danilo Don Braga – RS                   | 1981        |
| 10. Gunther Klaus Greeb – SP                      | 1982        |
| 11. Reynaldo Rubem Ferreira – PE                  | 1983        |
| 12. José Maria Arbex – SP                         | 1984        |
| 13. Silvando da Silva Cardoso – RJ                | 1985        |
| 14. Dércio Garcia Munhoz – DF                     | 1986        |
| 15. Renato Ilgenfritz da Silva – RS               | 1987        |
| 16. Luís Alberto Gomes de Oliveira – GO           | 1988        |
| 17. Carlos Artur K. Passos – PA                   | 1989        |
| 18. Agamenon Tavares de Almeida – CE              | 1990        |
| 19. Jafete Abrahão – MG                           | 1991        |
| 20. José Moraes Neto – PR                         | 1992        |
| 21. Carlos Eduardo Ferreira Lobo – SP             | 1993        |
| 22. Sideval Francisco Aroni – SP                  | 1994        |
| 23. Carlos Jose Gevaerd – SC                      | 1995        |
| 24. Jose Luiz Pagnussat – DF                      | 1996        |
| 25. Francisco de Borja B. Magalhães Filho – PR    | 1997        |
| 26. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado – RJ         | 1998        |
| 27. Antônio Corrêa de Lacerda – SP                | 1999        |
| 28. Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos – MG    | 2000        |
| 29. José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos – PE     | 2001        |
| 30. Carlos Roberto de Castro – SP                 | 2002 a 2003 |
| 31. Humberto Tannús Júnior – GO                   | 2004        |
| 32. Sidney Pascoutto da Rocha – RJ                | 2005        |
| 33. Synésio Batista da Costa – SP                 | 2006 a 2007 |
| 34. Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana – MT | 2008 a 2009 |
| 35. Waldir Pereira Gomes – SP                     | 2010 a 2011 |
| 36. Ermes Tadeu Zapelini – SC                     | 2012        |

## Créditos de imagens

---

Livro *A Revolução dos Economistas* (Rio de Janeiro, CREP – 1ª Região): pp. 14, 31, 32, 55, 56.  
Acervo do Cofecon: pp. 71, 72, 95, 96, 101, 109, 121, 122, 130, 131, 140, 141, 162 e 163.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
(Sindicato Nacional dos Editores de Livros, rj)

---

C766

Conselho Federal da Economia: sessenta anos de história da regulamentação da profissão de economista, 1951-2011 / [pesquisa histórica e redação Flávio A. M. de Saes, Roney Cytrynowicz]. – São Paulo: Narrativa Um, 2011.

II.

Inclui bibliografia.

isbn 978-85-88065-28-4

1. Conselho Federal de Economia (Brasil) – História. 2. Economia – Estudo e ensino – Brasil – História. 3. Economistas – Estatuto legal, leis, etc. – Brasil. I. Saes, Flávio A. M de, 1948-. II. Cytrynowicz, Roney, 1964-.

11-7558

cdd-330

cdu-330

---

